

Finanças feministas

Diagnóstico sobre as necessidades e os desafios do financiamento da economia solidária feminista



Coordenam e promovem

Finançament Ètic i Solidari

Xarxa d'Economia Solidària de Catalunya



Coordenação do diagnóstico

Maria Palomares Arenas Cabral

Equipe de colaboradoras

Miriam Nobre y Beatriz Schwenck (SOF -

Sempreviva Organização Feminista, Brasil)

Ana Isabel Arenas (Mesa de Economia Feminista Bogotá-MEF)

María Atienza de Andrés (REAS - Red de redes
de Economía Alternativa y Solidaria, Estado espanhol)

María Eva Raffoul y Sofía Tirachini (La Base, Argentina)

Equipe de redação e edição

Anna Fernàndez Montes (XES), Lucía Cano González (XES)

Nina González Fdez-Argüelles (FETS)

Sofía Muñoz Fernández (FETS)

María Palomares Arenas Cabral (FETS)

Correção e tradução de textos

Breno Pentagna

Edição gráfica e design

La Clara Comunicació, SCCL

Ilustração

Cé Marina

Imagens

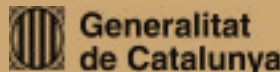
Banco de imagens das iniciativas



Empreender o caminho da reflexão sobre o que podem ser as finanças feministas nos levou a conhecer outras companheiras que estavam fazendo as mesmas perguntas em outras partes do planeta. Esse encontro foi essencial para partilharmos práticas e propostas contra a ordem financeira patriarcal e colonial.

Este relatório faz parte do projeto “Por finanças éticas e solidárias globais e locais numa perspectiva feminista”, financiado pela Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento.

Apoio



Barcelona, dezembro de 2025

Finanças feministas

1	●	Introdução	6
2	●	Metodologia e processo	12
3	●	Os territórios e as suas iniciativas	22
3.1		A economia social e solidária da Argentina, no sul do Hemisfério Sul, e o seu financiamento	23
3.2		O Brasil e os caminhos das iniciativas de economia solidária feminista	31
3.3		Mulheres, economia social e solidária e economia popular: breve abordagem sobre a Colômbia	40
3.4		Tecendo as redes da economia solidária e das finanças éticas no Estado espanhol	49
3.5		Catalunha: raízes libertárias, embrião do presente da economia solidária e das finanças éticas	58
4	●	Conhecendo as organizações	70
4.1		Espírito comunitário	71
4.2		Apoiar-se nas organizações ou adaptar o trabalho à vida	77
4.3		Identidade feminista: plural e policromática	79
4.4		Desafiar o patriarcado econômico	83
5	●	O acesso ao financiamento	88
5.1		Uma radiografia da receita das organizações	90
5.2		Necessidades identificadas	106
5.3		Obstáculos e desafios	110
5.4		Boas práticas de financiamento das organizações feministas	120
6	●	Propostas finais para avançar rumo às finanças feministas	130
7	●	Anexo. Roteiro das entrevistas	140

Introdução

Empreender o caminho da reflexão sobre o que podem ser as finanças feministas nos levou a conhecer outras companheiras que estavam fazendo as mesmas perguntas em outras partes do planeta. Esse encontro foi essencial para partilharmos práticas e propostas contra a ordem financeira patriarcal e colonial.



Em 2023, aproveitando o VIII Congresso de Economia Feminista em Barcelona, mais de 45 mulheres representantes de entidades e redes locais e internacionais de economia solidária de base feminista realizamos um encontro¹ para falar, em conjunto com entidades de finanças éticas e solidárias, sobre o que entendíamos por finanças feministas e como poderíamos construir coletiva e internacionalmente alternativas de financiamento que respondessem às necessidades das economias feministas.

Em março de 2025, no Primeiro Encontro de Economia Feminista de Abya Yala, realizado em Buenos Aires, juntamente com companheiras de entidades de finanças éticas, financiadoras de movimentos feministas, bem como organizações de economia solidária e feminista da América Latina e do Estado espanhol, continuamos a trocar ideias sobre as finanças feministas.

Este relatório faz parte do projeto “Por finanças éticas e solidárias, globais e locais, em uma perspectiva feminista”, que tem como objetivo promover medidas concretas para reduzir e transformar as barreiras à participação das mulheres no setor financeiro, especialmente daquelas que pertencem a entidades de economia solidária de base feminista, tanto no

¹ Documento de sistematização do trabalho realizado durante o Encontro de Economias Feministas e Finanças Éticas
fets.org/es/actualidad/ja-disponibles-les-conclusiones-de-la-trobada-deconomies-feministes-i-finances-etiques

Norte quanto no Sul global. As economias feministas estão em constante tensão com o setor produtivo, onde elas não têm o seu valor reconhecido e enfrentam muitas dificuldades de acesso ao financiamento. O projeto parte da premissa de que são as instituições financeiras do Norte global que controlam, em grande parte, o mercado financeiro global, portanto, são também responsáveis por reproduzir as desigualdades Norte-Sul e pelas discriminações e exclusões no acesso ao financiamento.

Este relatório é o primeiro passo: um diagnóstico qualitativo para abordarmos as práticas, necessidades, obstáculos e desafios do acesso ao financiamento.

Por esse motivo, o projeto foi formulado com o objetivo de melhorar o acesso ao financiamento das mulheres e coletivos feministas, com foco no financiamento ético como parte de uma economia social e solidária que tem como cerne a sustentabilidade da vida.

Este relatório é o primeiro passo: um diagnóstico qualitativo para abordarmos as práticas, necessidades, obstáculos e desafios do acesso ao financiamento por parte de iniciativas de economia solidária e feminista na Argentina, Brasil, Colômbia, Estado espanhol e Catalunha. Queremos reconhecer a importância dessas experiências, torná-las visíveis e compartilhá-las com outras entidades de finanças éticas e redes de economia solidária do Sul e do Norte global. Gostaríamos que este processo se tornasse uma ferramenta para a troca de conhecimentos e a possível replicabilidade de boas práticas, apelando para a responsabilidade dos atores do Norte em relação à situação de desigualdades e violações de direitos no Sul global. Entendemos que existe uma cadeia de responsabilidades que conecta as realidades das mulheres vulnerabilizadas no Sul e no Norte através das suas experiências e desafios econômicos e financeiros compartilhados.

Trabalhar com uma equipe internacional de colaboradoras foi uma experiência extremamente enriquecedora que pôs em evidência que nem sempre usamos as mesmas palavras para conceitos ou práticas que podem ter muito em comum. Assim, sem querer ignorar as nuances particulares de cada um dos diferentes territórios e considerando o entendimento político que emergiu na equipe desde o primeiro momento, neste relatório trataremos os conceitos de “economia solidária” e “economia popular” como expressões sinônimas; do mesmo modo trataremos os termos “finanças éticas” e “finanças alternativas” ou “solidárias”.

Por sua vez, também queremos mencionar que as entidades entrevistadas compreendem um espectro muito amplo em relação à sua identificação com os feminismos. Enquanto algumas se reconhecem como transfeministas, afrofeministas, feministas comunitárias, feministas faveladas ou feministas indígenas; outras entidades entrevistadas não se definem como feministas, apesar de serem compostas, em alguns casos, por pessoas com consciência feminista. No entanto, todas elas têm como objetivo trabalhar com e para a dignidade política, material e econômica das mulheres e dissidências. Daí que, por decisão das redatoras, decidimos classificá-las todas como organizações feministas.

O que entendemos por finanças feministas?

Não pretendemos elaborar uma definição fechada de um conceito em vias de despatriarcalização; especialmente quando uma das principais lições durante esse processo está sendo a constatação de que é imprescindível reconceituar os termos econômico-financeiros, descolonizá-los, a fim de desconstruir o conhecimento para reconstruí-lo coletivamente e de forma contextualizada em cada território. Nesse processo, as lentes feministas nos ajudaram a repensar conceitos financeiros como crédito, que vem etimologicamente de “crer” e de “confiança”, para reivindicá-lo como um direito.

Na tentativa de esboçar um quadro a partir do qual reivindicar as finanças feministas, propomos enquadrá-las com instrumentos ou fórmulas já existentes, ou que possamos imaginar e construir coletivamente, que servem de engrenagem para a sustentabilidade econômica das iniciativas de economia solidária feminista. Entendemos que um financiamento feminista é aquele que não depende apenas da soma de resultados e do balanço final, mas que entende o trabalho reprodutivo como uma contribuição essencial para a economia, que oferece prazos longos e flexíveis, bem como condições que se adaptem às necessidades e realidades das organizações, e que está ligado ao acompanhamento e à formação financeira das iniciativas com as quais se relaciona.



Por que finanças feministas?

Entendemos que o sistema financeiro atual está completamente distante da economia real e se baseia na especulação e na geração de dívidas, tanto dos Estados quanto das famílias, especialmente no Sul global, afetando gravemente mulheres e pessoas de sexo ou gênero dissidentes. Diante desse cenário, em que a arquitetura financeira internacional não faz mais do que reforçar a crise sistêmica que estamos vivenciando, surgem diversas estratégias de resistência, que vão desde a esfera macroeconômica (como a luta por uma justiça fiscal feminista ou o desafio da dívida soberana, ecológica e assistencial) até a microeconômica ou doméstica (desobediência financeira, mecanismos de poupança coletiva e autogestão econômica coletiva). É preciso visibilizar e promover essas práticas econômicas transformadoras.

Assim, não podemos falar nem abordar o desafio das finanças feministas sem considerar a economia feminista como paradigma, a economia social e solidária como escudo de práticas econômicas transformadoras e as finanças éticas como engrenagem a serviço dessas práticas econômicas centradas na

sustentabilidade da vida. Navegamos por um rio de alternativas ao sistema econômico capitalista globalizado que nasce de três afluentes: **a economia social e solidária (ESS)**, que constrói um modelo econômico que garante a sustentabilidade da vida das pessoas e do planeta por meio da democratização da economia, da geração de trabalho digno e da produção de bens e serviços socialmente úteis a serviço da transição ecossocial; **as finanças éticas**, que promovem relações financeiras baseadas na confiança, no cuidado e na transparência, articulando práticas que buscam a democratização das relações financeiras e propõem outras formas de gerar poder social; e **as economias feministas**, que colocam a sustentabilidade da vida no centro da análise, descentralizando os mercados e relacionando o funcionamento econômico com a reprodução da vida, e não com a reprodução do capital.

Esse diagnóstico pretende questionar os próprios fundamentos do modelo econômico e financeiro dominante — neoliberal, produtivista, patriarcal, colonial e racista

Esse diagnóstico não pretende apenas “incluir as mulheres” no sistema existente, mas sim questionar os próprios fundamentos do modelo econômico e financeiro dominante — neoliberal, produtivista, patriarcal, colonial e racista — que invisibiliza e

subestima o trabalho reprodutivo, ou seja, aquelas atividades necessárias à manutenção da vida e do bem-estar das pessoas, das comunidades e do planeta. Da mesma forma, o sistema capitalista também é colonial porque se baseia na invisibilização da dívida histórica com as populações e povos originários do Sul global, resultado da pilhagem e dos processos de acumulação contínuos ao longo de séculos. Somente levando em conta a profunda reformulação desses aspectos será possível caminhar rumo a uma organização política e econômica que tenha em seu cerne todas as formas de vida, gerando respostas às diversas e intrincadas formas de violência que sustentam o sistema econômico-financeiro capitalista.

Metodologia e processo

O objetivo deste trabalho é aprofundar-se nas necessidades e desafios financeiros das entidades da ESS feminista da Argentina, Brasil, Colômbia, Estado espanhol e Catalunha, para promover o desenvolvimento de estratégias de apoio financeiro adequadas, que fortaleçam a colaboração entre as organizações envolvidas, dando visibilidade àquelas práticas que priorizam a sustentabilidade da vida dos projetos econômicos e as pessoas que os sustentam.



Para isso, estabelecemos como objetivos específicos: 1. apresentar um diagnóstico de necessidades, com informações sobre as principais barreiras que as iniciativas feministas de economia solidária enfrentam para acessar instrumentos/produtos financeiros e de seguros em sua atividade (seja ela pública ou privada); 2. identificar desafios e oportunidades comuns e específicos, levando em consideração as diferenças contextuais de cada país; 3. identificar boas práticas que nos permitam elaborar propostas de melhoria e recomendações sobre como melhorar o acesso ao financiamento e à sustentabilidade financeira das iniciativas de economia feminista e solidária.

Tendo em conta os objetivos do diagnóstico, aplicamos uma metodologia qualitativa, através de entrevistas detalhadas a uma amostra não aleatória seletiva (método de amostragem seletiva: escolha deliberada das participantes com base nas características de uma população e nos objetivos do estudo), a fim de compreender as reflexões e práticas das iniciativas em relação às necessidades e desafios financeiros das entidades, bem como fortalecer os laços entre as entidades e redes participantes.

² Maria Palomares Arenas possui uma vasta experiência em financiamento feminista, tendo trabalhado com entidades e instituições financiadoras da América Latina e do Estado espanhol; possui também formação em perspectiva decolonial.

Um dos principais desafios foi a escala internacional do projeto. Para promover a proximidade, a reflexão e a aprendizagem mútua, criamos uma equipe de trabalho composta por uma coordenadora do Estado espanhol², e uma equipe de colaboradoras da Argentina, Brasil, Colômbia, Estado espanhol e Catalunha, que foram responsáveis pela coleta e sistematização das informações de cada território, formando assim o núcleo da reflexão coletiva tanto na definição da amostra quanto na análise das informações.

Esse diagnóstico não teria sido possível sem o trabalho das organizações colaboradoras que possibilitaram a adaptação da proposta aos diferentes territórios e a reflexão sobre os critérios comuns para falar de economias transformadoras, feministas, solidárias e populares, garantindo que o trabalho de campo e análise fosse relevante para todas as partes e, principalmente, para as próprias iniciativas. Essas organizações foram:

La Base Argentina	Uma organização de finanças solidárias que nasceu há 20 anos com um primeiro Fundo Solidário para acompanhar empresas recuperadas. Atualmente, aplica uma metodologia de trabalho integral para fortalecer cooperativas e grupos associativos a partir de uma perspectiva feminista. Nesse intuito, administram os seus próprios fundos a fim de oferecer financiamento solidário, capacitação e assistência técnica.
Sempreviva Organização Feminista (SOF) Brasil	Uma ONG com sede em São Paulo que trabalha, desde a década de 1980, no fortalecimento do movimento de mulheres, com foco na formação, auto-organização e autonomia das mulheres em espaços políticos e sociais, bem como na construção de alternativas econômicas para enfrentar o patriarcado e o capitalismo.

Mesa de Economía Feminista de Bogotá (MEF) Colômbia	Organização composta principalmente por mulheres economistas ou que trabalham com questões econômicas, que busca contribuir para a construção e adoção do pensamento e da ação feminista na economia, bem como propor alternativas emancipatórias diante da crise multidimensional gerada pelo sistema capitalista e patriarcal.
La Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria (REAS) Estado espanhol	Rede confederada de economia alternativa e solidária que reúne 22 redes territoriais e setoriais e mais de 1.000 entidades e empresas do Estado espanhol, com a finalidade de promover um modelo econômico baseado na cooperação, na democracia e na justiça social, desde sua fundação, em 1995.
Xarxa d'Economia Solidària de Catalunya (XES) Catalunha	Rede que reúne, desde 2003, entidades e pessoas envolvidas com a ESS na Catalunha. Promove uma forma de produzir, distribuir e consumir com impacto ecossocial positivo, articulando redes locais e setoriais, impulsionando ferramentas como o mercado social e fomentando a participação ativa de entidades sociais no intuito de gerar transformação social.
Finançament Ètic i Solidari (FETS) Catalunha e Estado espanhol	Associação que, há 25 anos, agrupa outras entidades a fim de promover as finanças éticas e solidárias como motor financeiro de uma economia que garanta o cumprimento dos direitos humanos e da igualdade de gênero através da transparência, democracia participativa, envolvimento, coerência, ética aplicada e equidade de gênero.

Uma vez estabelecida a equipe de trabalho, iniciamos o processo de identificação. O alcance do diagnóstico são 5 iniciativas da economia solidária de base feminista por território participante, totalizando 25. O documento conta com 5 iniciativas da Catalunha, além de outras 5 do resto do Estado espanhol, não só porque o trabalho das entidades promotoras é desenvolvido na Catalunha, mas também porque a consolidada tradição libertária e cooperativista da região conferiu uma trajetória diferenciada no desenvolvimento da sua economia social e solidária.

Por se tratar de um diagnóstico qualitativo transnacional, as reuniões entre as colaboradoras se tornaram espaços para compartilhar experiências e contexto sobre as diferentes realidades das economias solidárias, feministas e populares de cada território, o que permitiu pactuar os critérios básicos de seleção da amostra: que fosse o mais representativa possível entre a diversidade de iniciativas encontradas nos diferentes territórios e que reunisse elementos comuns que facilitassem a análise. Assim, definiu-se o primeiro elemento de seleção a partir da identificação das iniciativas consideradas como economia solidária nesse diagnóstico, deixando claro que seria considerada a vinculação a redes de ESS³, bem como todas as iniciativas que compartilhassem os princípios e contassem com práticas da economia solidária, independentemente da sua forma jurídica ou de estarem formalmente registradas. Nesse sentido, vale lembrar que a economia solidária surgiu para responder às necessidades das classes populares e se desenvolve a partir da autogestão. Por isso, uma das principais diferenças em relação à economia social é que consideramos como economia solidária todas as iniciativas que são regidas por práticas transformadoras e têm impacto positivo na comunidade, independentemente da sua forma jurídica. Foi assim que nasceu uma vontade unânime de incluir e dar visibilidade a iniciativas comunitárias surgidas de lutas populares, além de iniciativas mais empresariais, como cooperativas ou associações.

O segundo elemento de seleção das iniciativas era saber se elas pertenciam à economia feminista. Nesse sentido, foram selecionadas aquelas iniciativas da ESS de cada território que colocam a sustentabilidade da vida no centro da sua prática. Isso se traduziu em iniciativas que, além de se definirem como feministas⁴, possuem práticas e ações motivadas pela transformação feminista. Assim, foram identificadas iniciativas que buscam melhorar a vida e as condições das mulheres e do seu ambiente, desafiando as lógicas e os princípios do

³ Redes internacionais, como RIPESS Intercontinental e RIPESS LAC, e redes nacionais de economia solidária, como REAS-Red de redes, no Estado espanhol, e XES, na Catalunha.

⁴ Algumas delas identificam a sua prática especificamente como feminista, enquanto outras não se reconhecem plenamente com esse adjetivo. Durante o trabalho de campo, percebeu-se uma desconfiança em relação ao conceito de "feminismo", pois pode ser entendido como um conceito liberal, europeu, de mulheres brancas e universitárias, uma ideia distante da realidade comunitária.

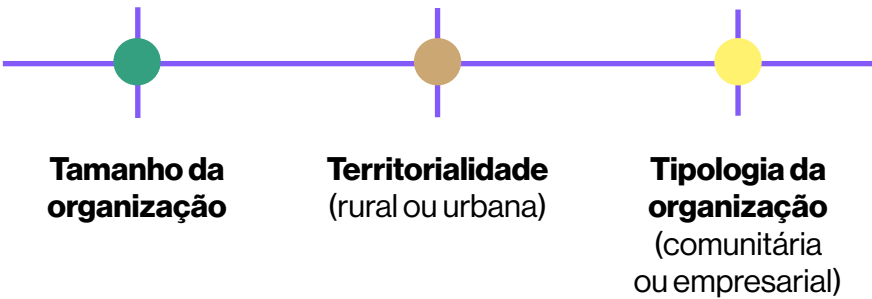


capitalismo patriarcal. Reivindicam o valor dos cuidados para as organizações e podem ser formadas exclusivamente por mulheres, mas também serem iniciativas mistas que se consideram feministas.

Uma vez definido o marco conceitual do diagnóstico, estabelecemos os critérios de seleção, levando em consideração aqueles setores econômicos que nos pareciam estratégicos para a vida, bem como aquelas atividades tradicionalmente exercidas por mulheres. Concordamos que identificaríamos iniciativas que desenvolvessem a sua atividade principal⁵ nestes 5 setores:

- **Agroecologia**
- **Atenção e cuidados de pessoas e/ou do planeta**
- **Ação feminista: defesa dos direitos, atenção às violências, educação e impacto**
- **Setores produtivos: têxtil, artesanato, manufatura, etc.**
- **Setores de serviços: comércio, gestão cultural, turismo, tecnologia, consultoria, serviço de *catering*, bares e restaurantes, etc.**

Por fim, foram estabelecidos critérios transversais a serem levados em consideração a fim de garantir a diversidade e o equilíbrio entre o conjunto de iniciativas, em relação a:



Com base nesses critérios, cada colaboradora identificou 10 iniciativas, que foram compartilhadas em um reunião na qual, entre todas, escolhemos as 5 organizações que seriam entrevistadas em cada território, considerando a relevância e a complementaridade no conjunto da amostra.

⁵ Entendendo que podem realizar várias atividades em diferentes setores, focamos exclusivamente na sua atividade principal.

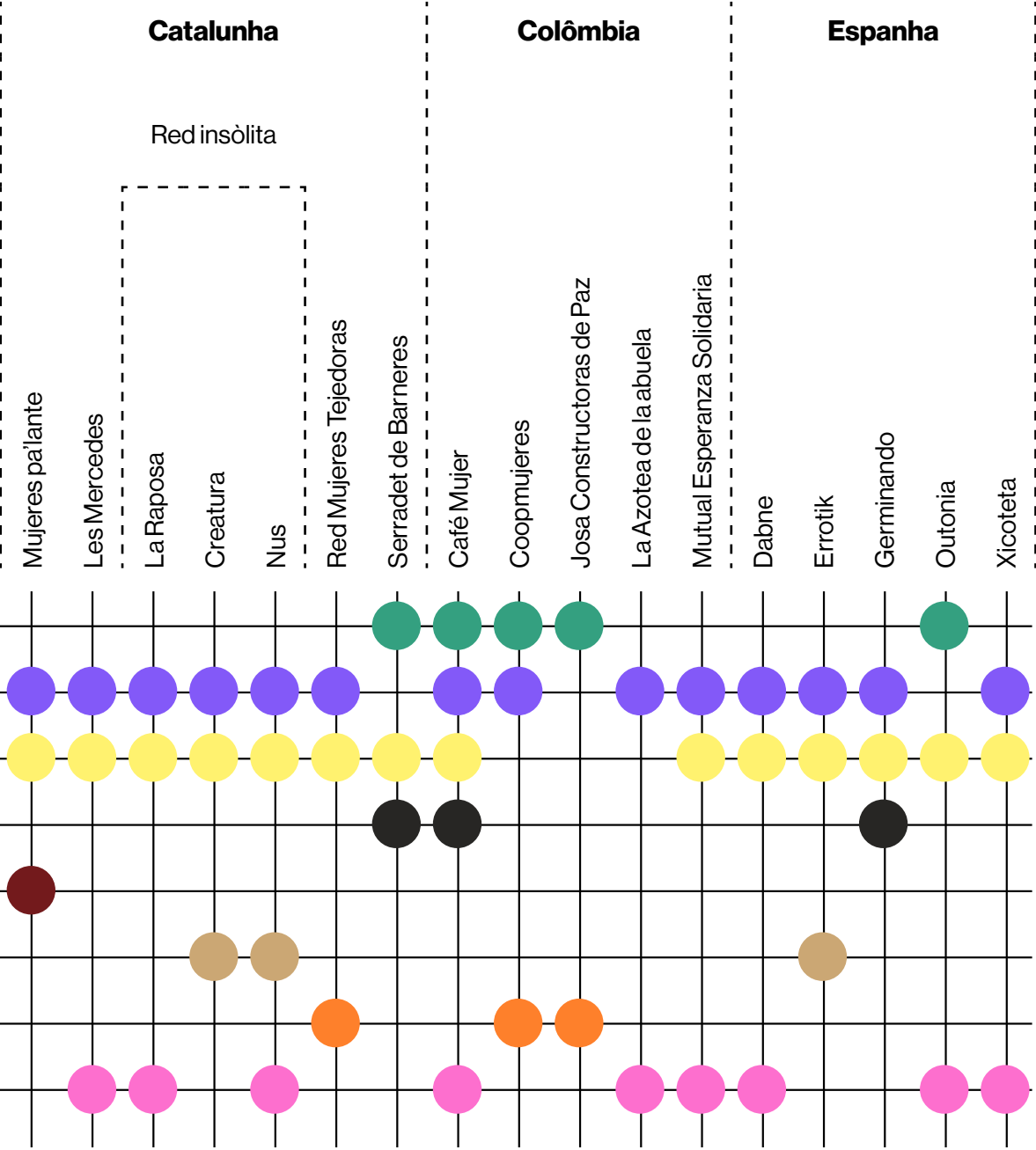
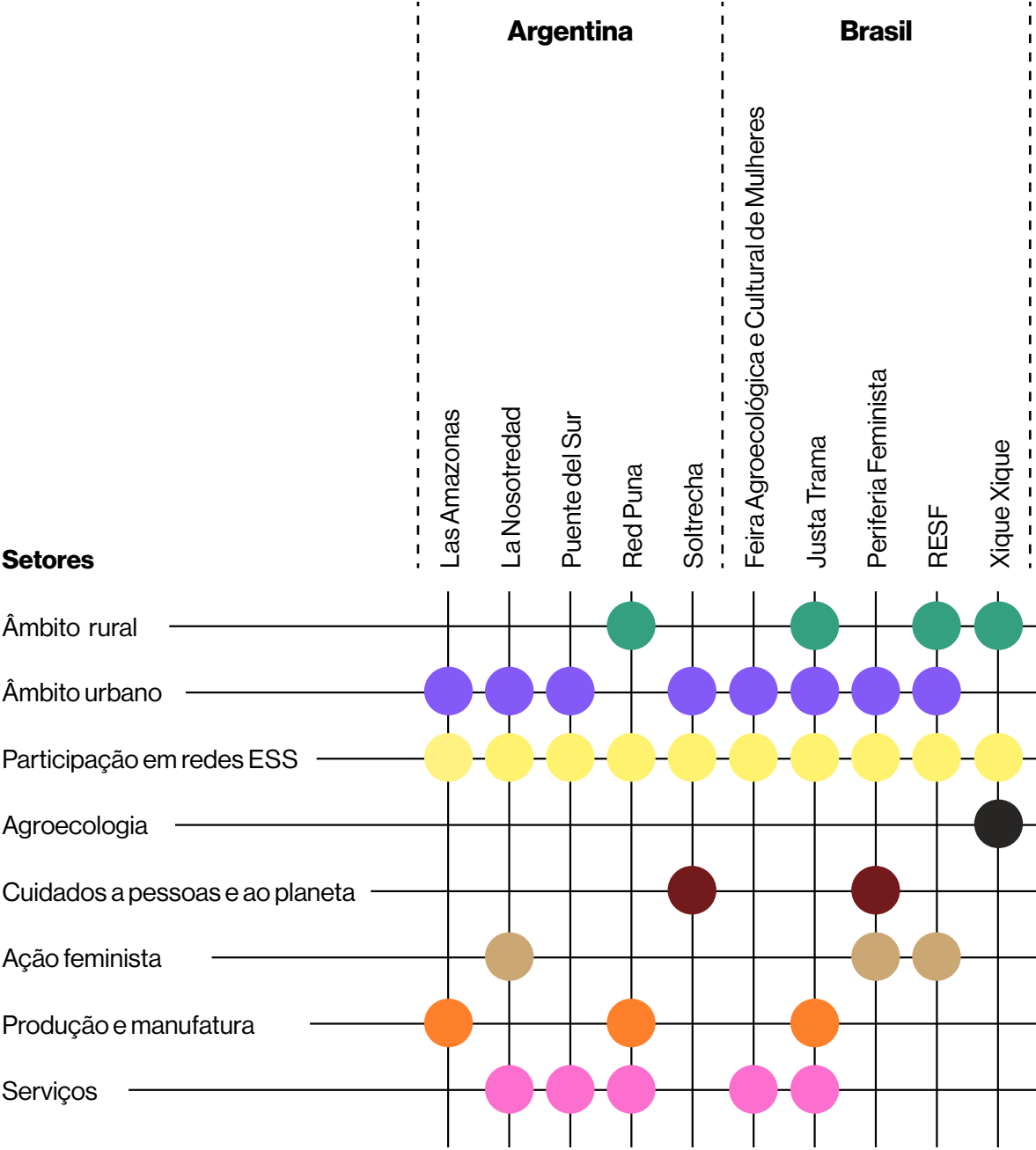
O passo seguinte foi chegar a um consenso coletivo sobre o roteiro das entrevistas⁶ juntamente com as colaboradoras de cada território. Esse processo foi fundamental para podermos partilhar e definir os conceitos e elementos-chave da entrevista, no intuito de que ela fosse compreensível e pudesse ser adaptada a cada contexto. Por se tratar de um estudo qualitativo, entre as perguntas não havia apenas questões diretamente relacionadas ao financiamento, estrutura de receita, desafios e obstáculos que elas têm de enfrentar para sustentar as iniciativas, dado que também foram incluídas questões relacionadas à origem das iniciativas, aos problemas que tiveram e como puderam confrontá-los de maneira coletiva. Também perguntamos a elas sobre como se definiam e se identificavam em relação aos feminismos, e que reflexões faziam sobre o seu trabalho e o futuro da sua organização.

Portanto, o diagnóstico, além de uma oportunidade para compreender as dificuldades de acesso ao financiamento, é também um reflexo das lutas e resistências das classes populares diante dos desafios capitalistas.

A seguinte matriz sistematiza as iniciativas entrevistadas e os critérios aos quais respondem:

⁶ O roteiro das entrevistas pode ser consultado no Anexo.

Matriz de sistematização das entrevistas



Os territórios e as suas iniciativas



3.1

A economia social e solidária da Argentina, no sul do Hemisfério Sul, e o seu financiamento

A Argentina, um território no sul do Hemisfério Sul, possui uma extensão de norte a sul de quase 3.700 km e 46 milhões de habitantes. É terra de povos originários, berço do cooperativismo, do feminismo latino-americano, da “maré verde” e do aborto legal.

Atualmente, o país atravessa uma crise política, econômica, social e institucional, liderado por um governo ultraliberal que há quase dois anos vem aniquilando todas as instituições públicas e privadas responsáveis pela conquista de direitos para o seu povo ao longo da história. O processo de sucateamento desse último período mostra a face mais hostil e violenta do patriarcado e do capitalismo selvagem, contudo, a deterioração das políticas públicas ligadas ao movimento feminista já tinha começado um pouco antes. O governo anterior impulsionou um Ministério da Mulher que, no entanto, contava com pouquíssimos recursos, de modo que não restou nenhum instrumento de assistência ou acompanhamento.

A Argentina possui uma longa história com as entidades de economia social, visível no seu cooperativismo, mutualismo e diversidade de organizações sociais. O cooperativismo tradicional tem como ponto de virada os movimentos de empresas recuperadas, principalmente nos anos 2000, em reação aos fechamentos massivos de indústrias na década de 1990, um processo que vem sendo reconhecido no mundo pela sua capacidade de resistência e construção, em contraposição às lógicas do capital hegemônico.

Identificamos também uma proliferação nas áreas acadêmicas de propostas de formação ancoradas na ESS, dirigidas a (e desenvolvidas com) referentes e participantes de organizações dessa área.

Por outro lado, nos últimos anos, também ganhou força o conceito de economia popular, entendida como a auto-organização coletiva para a organização do trabalho, formação de unidades produtivas e cooperativas no âmbito dos movimentos sociais. Esses espaços organizacionais são frequentemente liderados por mulheres. Neles, são levantadas discussões em torno do trabalho relacionado aos cuidados, do sustento da vida, da feminização do trabalho, entre outras.

O financiamento da economia social, solidária, popular, feminista, entre outras, teve um desenvolvimento interessante nos últimos 20 anos graças a políticas públicas nacionais, provinciais e até municipais, tendo como emblema a Lei Nacional do Microcrédito de 2006. Infelizmente, grande parte de todas as políticas e instrumentos públicos gerados ao longo desse período foi destruída.

Em relação às finanças feministas, trata-se de um campo recente e incipiente que, no nosso país, deriva de um conceito muito mais desenvolvido e enraizado em torno das finanças solidárias. Para o contexto local e global, para a economia social, solidária, popular, feminista e comunitária, é fundamental agregar a perspectiva feminista à democratização do acesso ao financiamento e à construção de instrumentos adequados que respondam às necessidades de todes, colocando muita ênfase nas desigualdades de gênero que nos são impostas pelo sistema capitalista e patriarcal, ao qual tentamos contrapor modos de vida sustentáveis.

Mapa de iniciativas na Argentina



Amazonas



Ano de criação
2019

Tipo de iniciativa
Grupo pré-cooperativo

Sector
Produção e manufatura têxtil

País
Argentina

Região e localidade
Buenos Aires

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Elaboração de produtos têxteis com materiais reciclados e formação.

História e composição

A partir da auto-organização das mulheres de uma villa (favela ou bairro popular), e com o apoio de uma organização feminista de maior dimensão, nasceu este projeto sustentado por 5 mulheres migrantes e mães.

Objetivos da iniciativa

Apoiar financeiramente as mulheres do bairro, facilitando a sua conciliação com o cuidado de filhas e a conscientização sobre o meio ambiente

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria; financiamento público (INAES: Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social)

Redes em que participam

O grupo de trabalho faz parte de uma organização social que as une e acompanha em diversas escalas.

Em que nos fez refletir

Projeto profundamente arraigado no território, com uma perspectiva feminista popular (feminismo villero) que trabalha para gerar autonomia econômica para as mulheres e para dinamizar a vida econômica e social do bairro.

La Nosotredad



Ano de criação
2020

Tipo de iniciativa
Associação mutualista

Sector
Ação feminista: serviços, acompanhamento

País
Argentina

Região e localidade
Mendoza

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Oferecer serviços às suas sócias: apoio técnico a projetos, seguros, ajudas econômicas, descontos, atendimento em casos de violência, organização de feiras de venda de produtos, formações, etc.

História e composição

Surge da mão do Sindicato de Amas de Casa de Mendoza para prestar apoio às suas filiadas através de serviços de diversa natureza (social, econômica e cultural), imitando as históricas formações mutualistas que acompanhavam os sindicatos de diferentes setores. Atualmente, a organização é sustentada por 40 mulheres grandes (é assim como elas próprias se definem), quase todas com mais de 40 anos de idade.

Objetivos da iniciativa

Prestar apoio a mulheres de setores populares.

Redes em que participam

Sindicato de Amas de Casa da Argentina (e a sua obra social), Banco CrediCoop, Fundo Mujeres del Sur, La Base, Red Nacional de Banquitos de la Buena Fe.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Contribuições das sócias, fundos de mulheres (Fundo Mujeres del Sur).

Em que nos fez refletir

Uma visão potente sobre o financiamento feminista, com ideias inovadoras sobre o que e como financiar, que conseguiu começar do zero e gerar espaços de impulso econômico na sua comunidade.

Puente del Sur



Ano de criação
2003

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
**Serviços:
comercialização**

País
Argentina

Região e localidade
Buenos Aires

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Comercialização de produtos da economia social: de produtores independentes, de fábricas recuperadas e de outras cooperativas.

História e composição

Nasceu na esteira do movimento de recuperação de fábricas, após a revolta social argentina de 2001. Atualmente, é formada por uma equipe de 9 mulheres cis, mulheres trans, feminidades trans, pessoas que fazem parte do coletivo LGBT, pessoas de ascendência indígena, pessoas que sofreram violência de gênero e violência machista.

Objetivos da iniciativa

O principal objetivo é poder levar esse tipo de produtos aos consumidores de Buenos Aires. Ao criar canais de venda para cooperativas e produtores, divulgam-se as histórias e lutas por trás dessa produção, seus espaços de trabalho, de modo a conectar quem consome com quem produz.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, subsídios públicos (INAES: Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social), financiamento privado (CREAS), crédito de financiamento solidário (La Base).

Redes em que participam

La Base, pool de cooperativas de comercialização, Comisión de la Marcha del Orgullo.

Em que nos fez refletir

Cooperativa referência da ESS, é um instrumento indispensável para outros projetos, dado que os apoia na distribuição dos seus produtos.

Red Puna



Ano de criação
1995

Tipo de iniciativa
Associação

Sector
**Produção e
manufatura
de artesanato:
serviços,
comercialização**

País
Argentina

Região e localidade
Província de Jujuy

Rural/Urbana
Rural

Atividade econômica

Elaboração de artesanato tradicional das culturas andinas com lã de lhama.

História e composição

Rede de redes de ESS, artesanato e agricultura do território Puna de Jujuy, atualmente composta por 1.000 famílias de povos originários andinos.

Objetivos da iniciativa

Centralidade da capacitação e empoderamento dos povos originários em geral e, especificamente, das mulheres dentro das suas redes e comunidades.

Redes em que participam

Movimiento Nacional Campesino Indígena, Red Trama

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, microcrédito público (CONAMI), financiamento privado (Interamerican Foundation)

Em que nos fez refletir

Possui uma área de artesanato e gênero voltada para a comercialização de produtos. Além disso, visam fortalecer a autonomia econômica das mulheres da região e o seu empoderamento político; trabalham também pelos direitos sexuais e reprodutivos e pelo direito a uma vida livre de violência.

São críticas com os feminismos brancos que não levam em consideração as experiências feministas camponesas e indígenas.



Ano de criação
2001

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
**Atenção
e cuidado**

País
Argentina

Região e localidade
Chaco

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Prestar cuidados de qualidade a pessoas, tanto as mais jovens, quanto as adultas e idosas, pessoas com deficiência, pessoas que estejam passando por algum tipo de doença

História e composição

Fundada com a ajuda de uma ONG italiana com o objetivo de gerar emprego dentro da economia social para mulheres cuidadoras. Hoje é composta por 109 mulheres diversas, indígenas, migrantes, chefes de família, sobreviventes de violência de gênero, entre outras, além de 11 homens.

Objetivos da iniciativa

Oferecer trabalho a mulheres e prestar serviços de cuidados de qualidade com condições dignas de trabalho.

Redes em que participam

Federación de Cooperativas de Trabajo, Federación de cooperativas de cuidados.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, crédito CrediCoop

Em que nos fez refletir

É uma cooperativa solvente, que paga todas as horas trabalhadas pelas suas associadas e que criou um modelo de gestão adaptado às especificidades do negócio. Tiveram de começar tudo do zero, porque existem poucos modelos de cooperativas de cuidados, por isso agora elas é que são um modelo para as demais. Afirmam que a fórmula cooperativa se encaixa perfeitamente nos trabalhos de cuidados.



3.2

O Brasil e os caminhos das iniciativas de economia solidária feminista

Historicamente, as organizações feministas do campo da economia solidária no Brasil têm denunciado a falta de visibilidade, representatividade e financiamento das mulheres e seus grupos produtivos. Existem obstáculos que dificultam a visibilidade das pautas e demandas específicas das mulheres e a incorporação, na discussão da economia solidária, de elementos que façam avançar o debate sobre o conflito capital-trabalho, a fim de incorporar outras questões relacionadas à sustentabilidade da vida, como uma divisão mais justa do trabalho doméstico e dos cuidados familiares.

Diante desse cenário, as mulheres se organizam em núcleos e grupos de trabalho (GT) em espaços como os Fóruns Regionais de Economia Solidária. Identificamos também a criação de redes feministas compostas por empreendimentos econômicos solidários, integrados única ou majoritariamente por mulheres, como uma estratégia para fortalecer as suas práticas econômicas e políticas.

Desde 2016, houve importantes mudanças no governo federal brasileiro, com o sucateamento e extinção de políticas sociais.

Isso afetou os grupos de economia popular e solidária e os grupos de agroecologia. Além disso, esse processo acentuou a precarização da vida, que piorou ainda mais com a pandemia, a partir de 2020⁷. Essa reorganização política e econômica do governo, com a redução das políticas sociais, abriu uma nova janela de financiamento por meio de emendas parlamentares, que são recursos orçamentários públicos alocados por membros do poder legislativo⁸. Essa tem sido uma importante fonte de financiamento para os grupos de economia solidária que anteriormente se beneficiavam de políticas públicas. Ao mesmo tempo, para obter esses recursos, esses grupos dependem de uma rede política consolidada e de disputas no seio do governo. É preciso ressaltar que as emendas parlamentares não são políticas públicas, ou seja, não têm nenhuma perspectiva de se tornarem permanentes ou universais; por isso, não podem substituir essas últimas.

Estamos em um momento de reconstrução das políticas sociais — incluindo as políticas para as mulheres, para a autonomia econômica e a economia solidária. Porém, isso implica um caminho árduo marcado por disputas políticas. Em 2024, foi aprovada a Lei 15.068, que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES). Também está sendo debatida a criação de um sistema nacional de finanças solidárias. São processos longos que, no entanto, trazem consigo um acúmulo significativo de reflexões com outros movimentos de base, sendo atravessados por atores com interesses divergentes, incluindo empreendimentos de economia solidária e grandes cooperativas dos setores agrícola, de crédito e de saúde no Brasil, representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que, apesar de terem o estatuto de cooperativas, não representam o campo da economia solidária.

Em 2025, foi realizado o Ciclo de Conferências Nacionais — sobre as mulheres, a economia solidária, entre outros temas — organizado pelo poder público em colaboração com a sociedade civil, o que abre uma possibilidade de diálogo dentro dos próprios movimentos e destes com o governo. Também está sendo desenvolvida a Política Nacional de Cuidados, aprovada na Lei 15.069 de 2024 — que, todavia, não aborda a questão da economia solidária, nem a das cooperativas como estratégia organizacional, redistribuição social dos cuidados ou garantia de direitos para o conjunto das trabalhadoras desse setor. Não

⁷ Pesquisa realizada pela SOF-Sempreviva Organização Feminista em 2020 mostrou como a demanda por cuidados aumentou significativamente na vida das mulheres durante a pandemia. Essa mesma pesquisa constatou que 61% das mulheres entrevistadas e que estavam no campo da economia solidária eram negras; e que foram também as mulheres negras que tiveram de enfrentar as situações mais precárias durante a pandemia em termos de vulnerabilidade financeira, desemprego e violência doméstica. Os detalhes podem ser encontrados em: [mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf](https://sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf). (acessado em 21 de julho de 2025).

⁸ No Brasil, os parlamentares podem apresentar emendas a projetos de lei orçamentária municipal, estadual ou federal para definir a alocação dos recursos.

temos tradição de cooperativas no setor dos cuidados no Brasil, o que indica um caminho a seguir.

Algumas reflexões importantes para o contexto brasileiro:

Empreendedorismo: No Brasil, cerca de 40 % da população trabalha em regime de trabalho informal. Há um forte discurso positivo sobre o empreendedorismo como forma de inserção (e até de formalização) do trabalho. Esse discurso tem sido revestido de muitas formas, incluindo o feminismo liberal. O campo da economia solidária feminista se desenvolve como contraponto coletivo, contudo, a disputa é dura, uma vez que a proposta do empreendedorismo recebe apoio financeiro e comunicativo do mercado e, em certa medida, do próprio Estado.

Dimensão racial: no Brasil, não é possível falar de mulheres sem refletir sobre a dimensão racial. As mulheres negras vivem em condições de trabalho mais precárias, padecem mais intensamente as desigualdades do trabalho de cuidados e, quanto aos índices de violência, são das que mais sofrem segundo as estatísticas. Por outro lado, também estão à frente das iniciativas mais reparadoras, revolucionárias e criativas, como indicam os exemplos das mulheres quilombolas⁹, das feiras pretas e das iniciativas de afroempreendedorismo.

Dimensão ambiental: as mulheres são as mais atingidas e também estão na vanguarda das lutas contra a exploração dos recursos naturais. Grupos de mulheres auto-organizadas e grupos de economia solidária e agroecologia trabalham para reconstruir territórios, reconstruindo também a narrativa de “catástrofes” ambientais por meio da solidariedade.

⁹ Os quilombos são comunidades de resistência e refúgio, originalmente criadas por pessoas negras escravizadas durante a época colonial brasileira. Muitas comunidades continuam vivas hoje em dia e o termo ainda é usado para designar espaços de tradição, resistência e organização social negra. Quilombolas são as pessoas que habitam esses espaços.

Mapa de iniciativas
no Brasil



Feira Agroecológica de Mulheres do Butantã



Ano de criação
2017

Tipo de iniciativa
Comunitária

Sector
**Serviços:
comercialização**

País
Brasil

Região e localidade
São Paulo

Rural/Urbana
Rural

Atividade econômica
Feira mensal de venda de produtos artesanais, agroecológicos e solidários, com programação cultural, realizada em espaços públicos do bairro do Butantã.

História e composição
Fruto de uma experiência de luta organizada por moradoras do Butantã para transformar uma praça em área de preservação ambiental. Articula 25 mulheres, incluindo mulheres negras e indígenas. Contam com o apoio de 3 homens.

Objetivos da iniciativa
Reforçar a mobilização política da região e o debate sobre a agroecologia; oferecer um espaço de venda para as produtoras que atuam dentro da lógica da economia solidária.

Redes em que participam
Associações do bairro, Fórum de Cultura do Butantã, Rede ambiental do Butantã, Ponto de Economia Solidária do Butantã, RESF (Rede de Economia Solidária e Feminista).

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)
Receitas próprias (venda de produtos e serviços culturais), subsídios públicos (emendas parlamentares), financiadores privados (Fundo Casa).

Em que nos fez refletir
Este projeto está vinculado a um debate sobre a dificuldade de garantir espaços públicos verdes e sobre a gestão conservadora da prefeitura de São Paulo.

Justa trama



Ano de criação
2005

Tipo de iniciativa
Cooperativa de segundo grau

Sector
Têxtil: produção e manufatura

País
Brasil

Região e localidade
Porto Alegre

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Cooperativa que abrange todos os elos da cadeia de produção, elaboração e comercialização de produtos têxteis com algodão orgânico.

História e composição

Impulsionada principalmente por uma cooperativa de costureiras, em parceria com outras entidades do setor têxtil, esta cooperativa de segundo grau solidária e ecológica possui cerca de 80% de representação feminina nos espaços de coordenação e é composta por 700 pessoas de diversas origens raciais e étnicas.

Objetivos da iniciativa

Produção têxtil limpa, remuneração justa do setor.

Redes em que participam

Centro de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), Rede Brasileira de Bancos Comunitários, Conselho Nacional de Economia Solidária.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria (compras públicas, feiras, encomendas), financiamento privado (Petrobras), cooperação internacional.

Em que nos fez refletir

Cooperativa de segundo grau de sucesso, que cobre toda a cadeia de produção têxtil, trabalhando com algodão orgânico, com membros em todo o país. Trata-se de um projeto empresarial rentável com objetivos de transformação social. Entre outras experiências de destaque, a Justa Trama produz lençóis para o maior grupo de hospitais públicos do sul do Brasil.

Periferia Feminista



Ano de criação
2020

Tipo de iniciativa
Comunitária

Sector
Ação feminista, cuidados comunitários

País
Brasil

Região e localidade
Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Cozinha comunitária, distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade e oportunidade de trabalho autônomo para as integrantes.

História e composição

Coletivo formado por 25 mulheres negras, chefes de família e com mais de 50 anos. Elas ocuparam um terreno abandonado para criar uma horta e, mais tarde, uma cozinha, tornando-se um projeto comunitário agroecológico e feminista de referência na periferia.

Objetivos da iniciativa

Organização das mulheres da periferia. Criação de um espaço multifuncional para mulheres de modo a atender às suas necessidades e desejos.

Redes em que participam

Marcha Mundial das Mulheres, Federação Amigos da Terra Internacional, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Financiamento público (Programa de Aquisição de Alimentos), cooperação internacional (Terre des Hommes - Alemanha), financiamento privado (Cáritas Brasileira).

Em que nos fez refletir

Projeto que nasceu da pandemia, de iniciativas espontâneas de apoio mútuo e que, pouco a pouco, vai se consolidando. Algumas das integrantes tomaram consciência das suas experiências de violência de gênero graças às ações do coletivo.

Rede Xique Xique



Ano de criação
2000

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
Agroecologia

País
Brasil

Região e localidade
Rio Grande do Norte, Mossoró

Rural/Urbana
Rural

Atividade econômica

Produção agroecológica certificada, formação em agroecologia, transformação e comercialização de produtos.

História e composição

Das 150 pessoas da zona rural que compõem a cooperativa, a maioria são mulheres de diversas etnias e raças que se organizaram por conta própria para conseguir o dinheiro necessário para formar a cooperativa.

Objetivos da iniciativa

Formação, mobilização política e geração de renda.

Redes em que participam

Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Econômica Solidária (Unicafes), Conselho Estadual de Economia Solidária, Marcha Mundial das Mulheres, entre outras.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, financiamento público (emendas parlamentares), financiamento privado (ECOFORTE), créditos e serviços financeiros solidários (COGEFUR, Cooperagre).

Em que nos fez refletir

Organização que começou de modo informal e evoluiu, primeiro, para uma associação e, depois, para uma cooperativa. Começou com a produção agroecológica e, posteriormente, foi se especializando em formação e certificação de produtos. Projeto com uma maioria de mulheres com forte capitalização de saberes e experiência.

Red de Economía Solidaria Feminista (RESF)



Ano de criação
2013

Tipo de iniciativa
Comunitária, em processo de formalização como associação

Sector
Ação feminista

País
Brasil

Região e localidade
Porto Alegre

Rural/Urbana
-

Atividade econômica

Articulação, incidência política e formação, partindo da base de que “a economia feminista qualifica a economia solidária”.

História e composição

Surgiu de uma iniciativa estatal de mapeamento e formação de mulheres envolvidas na economia solidária. Atualmente, é uma rede independente do Estado brasileiro e conta com cerca de 2.800 pessoas, das quais 2.300 são mulheres diversas, indígenas, de comunidades tradicionais, quilombolas e ribeirinhas.

Objetivos da iniciativa

Articular e mobilizar as mulheres da economia solidária, com o objetivo de fortalecer as suas iniciativas econômicas e fomentar debates feministas nos espaços mistos da economia solidária brasileira.

Redes em que participam

Redes locais, regionais e nacionais de ESS.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Rendimento próprio

Em que nos fez refletir

Espaço de coordenação, em nível nacional, da economia social feminista, que, apesar de ter perdido o financiamento público com o qual começou, continua funcionando e articulando processos de luta que visam promover a perspectiva feminista nas políticas públicas de ESS.



3.3

Mulheres, economia social e solidária e economia popular: breve abordagem sobre a Colômbia

Na Colômbia, a ESS e a economia popular surgiram como formas alternativas e coletivas de organização econômica diante de um modelo tradicional de desenvolvimento que historicamente excluiu grandes setores da população. Ambas as economias têm uma profunda raiz comunitária, são fortemente apoiadas por mulheres e setores populares e, hoje mais do que nunca, são fundamentais para pensar uma economia com justiça social, equidade e sustentabilidade.

A ESS possui uma longa história no país: nasceu no final do século XIX, com a criação de cooperativas, associações mutualistas e fundos de empregados, e se fortaleceu no século XX como uma ferramenta de resistência econômica nos setores rural, operário e popular. Hoje, reúne mais de 40 mil organizações, representando cerca de 4 % do PIB e atuando em setores como saúde, educação, finanças solidárias, agricultura e serviços. O seu principal valor reside em princípios como autogestão, ajuda mútua e redistribuição equitativa do poder econômico.

Desde 2022 la economía popular ha sido reconocida como pilar económico en el Plan Nacional de Desarrollo

Por sua vez, a economia popular tem se constituído progressivamente como uma estratégia de subsistência face ao desemprego e ao trabalho informal. Abrange atividades como o comércio ambulante, reciclagem, trabalho doméstico, profissões populares e produção familiar, com uma alta participação de mulheres, jovens e migrantes. Representa pelo menos 60% da população ativa e contribui com entre 20% e 30% do PIB. Embora historicamente invisibilizada, em 2022 a economia popular foi reconhecida como pilar econômico pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, durante o primeiro governo progressista do país.

As organizações sociais, incluindo sindicatos, cooperativas, coletivos populares e redes territoriais, urbanas e rurais, têm desempenhado um papel fundamental na promoção e fortalecimento dessas economias. Na ESS, elas impulsionaram marcos regulatórios como a Lei 454 de 1998, a criação do DANSOCIAL (Departamento Administrativo Nacional de Economía Solidária), transformado em 2011 na UAEOS (Unidad Administrativa Especial de Organizaciones Solidarias), vinculada ao Ministério do Trabalho, cuja missão consiste em apoiar organizações — como cooperativas, associações mutualistas ou solidárias e fundos de empregados — por meio de assistência técnica, formação, pesquisa e articulação com políticas públicas. Mais recentemente, também lutam pela incorporação da abordagem solidária nas políticas públicas. Na economia popular, conseguiram dar visibilidade ao valor do trabalho informal e comunitário, exigindo direitos trabalhistas e construindo propostas de formalização com enfoque social e de cuidados.

Um componente central de ambas as economias é o protagonismo das mulheres. Elas têm liderado cooperativas rurais, cozinhas comunitárias, redes de escambo, mercados populares e processos pedagógicos em torno da economia do cuidado. No entanto, ainda enfrentam barreiras estruturais: sobrecarga de trabalho doméstico, exclusão dos espaços de poder e participação limitada na elaboração de políticas públicas. Apesar disso, as organizações feministas e de mulheres têm influenciado fortemente a construção de agendas coletivas que reivindicam o valor do cuidado, do trabalho comunitário e da justiça econômica.

Tanto a ESS quanto a economia popular sustentam a vida cotidiana de milhões de pessoas

Um aspecto a ser levado em conta na Colômbia é que, embora existam diferenças entre a ESS e a economia popular, na prática, elas costumam se misturar. A ESS é constituída por organizações formalizadas como cooperativas, associações mutualistas e associações sem fins lucrativos, baseadas na autogestão, solidariedade e participação democrática. Por sua parte, a economia popular agrupa atividades informais ou de subsistência — como trabalho autônomo, reciclagem e venda ambulante — realizadas principalmente por mulheres e comunidades vulneráveis. A principal diferença está no nível de formalização e nas condições de trabalho e reconhecimento legal.

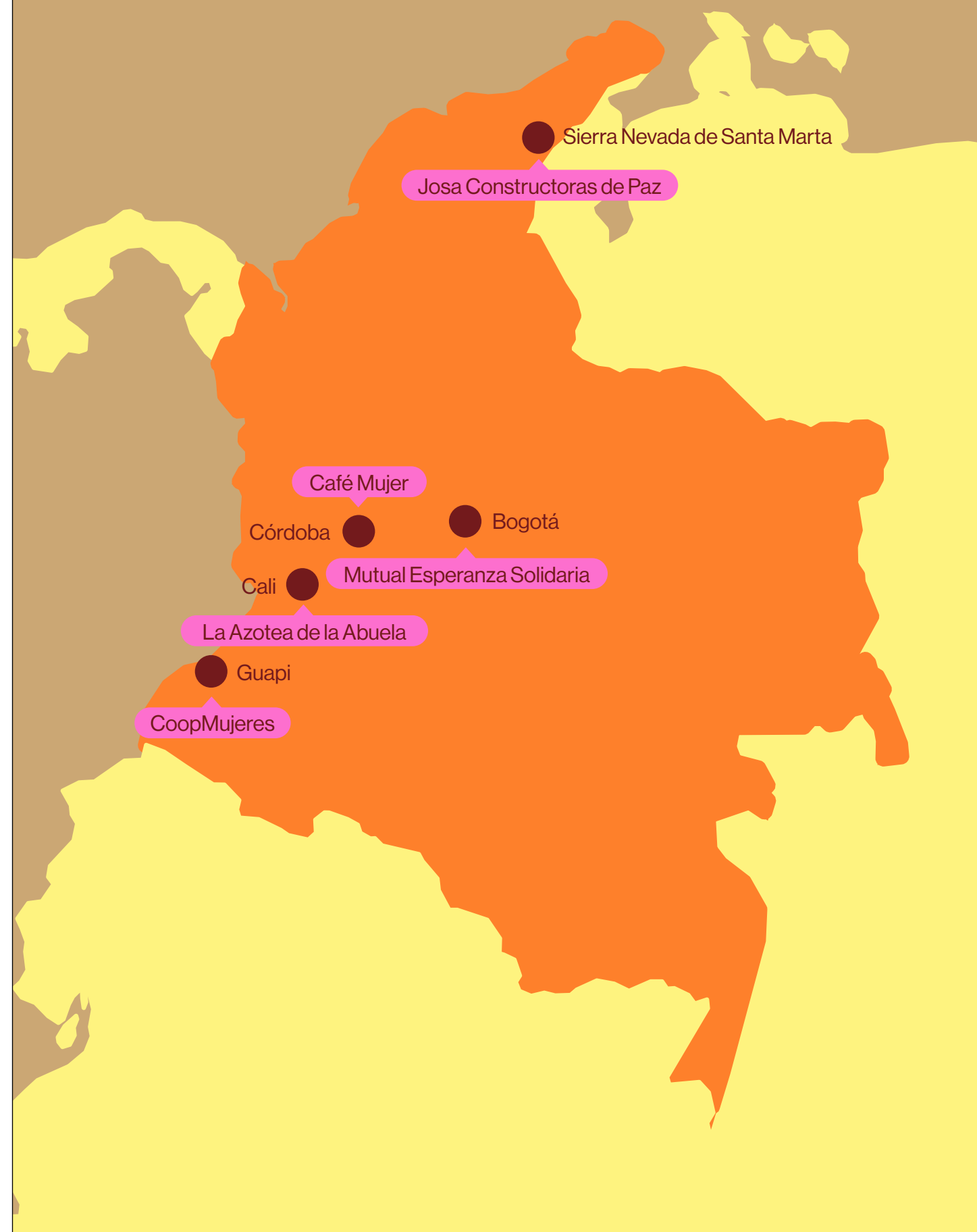
Em termos institucionais, essas economias contam com o apoio de entidades como UAEOS, Ministério do Trabalho, Confecoop, MinComercio, DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estatística), bem como de fundações, universidades e redes territoriais. Mecanismos de financiamento também foram

promovidos a partir de cooperativas de poupança, bancos cooperativos, instituições de microfinanças sociais e bancos de desenvolvimento, o que permite canalizar alguns recursos para iniciativas de base e comunitárias. Nessa linha, as principais entidades financiadoras da ESS são as cooperativas de poupança e de crédito,

os fundos de empregados, o Banco Coopcentral e a UAEOS. Quanto à economia popular, destacam-se o Bancoldex, o Finagro, a proposta de banco público popular e os programas de microcréditos como WWB Colômbia e Contactar.

Tanto a ESS quanto a economia popular sustentam a vida cotidiana de milhões de pessoas, especialmente em contextos de crise. Além de garantirem renda e serviços, também tecem redes de cuidados, solidariedade e resiliência. Reconhecer, fortalecer e dignificar essas economias — a partir de uma abordagem feminista e interseccional — é fundamental para a construção de um país mais justo, com igualdade econômica e social. As organizações de mulheres ainda desconhecem ou muitas vezes desconfiam das entidades de financiamento, o que implica desenvolver processos de conhecimento e de experiências reais que lhes permitam se aproximar dessas instituições públicas e privadas.

Mapa de iniciativas na Colômbia



Café Mujer



Ano de criação
2010

Tipo de iniciativa
Associação

Sector
Agroecologia: serviços e comercialização

País
Colômbia

Região e localidade
Quindío. Córdoba

Rural/Urbana
Urbana-rural

Atividade econômica

Marca de café; produção, elaboração e venda de café orgânico.

História e composição

Tem origem em uma associação de mulheres que trabalhava pelo empoderamento feminino na região. O projeto econômico surgiu alguns anos depois com o que cada sócia podia contribuir. Hoje é constituída por 8 mulheres, a maioria delas mestiças e com mais de 60 anos.

Objetivos da iniciativa

Autonomia econômica e empoderamento das mulheres cafeicultoras.

Redes em que participam

Colaboração com redes locais.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria.

Em que nos fez refletir

Exemplo poderoso de como uma organização comunitária liderada por mulheres rurais, a partir da economia popular, pode:

- Gerar autonomia econômica.
- Redistribuir o poder nos lares.
- Fortalecer o tecido familiar e comunitário, gerando emprego para jovens na sua loja de café.

CoopMujeres Cooperativa Multiactiva de Mujeres de Guapi



Ano de criação
1992

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
Têxtil: produção e manufatura

País
Colômbia

Região e localidade
Cauca, Guapi

Rural/Urbana
Urbana-rural

Atividade econômica

Fabricação e venda de produtos de cestaria e outros artesanatos.

História e composição

Surgiu como resposta a vários problemas estruturais que afetavam mulheres afro-colombianas da região, vítimas do conflito armado. Atualmente é um projeto produtivo sustentado por 20 mulheres.

Objetivos da iniciativa

Contribuir para uma vida livre de violência para as mulheres afrodescendentes.

Redes em que participam

Não participam em redes.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria.

Em que nos fez refletir

Uma iniciativa econômica de mais de 30 anos, em um território que possui uma elevada taxa de pobreza, afetado pela mineração e pelas alterações climáticas, que se sustenta apenas pela sua atividade.

Josa Constructoras de Paz



Ano de criação
2020

Tipo de iniciativa
**Comunitária -
Associação**

Sector
**Têxtil: produção
e manufatura**

País
Colômbia

Região e localidade
**Sierra Nevada
de Santa Marta**

Rural/Urbana
Rural

Atividade econômica

Elaboração de mochilas tradicionais.

História e composição

Surge do impulso coletivo das mulheres indígenas aruaques para se organizarem na luta contra diversas formas de exclusão, violência e espoliação territorial e cultural. Atualmente são 260 integrantes, todas indígenas, das quais 256 são mulheres.

Objetivos da iniciativa

Fortalecer a liderança feminina indígena, trazer paz para o território e visibilizar o trabalho com enfoque feminista e comunitário.

Redes em que participam

Aliança de 12 mesas de economia feminista, de economia do cuidado e intersectoriais de 11 territórios do país.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, subsídios da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em que nos fez refletir

A sua principal fonte de renda são as mochilas aruaques. Graças à formação que receberam, elas souberam revalorizar os seus produtos. Atualmente, estão em processo de revisão e definição de preços adequados. Possuem uma Casa do Cuidado na sua comunidade, em processo de montagem, que tentam ajudar a reproduzir em outras comunidades indígenas.

La Azotea de la Abuela



Ano de criação
2015

Tipo de iniciativa
**Comunitária -
Associação**

Sector
Serviços: cultural

País
Colômbia

Região e localidade
Cali

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Recuperação de saberes ancestrais através da produção de plantas alimentícias, da venda de comidas do Pacífico e de atividades culturais voltadas ao turismo.

História e composição

30 mulheres afro-colombianas do Pacífico colombiano, a maioria delas vítimas de conflito armado, se reúnem semanalmente para “papear”, compartilhar experiências, plantar, cozinhar e curar coletivamente.

Objetivos da iniciativa

Recuperar emocional e culturalmente as mulheres atingidas pela violência, por meio da arte, da cultura, do diálogo e da culinária tradicional.

Redes em que participam

Colaboração com outros projetos culturais locais.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, subsídios do Ministério da Cultura, doações de organizações de mulheres.

Em que nos fez refletir

A Azotea de la Abuela é um espaço de recuperação do tecido social, da memória, da dignidade e da resistência cultural afro-colombiana. Através do seu trabalho, conseguiram transformações pessoais e coletivas de mulheres vulnerabilizadas que assumiram o papel de líderes, recuperaram a sua voz própria e construíram redes de apoio mútuo.



Mutual Esperanza Solidaria

Ano de criação
2021

Tipo de iniciativa
**Comunitária -
Associação**

Sector
**Serviços -
Comercialização**

País
Colômbia

Região e localidade
Bogotá

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Comércio atacadista de produtos alimentares. Serviços para sócios: comercialização de produtos ecológicos em mercados e feiras rurais; fornecimento de materiais didáticos; serviços profissionais; formação. Pretendem criar um fundo de investimento.

História e composição

Nasceu como uma estrutura cidadã de apoio mútuo baseada na economia solidária; atualmente conta com 28 sócias e 13 sócios.

Objetivos da iniciativa

Promover o bem-estar pessoal, familiar e comunitário através da cooperação e gestão de serviços solidários.

Redes em que participam

Entidade parceira da cooperativa financeira Confiar; Manzanas del cuidado de Bogotá; colaboração com a Fundação Pepaso.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)
Contribuições de sócios; atividade própria; financiamento público (Prefeitura de Bogotá).

Em que nos fez refletir

Uma iniciativa que opta por compartilhar rendimentos entre pessoas de diferentes níveis econômicos, a fim de disponibilizá-los para a comunidade, contribuindo para a difusão dos valores do cooperativismo e do apoio mútuo em uma cidade tão grande como Bogotá.



3.4

Tecendo as redes da economia solidária e das finanças éticas no Estado espanhol

A Economia Solidária no Estado espanhol é representada pela REAS Red de Redes (REAS RdR), uma rede confederal que nasceu em 1995 no âmbito dos encontros bienais IDEARIA, iniciados na década de 1990 por diferentes movimentos sociais de base em plena crise econômica e política. Nos seus primeiros anos, a rede concentrou os seus esforços em coordenar iniciativas em todo o Estado, definir os princípios da economia solidária através de uma carta de princípios, promover a ferramenta de auditoria ou balance social e criar a Rede de Utilidades Financeiras Alternativas e Solidárias (RUFAS). Ao mesmo tempo, a rede foi se transformando em um movimento social, o que a levou a participar da primeira edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Nesse fórum, e sob a influência do movimento antiglobalização, foram forjadas relações entre vários grupos internacionais de ESS, que posteriormente dariam origem à rede internacional RIPESS.

A economia solidária compartilha valores com a economia social, como a primazia das pessoas sobre o capital, a gestão democrática e a cooperação. Esses princípios constituem pontes entre as duas áreas, de modo que a REAS RdR se reconhece

como parte da economia social, convergindo para o movimento da economia social e solidária (ESS). Em 2009, a rede passou a fazer parte da CEPES, a Confederação Empresarial Espanhola de Economia Social, que atualmente representa mais de 10% do PIB de todo o Estado e gera mais de 2,1 milhões de empregos

diretos e indiretos. Nesse contexto, a REAS RdR continua a representar uma clara vontade de transformação social dentro da grande família da economia social, o que é um sinal da sua diversidade.

Sob os princípios da ESS, as finanças éticas são o principal mecanismo para alcançar a transformação social

Sob os princípios da ESS, as finanças éticas são o principal mecanismo para alcançar a transformação social. Perante esse quadro, surgiram ao longo dos anos diferentes iniciativas, como a Fiare Banca Etica (banco ético e cooperativo), a Coop57 (cooperativa de serviços financeiros), a Oikocredit (cooperativa de investimento internacional), a CAES (seguros éticos), a FETS (associação para a promoção das finanças éticas) e a REFAS (Rede Financeira Alternativa e Solidária). Esse movimento financeiro alternativo se articula em torno da Mesa de Finanças Éticas, um espaço de encontro e intercooperação entre organizações do setor para promover a dimensão social, o conhecimento e a formação em finanças éticas, bem como torná-las visíveis e potencializá-las como ferramenta de transformação social. O auge dessas instituições financeiras e seguradoras, que combinam sustentabilidade social e ambiental com rentabilidade econômica, tem acompanhado o crescimento da ESS nos últimos anos. Em relação ao financiamento de organizações feministas, podemos destacar também o Fundo Calala, o único fundo de mulheres do Estado espanhol.

No marco das confluências e alianças que a ESS vem realizando com as chamadas economias transformadoras, cabe destacar a criação da Comissão Interterritorial de Feminismos, formalizada em 2017 como um espaço estratégico para integrar demandas e lutas feministas, e dialogar com a economia feminista e a economia solidária. Nos últimos anos, algumas das conquistas foram a inclusão da perspectiva de gênero em auditorias e balanços sociais, a revisão da Carta de Princípios e a elaboração de guias de boas práticas¹⁰. A confluência com o movimento feminista também se consolidou em alianças internacionais dentro do Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras, realizado em 2019 em Barcelona.

¹⁰ Red de Economía Alternativa y Solidaria (REAS). (2022). *La Economía Social y Solidaria enseña el corazón: Buenas prácticas de las organizaciones para una Economía Solidaria y Feminista*. reasnet.com/intranet/wp-content/uploads/bp-attachments/15316/REAS-Red_Buenas-practicas-organizaciones-para-una-EC-Solidaria-y-Fem.pdf

Nos últimos quinze anos, a ESS consolidou avanços significativos tanto a nível legislativo como organizacional. A aprovação da Lei da Economia Social em 2011, que deverá ser atualizada em 2025, é um marco fundamental para o fortalecimento do setor. Além disso, ao longo desta década, criou-se um contexto institucional favorável, com a inclusão do termo no nome do Ministério do Trabalho e Economia Social, a elevação da economia social ao nível de Secretaria de Estado e a implementação da Estratégia Espanhola de Economia Social. Além disso, no âmbito internacional, a economia solidária foi reconhecida pelas Nações Unidas como motor fundamental para o desenvolvimento sustentável e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Resolução A/RES/77/281).

A pandemia gerada pela covid-19 também evidenciou a resiliência da ESS, demonstrando a sua capacidade de sustentar a atividade econômica e social diante de crises, graças à sua base

cooperativa e ao trabalho em rede. As cooperativas se consolidaram como uma das formas jurídicas com maior ascensão, embora a intercooperação e o tecido comunitário continuem sendo essenciais para o seu desenvolvimento.

A ESS não apenas tem crescido economicamente, como também tem se consolidado como um espaço de transformação social, inclusivo e comprometido com a justiça econômica, social e de gênero.

Em conjunto, a ESS não apenas tem crescido economicamente, como também tem se consolidado como um espaço de transformação social, inclusivo e comprometido com a justiça econômica,

social e de gênero. Atualmente, o movimento da ESS é composto por 71.606 empresas e entidades e 2.510.607 empregos em todo o Estado¹¹.

Embora tenha havido avanços significativos do ponto de vista de gênero, decolonial e antirracista, a ESS ainda enfrenta dois tipos de desafios: alguns internos, ligados a tensões e processos não resolvidos dentro das suas próprias entidades e empresas; e outros externos, decorrentes de um contexto cada vez mais polarizado, marcado pela precariedade do trabalho e pelo aumento da desigualdade, que afeta particularmente mulheres, migrantes e populações racializadas. Isso reforça a necessidade de que a ESS, juntamente com as políticas públicas, se consolide como uma alavanca de transformação.

¹¹ Fonte: www.cepes.es/cepes-cifras

Mapa de iniciativas
no Estado espanhol



Dabne



Ano de criação
2000

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
Serviços:
tecnológicos

País
Estado espanhol

Região e localidade
Madrid

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica
Programação e formação em tecnologia e gênero.

História e composição
Fundada por quatro mulheres com formação em tecnologia que queriam criar um espaço de trabalho próprio com valores ligados ao software livre.

Objetivos da iniciativa
Criar um ambiente de trabalho agradável, livre e vinculado ao software livre.

Redes em que participam
Tangente, XES, Coop57, Cooperama, Fondo Dalia, Mercado Social.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)
Atividade própria, subsídios (PERTE Economia Social), fundos privados (Fundo Dalia).

Em que nos fez refletir
Projeto singular, com mais de 20 anos de trajetória, que oferece serviços de digitalização, com visão estratégica e baseados nos princípios do software livre, para organizações e projetos feministas.

Errotik



Ano de criação
2017

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
Acción feminista

País
Estado espanhol-Euskadi

Região e localidade
Bilbau

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Concepção, acompanhamento e avaliação de processos transformadores em torno da igualdade de gênero, dos cuidados, das violências machistas, da diversidade sexual e de gênero e da justiça social.

História e composição

Surge como uma aposta na criação de um espaço de trabalho autônomo, feminista, ético e coletivo, em resposta à precariedade. Atualmente é formada por 3 sócias-trabalhadoras e 2 trabalhadores: 4 mulheres e um homem.

Objetivos da iniciativa

Criar um espaço de trabalho autônomo, feminista, ético e coletivo, em resposta à precariedade, às violências estruturais e às limitações das instituições para promover mudanças reais. Repolitizar discursos e práticas no campo da igualdade.

Redes em que participam

REAS, plataformas feministas e de cooperação internacional

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, finanças éticas (Fiare).

Em que nos fez refletir

Cooperativa que oferece serviços de consultoria com uma visão feminista, com alto percentual de clientes públicos, no intuito de tentar reverter as dinâmicas institucionalizadoras do setor da cooperação e ação social, colocando em prática os valores feministas no seu trabalho, tanto interna quanto externamente.

Germinando



Ano de criação
2010

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
Agroecologia

País
Estado espanhol

Região e localidade
Madrid

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Educação agroecológica, capacitação profissional, empreendedorismo social e rural, programas comunitários e consultoria em economia social.

História e composição

Fundada por três mulheres provenientes do meio rural e cooperativo que retornaram à cidade, a iniciativa surgiu da necessidade de criar um ambiente de trabalho que respeitasse os tempos pessoais e corporais das integrantes. Atualmente, é uma referência para o setor e conta com 8 sócias-trabalhadoras e 4 trabalhadoras.

Objetivos da iniciativa

Desenvolver um projeto de vida cooperativo focado na agroecologia, sustentabilidade, igualdade e cuidados.

Redes em que participam

Tangente, REAS, colaboração com ONGs, plataformas rurais e outras cooperativas do Estado.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, financiamento público (União Europeia, ministérios do Estado espanhol, PERTE Economia Social), financiamento privado (Fundação Carasso, La Caixa, Montemadrid), finanças (Triodos).

Em que nos fez refletir

Projeto pioneiro de agroecologia com uma visão feminista. Graças a toda a experiência acumulada, agora podem assessorar e promover outros projetos cooperativos. A sua trajetória, como a de muitas outras, mostra que as vidas pessoais marcam os projetos econômicos das mulheres.

Outonia



Ano de criação
2005

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
**Serviços:
educativos**

País
Estado espanhol

Região e localidade
**Montanhas de
Lugo e Ourense**

Rural/Urbana
Rural

Atividade econômica

Educação não formal em áreas rurais dispersas: oficinas sobre igualdade, educação sexual, meio ambiente, memória territorial, estimulação cognitiva, etc.

História e composição

Projeto profissional promovido por 3 jovens educadoras sociais que queriam viver e trabalhar nos seus povoados. Hoje é formado por 3 sócias-trabalhadoras e 1 sócio-trabalhador.

Objetivos da iniciativa

Valorizar a identidade das pessoas que vivem em áreas rurais e a identidade desses próprios territórios. Prestar serviços educativos e gerar autoemprego a partir de uma perspectiva territorial e feminista.

Redes em que participam

REAS, Espazo Coop (rede de cooperativas galegas)

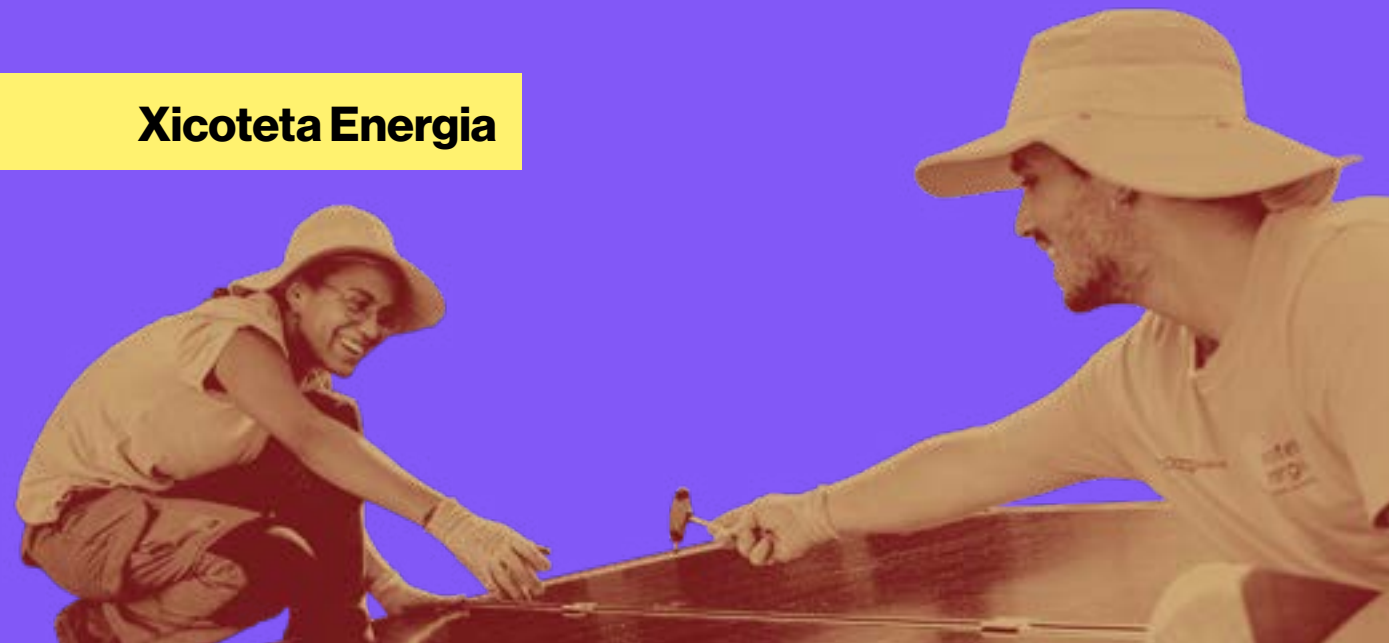
Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, subsídios públicos (prefeituras, administrações provinciais, Instituto de las Mujeres, Ministério da Cultura), financiamento privado (Fundo Dalia).

Em que nos fez refletir

Cooperativa com um forte discurso de reivindicação do meio rural e pelo direito de morar e trabalhar no seu povoado natal. O meio em que trabalham, composto por pequenos povoados com menos de 100 habitantes, torna difícil ajustar-se aos critérios e indicadores adotados pelos editais públicos. Os seus principais clientes são pequenos municípios que possuem poucos recursos.

Xicoteta Energia



Ano de criação
2019

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
**Serviços:
energias
renováveis**

País
Estado espanhol

Região e localidade
Valência

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Instalações fotovoltaicas para residências, comunidades energéticas e empresas. Serviços de engenharia, fornecimento de energia e reparações.

História e composição

Fundada em 2019 após uma mudança na legislação sobre autoconsumo, com o objetivo de criar uma pequena empresa de instalação de sistemas fotovoltaicos com uma perspectiva ética. Atualmente, em um setor altamente masculinizado e competitivo, é formada por 5 sócias-trabalhadoras: 1 homem e 4 mulheres, uma das quais é migrante e racializada.

Objetivos da iniciativa

Promover uma transição energética justa, democratizar o setor, impulsionar o autoemprego, fortalecer a economia solidária e trabalhar a partir do ecofeminismo e da intercooperação.

Redes em que participam

XEAS PV, REAS, FEVECTA, Som Energia, La Corriente, participação na Unión Renovables..

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, finanças éticas (Coop57, Caixa Popular).

Em que nos fez refletir

Cooperativa que se consolidou, não sem dificuldades, em um curto espaço de tempo, em um setor onde há poucos atores da ESS e que precisa de envergadura para poder se sustentar.



3.5

Catalunha: raízes libertárias, embrião do presente da economia solidária e das finanças éticas

A Catalunha possui uma longa trajetória de autogestão e cooperativismo, com raízes no século XIX e um forte impacto social durante a Segunda República Espanhola, especialmente por meio de iniciativas operárias e lideradas por mulheres. Após a dura repressão franquista, o cooperativismo ressurgiu nas décadas de 1980 e 1990 com novas formas ligadas tanto à recuperação de empresas quanto a projetos sociais e de cuidados. Influenciada por movimentos feministas, ecologistas e antiglobalização (locais e europeus), essa evolução resultou na consolidação do paradigma da ESS, que se define em relação ao propósito transformador da organização, das suas atividades e da sua governança, independentemente da sua forma jurídica. No final da década de 1990 e começo dos anos 2000, a ESS articula-se como uma proposta econômica baseada na democracia interna, no seu propósito social e no compromisso com o bem comum. Nesse contexto, surgiram experiências fundamentais, como a Coop57, em 1995, uma cooperativa de serviços financeiros éticos e solidários nascida para promover e fortalecer a ESS, e a Xarxa (“rede”) d’Economia Solidària de Catalunya (XES), em 2003, uma rede de referência que articula a ESS na

Catalunha. Ambas as entidades simbolizam a maturidade de um ecossistema que entende a economia como uma ferramenta de justiça social e emancipação coletiva.

Pôr o foco nas práticas transformadoras, para além da forma jurídica, permite reconhecer a diversidade de iniciativas comprometidas com as pessoas e o seu ambiente. A fim de avaliar a sua coerência com os princípios da ESS, a XES promove, desde 2007, o Balanço Social, uma ferramenta quantitativa de autoavaliação que mensura o impacto social, ambiental e de boa governança das organizações. Em 2013, a esse cenário juntou-se o Pam a Pam, um mapa construído a partir da participação comunitária que dá visibilidade a mais 1.600 experiências de ESS na Catalunha, facilitando o acesso e o consumo responsável por cidadãos, empresas e administrações e fortalecendo as redes locais transformadoras. Com a ajuda dessas ferramentas é elaborado anualmente o Relatório do Mercado Social Catalão, que oferece um panorama do estado, dos desafios e das boas práticas do setor. No campo financeiro, o Barômetro das Finanças Éticas, promovido pela FETS desde 2008, analisa todos os anos a evolução e consolidação das finanças éticas no Estado espanhol.

Atualmente, a ESS na Catalunha engloba mais de 16.000 iniciativas, das quais quase 5.000 são cooperativas (74% delas são cooperativas de trabalho associado), cerca de 6.000 são associações e fundações do campo social (principalmente do terceiro setor social), 5.000 são sociedades de trabalho (forma jurídica exclusiva do Estado espanhol que compreende sociedades de caráter mercantil, anônimas ou de responsabilidade limitada, em que mais de 50% do capital social pertence aos próprios trabalhadores), 36 são associações mutualistas de previdência, 60 são empresas de inserção, 210 são centros especiais de trabalho e por volta de 350 são iniciativas comunitárias.

Em 2014, a Fiare Banca Etica tornou-se o primeiro banco ético cooperativo oficialmente registrado no Banco Central da Espanha, culminando um processo iniciado em 2003 com a Fundação Fiare. Esse feito marca a consolidação de um ecossistema plural de finanças éticas a serviço da ESS na Catalunha e no Estado espanhol. Contando com entidades como Triodos, Coop57, Oikocredit Catalunya, Arç cooperativa, CoopHalal, Fundação Seira, Fundação ASCA e Fundo Dalia, foi formada uma rede diversificada de instrumentos financeiros que

promove a democracia econômica, a justiça social e a autonomia de projetos transformadores, incluindo aqueles liderados por mulheres e dissidências.

A celebração anual, desde 2012, da Feira de Economia Solidária da Catalunha (FESC) representa um salto em termos de reconhecimento social da ESS, do mercado social e das suas propostas. A partir de 2015, a ESS se consolidou como ator político na Catalunha, impulsionada por um novo ciclo municipalista ligado ao movimento 15M. As políticas públicas foram reorientadas para uma economia a serviço da vida, com uma abordagem ecossocial e feminista. Esse reconhecimento institucional se traduziu na criação de iniciativas-chave, como os Ateneus

A partir de 2015, a ESS se consolidou como ator político na Catalunha, impulsionada por um novo ciclo municipalista ligado ao movimento 15M

Cooperativos (2016) e a Rede de Municípios para a ESS (2017), que fortaleceram um ecossistema comprometido com a ESS, o bem comum e a transformação econômica. Com a criação em 2017 da AESCAT, que reúne as principais entidades do setor, foi reativada a primeira proposta de lei para o reconhecimento da ESS na Catalunha. Fruto desse trabalho coletivo, em 2024 foi aprovado o Projeto de Lei de Economia Social e Solidária, em tramitação parlamentar durante o ano de 2025.

Neste contexto fértil, os coletivos feministas ganharam espaço para impulsionar o debate em torno das economias feministas e dos cuidados. Desde 2014, com a organização da Primeira Feira de Economia Feminista da Catalunha, intensificaram-se os processos de reflexão e ação a partir de diferentes iniciativas e comissões: criaram-se ferramentas para as transições organizacionais feministas, deu-se continuidade ao estabelecimento de alianças internacionais de solidariedade feminista, articularam-se discursos decoloniais e interseccionais e promoveu-se a democratização dos cuidados. A campanha “Prescrevemos cuidado digno” e a criação da Rede pelo Direito ao Cuidado, em 2022, reforçaram essa linha. Em 2023, foi realizado em Barcelona o VIII Congresso de Economia Feminista, que em edições anteriores já havia sido aberto à participação cidadã, que mostrou, através da complexidade de eixos e palestras, como a economia feminista se entrelaça com quase todos os aspectos da vida e da sociedade. Dentro desse quadro, organizou-se o Encontro de Economias Feministas e Finanças Éticas, que deu origem ao presente projeto impulsionado pela XES e pela FETS a fim de avançar rumo às finanças feministas.



Mujeres Pa'lante



Ano de criação
2018

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
**Atenção
e cuidados**

País
Catalunha

Região e localidade
Barcelona

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Serviços de assistência domiciliar, limpeza e *catering*.

História e composição

Cooperativa nascida da experiência da Associação Mujeres Pa'lante, reunindo financiamento de entidades solidárias e da administração pública. Atualmente conta com 2 sócias e reúne 16 mulheres que trabalham no setor de limpeza.

Objetivos da iniciativa

Gerar condições de emprego de qualidade para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Redes em que participam

Rede Cura Digna, XES, Federação de Cooperativas de Trabalho da Catalunha e redes feministas de bairro.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, subsídios públicos (Prefeitura de Barcelona, Governo da Catalunha, PERTE ESS), financiamento privado (Fundo Dalia, Lliures), finanças éticas (Coop57).

Em que nos fez refletir

Cooperativa de cuidados pioneira, passou por diferentes fases até alcançar o modelo adequado para gerar emprego para mulheres migrantes em um setor muito precário, tornando sustentável uma estrutura interna mínima que contribui com uma necessária visão empresarial para alavancar o projeto.

Les Mercedes



Ano de criação
2020

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
**Serviços -
Logística**

País
Catalunha

Região e localidade
Barcelona

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Serviço de entregas sustentável e de proximidade, com veículos de emissão zero: entregas na cidade com triciclos e motocicletas elétricas.

História e composição

Esta cooperativa, que passou do cicloturismo para o serviço de entregas por bicicleta em meio à pandemia de covid, é composta por 7 pessoas, das quais 3 são sócias. Conta com uma maioria de mulheres e dissidências migrantes na sua equipe.

Objetivos da iniciativa

Criar um serviço de entregas feminista e ecológico, dignificar o trabalho de entregas, promover o trabalho cooperativo e acessível a todas as pessoas.

Redes em que participam

Som Ecologista, rede catalã de cicloentregas; XES, rede de economia social de Ciutat Vella (Barcelona).

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria; subsídios públicos (Impulsem, Enfortim, Crea Feina Plus, administração provincial), finanças éticas (Coop57).

Em que nos fez refletir

Projeto empresarial, com atividade em um setor muito masculinizado e competitivo, que se empenha em oferecer condições trabalhistas dignas e mecanismos para conciliar trabalho e família.

El Serradet d'en Barneres



Ano de criação
2018

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
Agroecologia

País
Catalunha

Região e localidade
Osona

Rural/Urbana
Rural

Atividade econômica

Atividade agrícola para a produção e venda direta de laticínios.

História e composição

Duas mulheres e um homem do meio rural, juntamente com outras participantes satélites, com formação em veterinária e agroindústria, que decidiram apostar na produção agroecológica.

Objetivos da iniciativa

Enraizamento do campesinato no território, respeito aos ciclos de produção ecológicos, distribuição de alimentos “quilômetro zero”.

Redes em que participam

Pecuaristas da Catalunha; Alterna't, rede de municípios pela economia social e solidária de Osona.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, subsídios públicos (PAC e Singulans).

Em que nos fez refletir

Projeto enraizado no território, que permite viver e trabalhar na sua localidade de origem. Composto por pessoas com formação em agroecologia, mas sem tradição familiar no setor, que conseguiram se consolidar e permanecer dentro da sua comarca.

Xarxa de Dones Cosidores (Red de Mujeres Costureras)



Ano de criação
2018

Tipo de iniciativa
Comunitária - Não registada

Sector
Têxtil: produção e manufatura

País
Catalunha

Região e localidade
Barcelona

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Producción textil y actividades comunitarias. Cuatro líneas de negocio: confección, serigrafía, dinamización de espacios de costura y actividades de fomento de trabajo en equipo.

História e composição

A partir dos vários grupos de costura identificados em reuniões comunitárias organizadas pela Prefeitura de Barcelona, algumas delas se juntaram para formar uma rede de mulheres no intuito de compartilhar desafios e necessidades. Atualmente, são cerca de 60 mulheres, principalmente migrantes e com mais de 50 anos, trabalhando lado a lado com a cooperativa Etcèteres.

Objetivos da iniciativa

Gerar renda para as mulheres participantes e fortalecer o tecido comunitário. Promover o sentimento de pertencimento e o acesso aos direitos.

Redes em que participam

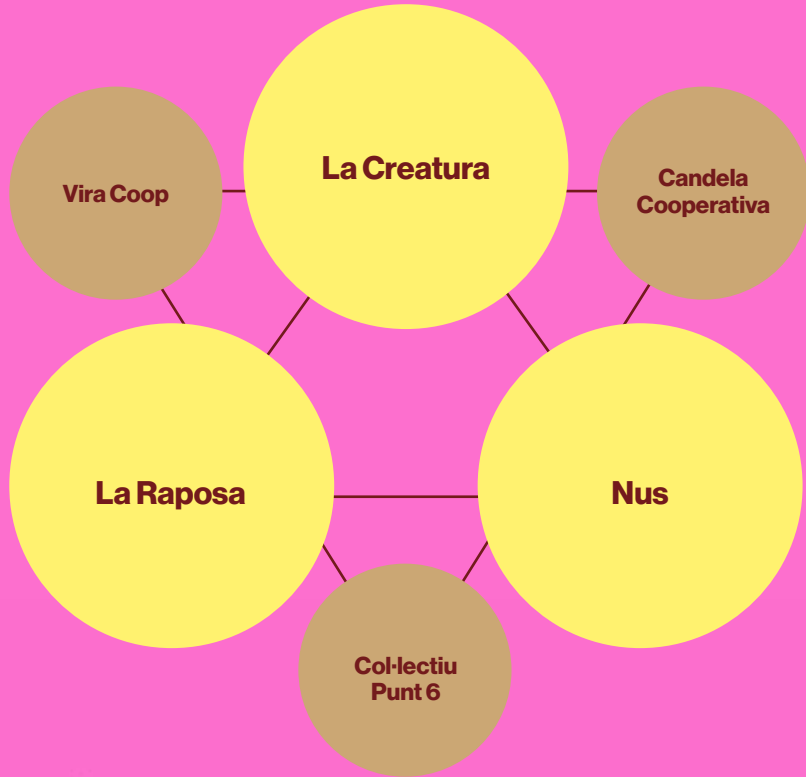
Colaboração com o Ecoo e o LabCoop; participação no IDEARIA da REAS e no Fundo Dalia. Trabalho conjunto com outras entidades lideradas por mulheres, como a cooperativa Etcèteres.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, subsídios públicos (Prefeitura de Barcelona), fundos de mulheres (Fundo Dalia), plataforma de crowdfunding (Goteo).

Em que nos fez refletir

Projeto com um forte elemento comunitário que, ao mesmo tempo, é um espaço de encontro para mulheres migrantes, uma porta para se conectar com os bairros e uma fonte de geração de renda.



Ano de criação
2022

Tipo de iniciativa
Associação

Sector
Ação feminista

País
Catalunha

Região e localidade
Barcelona

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica
Promoção das economias feministas através de quatro linhas de trabalho: ofícios transfeministas, produção cultural e audiovisual, economias de resistência e contabilidade criativa.

História e composição
Da colaboração entre mulheres, pessoas trans e não binárias, nasceu esta rede de apoio mútuo e economia de resistência. Atualmente, a rede é coordenada por três mulheres e dissidências sexuais migrantes.

Objetivos da iniciativa
Responder à necessidade de visibilizar e estruturar práticas coletivas de apoio mútuo e resistência a partir de uma perspectiva feminista interseccional.

Redes em que participam
Rede La Insólita

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)
Subsídios públicos (Governo da Catalunha e Prefeitura de Barcelona), financiamento privado (Fundo Dalia)

Em que nos fez refletir
Projeto singular que promove o autoemprego e o cooperativismo entre pessoas marginalizadas, dissidências sexuais e migrantes, facilitando a autonomia econômica para pessoas com dificuldades de acesso ao trabalho.

La Raposa



Ano de criação
2017

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
**Serviços culturais
e de restaurante**

País
Catalunha

Região e localidade
Barcelona

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Restaurante vegano e livreria feminista

História e composição

Nascida de uma atividade chamada “vermute itinerante”, que misturava lazer, parentalidade e comida vegana. Atualmente, possuem uma sede e estão constituídas como uma cooperativa que articula 9 mulheres e dissidências sexuais migrantes.

Objetivos da iniciativa

Divulgar o feminismo, o antiespecismo e os direitos LGBTQ+.

Redes em que participam

Rede La Insólita, Cooperasec

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, subsídios públicos (ACOL, Singulars), financiamento privado (Fundo Dalia), finanças éticas (Coop57)

Em que nos fez refletir

Referência para o feminismo e o movimento LGBTQ+ de Barcelona, com 8 anos de experiência e um público consolidado. Muito enraizado no bairro de Poble Sec.

Nus



Ano de criação
2009

Tipo de iniciativa
Cooperativa

Sector
**Serviços
e ação feminista:
educação**

País
Catalunha

Região e localidade
Barcelona

Rural/Urbana
Urbana

Atividade econômica

Tendo o teatro como base, desenvolvem ações e processos transformadores com uma perspectiva feminista e comunitária a fim de abordar questões sociais.

História e composição

Abrazando las artes escénicas y la Economía Feminista, las 6 personas que conforman la cooperativa se unieron inicialmente para crear un espectáculo de teatro-foro sobre la prevención de la violencia de género.

Objetivos da iniciativa

Denunciar e transformar as relações de poder a partir da criatividade e dos cuidados.

Redes em que participam

Rede La Insólita, XES, Federação das Cooperativas de Trabalho.

Diversificação de receitas (atividade própria, financiamento público, financiamento privado, etc.)

Atividade própria, subsídios públicos.

Em que nos fez refletir

Projeto nascido do ativismo feminista, tendo como base o teatro social, mas que soube incorporar uma visão empresarial graças aos conhecimentos em gestão de empresa proporcionados por uma das sócias. Possuem um trabalho comercial altamente sistematizado de modo que os subsídios representam apenas 10% da sua receita.

Conhecendo as organizações

Antes de entrarmos na análise das fontes de financiamento, que é o principal objetivo deste relatório diagnóstico, e depois de traçarmos um breve esboço das organizações entrevistadas nas fichas anteriores, parece-nos interessante destacar algumas características e essências comuns que compartilham quase todas as iniciativas entrevistadas, pois achamos que podem ser extrapoladas para grande parte das organizações de economia feminista e solidária.



4.1

Espírito comunitário

Os 27 projetos feministas estudados neste diagnóstico têm uma forte base comunitária, independentemente da atividade econômica a que se dedicam. Eles nascem da comunidade, do encontro entre iguais e da geração de propostas de autoemprego e geração de recursos. São uma demonstração de como a união faz a força, de como, mesmo partindo do zero, é possível construir esperança e bem-estar não só para as pessoas que se unem em torno desses projetos econômicos, mas também para a comunidade da qual eles surgem, uma vez que sempre há a intenção de contribuir positivamente para o seu território. Independentemente de oferecer bens e serviços ao mercado ou à comunidade que as regula, todas as iniciativas apresentam uma poderosa dimensão comunitária: elas levam em consideração os seus arredores na hora de empreender a sua ação e contribuem para o fortalecimento comunitário do tecido social que as rodeia.

Um exemplo claro é a experiência da La Azotea de la Abuela, um coletivo de mulheres de Cali (Colômbia) que surgiu em 2015 como um espaço de cura coletiva dirigido a mulheres deslocadas pelo conflito armado na região do Pacífico colombiano. O seu

objetivo é “criar mais azoteas” (“terraços”) para outras mulheres afro-colombianas da região, onde quer que elas possam precisar desses espaços de cura e encontro.

Da mesma forma, o futuro da juventude e o papel que ela desempenha na comunidade são questões mencionadas em várias entrevistas. O Café Mujer, na Colômbia, associação que produz e vende a sua própria marca de café, oferece emprego na sua loja para jovens da comunidade, mostrando-nos como, além da vida das mulheres, os projetos se adaptam às famílias e à comunidade:

“

Isso de dar importância à família e aos garotos tem sido muito vantajoso. Agora, o nosso maior orgulho é a renovação geracional que estamos fazendo.

A Rede Xique Xique do Brasil expressou que:

“

No processo de certificação, trabalhamos muito o papel da juventude e das mulheres na unidade familiar. Embora exista uma divisão do trabalho sexual e se mantenha uma carga de trabalho duas ou três vezes maior para as mulheres, o que faz parte da nossa história no movimento feminista, é preciso ressaltar que, ao mesmo tempo, estamos vendo que todos participam, a família também tem um sistema para dividir as tarefas baseado nas habilidades e circunstâncias de cada pessoa. Se a criança não sabe ler, o pai manda mensagens de áudio; a criança toma nota... Atualmente, estamos acompanhando cerca de 600 famílias, o que equivale a aproximadamente 1.500 pessoas.

As iniciativas comunitárias nascem das classes populares que se auto-organizam para responder às suas necessidades, criando projetos intimamente ligados ao território. Muitas das iniciativas que entrevistamos surgiram diretamente do ativismo ou de experiências de resistência popular e coletiva: as ocupações de terras no Brasil, as recuperações de fábricas na Argentina durante a crise de 2001, a auto-organização das comunidades deslocadas pelo conflito armado na Colômbia e a força do movimento feminista antirracista e das redes rurais e de moradores na Catalunha e no Estado espanhol.

A Feira Agroecológica de Mulheres no Butantã, além de organizar



feiras para a comercialização e geração de renda para as mulheres, cria espaços culturais, de mobilização e organização política:



Agora estamos fazendo uma formação em agroecologia, um trabalho de permacultura lá no Viveiro. Há uma grande luta pelo território do Viveiro¹², que também exige muito desse tipo de formação, devido ao projeto de ampliação da rodovia Raposo Tavares, que vai passar por ali.

Os projetos entrevistados fazem parte do ecossistema da economia solidária, um paradigma de transformação social por meio da economia, por isso aquilo que vemos como situações de injustiça, precariedade e crise se tornam projetos de autogestão e distribuição de bem-estar, com todo o esforço que isso implica.

A economia solidária combina a vertente empresarial com um forte caráter comunitário. Além disso, no caso das iniciativas entrevistadas, cabe acrescentar a visão feminista da economia, que influencia na forma como o trabalho é organizado, como os recursos são administrados e que benefícios devem ser gerados. As entidades estão cientes de que não se trata de replicar a gestão empresarial do mundo da economia capitalista, mas sim de se profissionalizar e se fortalecer sob a lógica da ESS, o que exige saberes, ferramentas e processos diversos. A Mutual Esperanza Solidaria da Colômbia afirma que, às vezes, não é apenas um processo de aprendizagem, mas de “desaprendizagem”:



É necessário que haja uma maior sintonia entre todas e todos em relação ao que a economia solidária e o mutualismo propõem. [...] acho que o maior desafio é desaprender sobre o capitalismo.

¹² O Viveiro II é uma praça localizada entre prédios e à beira da rodovia Raposo Tavares, na cidade de São Paulo, Brasil. As pessoas que moram na região solicitam que o Viveiro seja considerado uma área de preservação ambiental, especialmente agora que um projeto de ampliação da rodovia Raposo Tavares poderia ameaçar o espaço.

Um caso paradigmático de apoio mútuo é a cooperativa Justa Trama no Brasil, que conseguiu coordenar os cinco elos da cadeia produtiva do mercado da moda, desde a produção de algodão, passando pela sua transformação, confecção de roupas, e chegando até a sua comercialização. Tudo isso em conjunto com cooperativas do setor de todo o país. Quando perguntadas sobre como dividem os lucros, as pessoas de lá nos disseram:



Quando começamos, discutíamos muito sobre qual

era o valor justo pelo trabalho de cada pessoa. Hoje, acredito que os agricultores da Justa Trama devem ser os mais bem remunerados pelo cultivo agroecológico de algodão no Brasil. A gente foi discutindo todo o processo da cadeia produtiva, quanto considerávamos justo que cada um ganhasse, e conseguimos definir esses valores por hora. Estamos remunerando todo o processo da forma mais justa possível, dentro da sociedade em que vivemos. [...] Quando comercializamos uma peça de roupa, fazemos um balanço e, de acordo com o resultado financeiro, uma parte desse resultado, aceita por todos, é distribuída igualmente entre os cinco elos. [...] Cada um dos elos busca gerar receita com outras produções, mas aquilo que é da Justa Trama pertence a todos, de forma igualitária, porque cada um dos cinco elos está associado de maneira equitativa.



4.2

Apoiar-se nas organizações ou adaptar o trabalho à vida

As cooperativas e projetos feministas que estudamos têm como foco o corpo, a vida e as necessidades das mulheres e dissidências que as compõem. É a partir dessas necessidades que se configuram as condições de trabalho e as relações econômicas: horários, espaços de trabalho, aportes de capital, estruturas e processos de tomada de decisão são concebidos de acordo com a realidade de seus componentes.

Na cooperativa argentina Amazonas, onde todas são mulheres, mães, algumas em famílias monoparentais em que elas são as únicas responsáveis pelas suas casas, com experiências migratórias nacionais e internacionais, nos disseram:

“ A origem está um pouco nisso, na necessidade de combinar trabalho remunerado e cuidados, sem precisar sair do bairro.

Assim nos explicou o início da Germinando, uma das suas fundadoras:

“ Éramos várias mulheres que estávamos chegando aos 30 anos, que morávamos no campo e voltamos para a cidade, por um lado, porque estávamos cansadas dos espaços mistos de produção e, por outro, para ter um projeto de vida que respeitasse os nossos tempos e as nossas necessidades.

Cada organização compartilhou conosco as suas práticas de conciliação trabalho-família, de apoio mútuo, de relacionamento com os clientes, o seu jeito de agir que contribui para a singularidade desses projetos. Conhecemos diferentes maneiras de adaptar os horários de trabalho aos ciclos de vida e aos cuidados. A organização Les Mercedes nos explicou isso da seguinte forma:

“ Se trata de construir o tipo de empresa que gostaríamos de ter, que se adapte às necessidades de cada uma. Temos uma colega da Argentina e ela precisa ficar por lá durante dois meses? Se ela quiser, pode. Passamos dois

anos com um bebê no escritório quando uma das sócias se tornou mãe.

Um exemplo paradigmático de como as cooperativas feministas se moldam adaptando-se às pessoas que as compõem é o projeto de cuidados infantis que está sendo promovido pela Soltrecha, a cooperativa de cuidados argentina. O embrião desse projeto foi a experiência de uma das suas sócias-trabalhadoras:

“ Ela deixou o seu filho sozinho em casa para poder ir trabalhar, o menino ficou assustado e os vizinhos chamaram a polícia, e agora a nossa colega está sendo processada pelo abandono da criança. Mas ela não abandonou o menino, ela foi trabalhar e não tinha outra opção porque está sozinha. A partir daí, a gente disse: bem, precisamos desse projeto.

Essa visão econômica diferenciada é parte central das economias feministas. É assim que o estudo do Setem¹³ aborda a relação das mulheres com as finanças:

“ As teorias críticas feministas questionam o significado que o dinheiro tem na nossa sociedade. O alcance ideológico que ele tem. Conceitos como salário, dinheiro, finanças, não são conceitos econômicos, mas sim conceitos econômicos generalizados, que impediram que o gênero fosse algo incidental para a economia política. A economia feminista propõe uma lógica social alternativa, que não vincula automaticamente a satisfação das necessidades ao lucro e à rentabilidade, e que enfatiza a ideia da 'sustentabilidade da vida.

Entender as características próprias de cada integrante e de cada grupo, com os seus ritmos e prioridades, será fundamental para poder acompanhar e financiar projetos de economia feminista. .

¹³ Finanzas y desigualdades de género, Setem Hego Haizea (2021).



4.3

Identidade feminista: plural e policromática

Embora todas as organizações entrevistadas sejam mantidas por mulheres e o objetivo da sua atividade seja melhorar a vida e as condições delas e do seu ambiente, nem todas se identificam como organizações feministas. Parece-nos interessante mostrar algumas abordagens que retratam a variedade de pontos de vista das economias feministas.

A associação Mutual Esperanza Solidaria da Colômbia não se define como uma organização feminista, embora várias das integrantes se reconheçam como feministas ou defensoras dos direitos das mulheres. Elas se identificam com o feminismo comunitário e popular, aberto à participação dos homens em matéria de corresponsabilidade. Também reconhecem o feminismo como um horizonte ético e político para a transformação das desigualdades.

Algo semelhante acontece com a Coopmujeres – Cooperativa Multiactiva de Mujeres Productivas de Guapi (Colômbia), exclusivamente feminina, ainda que conte com a colaboração de homens como aliados comerciais. Embora não se definam

explicitamente como feministas, elas se reconhecem como uma organização de mulheres que defende os seus direitos, a sua autonomia e a sua capacidade de organização. Elas têm enfrentado críticas por ser um espaço exclusivo para mulheres, porém consideram isso parte da sua identidade.

Em contrapartida, experiências como a Periferia Feminista, projeto comunitário agroecológico situado na cidade de Porto Alegre (Brasil), identificam-se claramente como feministas. Quando conseguiram um espaço físico para a horta, elas constataram que:

“ Poder se encontrar, conversar, falar de feminismo, assim, não era dizer: ‘agora a gente vai fazer um ciclo de feminismo’. Tudo o que a gente fazia era feminismo.

Em alguns casos, são as próprias realidades das integrantes (indígenas, identidades dissidentes, afrodescendentes, mulheres pardas, idosas, sobreviventes de violência, etc.) que atravessam e determinam as práticas feministas. O cruzamento entre os diversos eixos de opressão e privilégio que as mulheres das iniciativas entrevistadas experimentam são centrais para os projetos. Por exemplo:

“ As 260 indígenas integrantes da Josa Constructoras de Paz se consideram uma organização feminista, já que o feminismo é a maneira de unir esforços e se valorizar mutuamente para avançarem no campo das ideias e também para exigirem respeito.

A cooperativa Puente Sur é composta por mulheres cis, mulheres trans, feminilidades trans, pessoas que fazem parte do coletivo LGBT, pessoas de ascendência indígena e pessoas que sofreram violência de gênero e machista:

“ Embora na sua origem a cooperativa não estivesse vinculada a esses coletivos, isso é uma coisa que foi sendo construída ao longo do tempo. Isso nos fortalece e nos orgulha apresentar a cooperativa a partir desse lugar, comentam. É o que as identifica e também o que as organiza, determinando as atividades das quais participam ou as disposições tomadas nas suas decisões.

Em outros projetos, como a Xicoteta Energia, uma cooperativa de energia renovável do Estado espanhol, “o feminismo está integrado no dia a dia da organização a partir de uma perspectiva ecofeminista”. E algumas organizações, como a Rede Puna da Argentina, vão além e exercitam a autocrítica feminista a partir da sua experiência como mulheres oriundas de povos originários:

“ Um pouquinho assim como somos constantemente, de modo que é mais fácil para nós sermos críticas com o patriarcado. Também ser com o feminismo, para poder encontrar os nossos próprios caminhos e aqueles que realmente nos ajudem a resolver, nos acompanhem nesses caminhos que são tão difíceis.



4.4

Desafiar o patriarcado econômico

Neste diagnóstico foram entrevistados diferentes tipos de organizações: cooperativas, associações, entidades de segundo grau e também iniciativas que não possuem uma forma jurídica. Alguns projetos estão em seus primeiros anos de vida, enquanto outros já têm uma trajetória consolidada. 55% têm entre 3 e 10 anos e, destes, 6 foram constituídos nos anos da pandemia como resposta aos seus efeitos — é o caso das duas associações mutualistas, uma na Colômbia e outra na Argentina, do projeto brasileiro Periferia Feminista e da cooperativa Les Mercedes, que teve que se reinventar, já que se dedicava ao setor turístico, totalmente paralisado durante aqueles meses. O restante das iniciativas tem entre 10 e 30 anos; entre elas se destacam as cooperativas latino-americanas, especialmente as argentinas, que foram criadas com a crise de 2001.

Durante o trabalho de campo, tivemos discussões interessantes sobre como ocorre o crescimento e a evolução das organizações, especialmente em relação ao momento de registrar a entidade sob alguma figura jurídica. Pensar que essa é a trajetória natural para todos os projetos econômicos pode nos levar a não entender os objetivos e as prioridades das organizações que queremos acompanhar e financiar. Uma das coordenadoras do trabalho no Brasil insiste:

“ Nem todos os projetos entrevistados pretendem se registrar. Formalizar-se envolve muitos desafios, é um caminho complexo, que obriga a funcionar através de outra lógica, e nem todos os projetos querem dar esse passo.

Cinco dos projetos entrevistados não estão registrados, por isso contam com o apoio de uma organização matriz que lhes oferece cobertura jurídica e, muitas vezes, suporte técnico. É o caso da Xarxa de Dones Cosidores de Barcelona, que conta com o apoio da Fundação Pare Manel e da Cooperativa Etcèteres; da Periferia Feminista, no Brasil, que tem o apoio da Marcha Mundial das Mulheres; e do projeto local Amazonas, em Buenos Aires, que está vinculado a uma organização social. Compreender essa articulação e formas de intercooperação é fundamental para encontrar mecanismos de financiamento para esse tipo de

projeto, que muitas vezes nascem como espaços de apoio mútuo, sem nenhuma intenção de se tornarem uma empresa autogerida. É o que nos conta a cooperativa Etcèteres, que apoia a Xarxa de Dones Cosidores:

“As mulheres vêm para ocupar o seu espaço, vêm para costurar, pelo vínculo que elas têm com o grupo. Às vezes, nós as convocamos para arrumar o ateliê e elas também vêm, mas não querem se envolver em espaços de governança, porque elas não vêm aqui para isso. Então, decidimos interromper o processo de ir transferindo a gestão, estamos trabalhando nisso de outras formas.

Em outros casos, houve uma clara opção por se tornarem independentes e voarem sozinhas, escolhendo, por convicção política, a forma de cooperativa. Foi assim que aconteceu com a Soltrecha:

“Nos primeiros anos, a associação Trentinos apoiava a cooperativa com uma equipe de contadores e assistentes sociais que se encarregavam da gestão. Por um lado, isso ajudou a cooperativa a avançar, mas, por outro, gerou certa dependência, porque também proporcionava todo o financiamento com o qual as cuidadoras eram pagas. As sócias se sentiam como se fossem funcionárias da associação.

O segundo nascimento da cooperativa foi em 2009, quando o grupo de cuidadoras, além de cobrir as tarefas de cuidados, assumiu toda a gestão. Foi como aprender a andar de novo, começar a nos juntar, a nos conhecer, a nos reunir e ver como diabos a gente ia fazer para organizar aquilo. Elas já tinham visto como outros projetos cooperativos acabavam fechando quando a associação se retirava, porque lhes faltava a parte da autogestão.

Outras vezes, é a figura da cooperativa que não é a mais adequada e acaba colocando as mulheres em uma situação de tensão e de muito esforço para conseguir que os projetos avancem. Na conversa que tivemos com várias sócias da La Insòlita, um espaço colaborativo de cooperativas feministas em Barcelona, elas nos falaram sobre essas dificuldades ao

iniciar um projeto cooperativo do zero. Uma representante da La Creatura explicou isso assim:

“Há um monte de coisas que não são levadas em consideração. A maioria das pessoas com quem trabalho não tem capacidade econômica nem os documentos necessários para montar uma cooperativa e mantê-la a longo prazo.

As desigualdades estruturais de gênero, em interseção com outras categorias de análise (origem, classe, idade, etc.), influenciam no acesso das mulheres aos recursos, fazendo com que os projetos surjam com carências (de investimento, conhecimentos, capacidades), que com o tempo e o apoio das redes vão sendo supridas.

Outro debate muito enriquecedor foi sobre como definir o tamanho de uma organização, porque, afinal, tínhamos de chegar a um acordo para estabelecer o que era uma organização grande e o que era uma organização pequena, conforme o seu orçamento, e pensar também que outros fatores, como a base social, influenciavam essa mensuração. No caso das organizações latino-americanas, destacam-se entidades com uma base social de centenas e até milhares de membros: a cooperativa de segundo grau Justa Trama, que abrange 700 cooperativas; a Rede Xique-Xique, que reúne 600 unidades familiares em 56 comunidades rurais, representando 1.500 pessoas; a Josa Constructoras de Paz, que congrega mais de 260 mulheres indígenas; a cooperativa Soltrecha, formada por 120 membros; ou a Rede Puna, que integra 1.000 famílias. Em contrapartida, no Estado espanhol, todas as organizações são consideradas microempresas, sendo que 75% das iniciativas entrevistadas contam com menos de 10 pessoas participantes.

Muito poucas cooperativas feministas possuem orçamentos acima de um milhão de euros. Os estudos realizados pelo Fundo Dalia¹⁴ revelaram que, das entidades que responderam à pesquisa, apenas 10% têm um orçamento superior a 500.000 euros, sendo que só 2% contam com mais de um milhão de euros por ano. Nesse mesmo sentido, o estudo realizado a cada 4 anos pela Association of Women in Development (AWID)¹⁵ revela que 48% das organizações feministas do Sul Global que solicitam financiamento ao Fundo Global para Mulheres¹⁶ informam que o seu orçamento anual é inferior a US\$ 30.000.

¹⁴ O Fundo Dalia realizou três estudos em 2022, 2023 e 2024 sobre o financiamento de cooperativas e organizações profissionais de mulheres. Na edição de 2024, elaborada pela Quotidiana, das 89 entidades que responderam à pesquisa, 21% tinham um orçamento inferior a 20 mil euros por ano, 25% tinham orçamentos entre 20 mil e 100 mil euros anuais, 17% entre 100 mil e 250 mil e a mesma quantidade entre 250 mil e 500 mil euros por ano.

¹⁵ “¿Dónde está el dinero para los derechos de las mujeres?” Edição de 2021 (em português, “Onde está o dinheiro para os direitos das mulheres?”).

¹⁶ Em inglês, Global Fund for Women, fundo de mulheres com sede em São Francisco que financia em escala global. É o fundo de mulheres com o maior orçamento da rede Prospera.

A maioria das organizações entrevistadas trabalha em setores tipicamente feminizados

55%



A maioria das organizações entrevistadas (55%) trabalha em setores tipicamente feminizados: 6 projetos produzem manufaturas no setor têxtil e/ou artesanal; outros 6 se dedicam ao que chamamos de ação feminista (acompanhamento à autonomia econômica das mulheres, atendimento a casos de violência, saúde reprodutiva, assessoria em planos de igualdade, pesquisa e educação feminista, etc.); e 2 são cooperativas de cuidados, que oferecem desde atendimento domiciliar até serviços de limpeza ou cuidados pontuais a crianças e idosos.

As cooperativas de cuidados são um exemplo de iniciativas que partem da união e do apoio mútuo, sem outros recursos além do próprio trabalho, em um setor socialmente pouco valorizado, mal remunerado e que compete com um mercado informal e muito precário. Elas são uma fórmula que busca dignificar socialmente os cuidados, tanto para quem os recebe — oferecendo serviços muito mais personalizados em que o mais importante é o bem-estar, e não o lucro — quanto para as trabalhadoras que os prestam, pagando salários justos e muitas vezes servindo como plataformas para a regularização do trabalho. Oferecem às suas trabalhadoras importantes melhorias empregatícias, já presentes no restante dos setores econômicos, como o pagamento da Previdência Social e o direito a licenças e férias remuneradas. É um modelo que luta pela sua sustentabilidade econômica, contudo, as tarifas que podem ser pagas pelo mercado e a incorporação de todos esses benefícios fazem com que não sobre nada para cobrir as despesas de gestão nem para investir em melhorias ou em processos internos. A cooperativa Mujeres Pa'lante explica isso assim:

“*Todos os anos geramos 2.000 euros de lucros [...]. A cooperativa só consegue pagar o salário das trabalhadoras e o contrato de uma de nós que trabalha na gestão. O salário da outra pessoa da equipe de gestão vem de subsídios.*”

Em compensação, destacam-se 26% das organizações que conseguiram superar a segregação horizontal e se dedicam a setores tipicamente masculinizados: Les Mercedes, no setor de entregas; Dabne, cooperativa de serviços tecnológicos; e Xicoteta Energia, fornecedora de energia renovável. Todas elas enfrentam desafios específicos, seja porque o modelo convencional de negócio no ramo das entregas não costuma oferecer contratos de jornada completa, a fim de ter menos despesas e poder baixar preços, seja porque não podem pagar

salários equivalentes aos do setor tecnológico. Por exemplo, no setor das ciclo-entregas no Estado espanhol, a porcentagem de mulheres trabalhando é de 20%. Les Mercedes compartilhou conosco a sua experiência:

“*Tínhamos a intuição de que, sendo uma cooperativa de mulheres, sem fins lucrativos, em um setor tão masculinizado como o das entregas, teríamos opções. Entretanto, achávamos que o negócio seria mais lucrativo do que realmente é. As multinacionais nos devoram, e se você quiser fazer isso bem, com veículos adequados, de emissão zero, carteira assinada, uma infraestrutura que proteja as pessoas e um trabalho em equipe com amor, então é muito caro.*”

Em um ramo tão monopolizado pelas multinacionais capitalistas como o das sementes, a Rede Xique-Xique nos oferece esta reflexão:

“*Coordenamos o projeto Semente Crioula, que gera um debate intenso sobre onde reside a maioria das mulheres. Não é apenas usar nomes de mulheres, o mais importante é que sejam realmente elas que se autoabasteçam e se empoderem.*”

Por sua vez, observamos que, nessa busca por autonomia econômica para as mulheres, mais da metade das organizações entrevistadas se dedica total ou parcialmente ao setor de serviços, com destaque para a comercialização, seja de produção própria ou de projetos afins, que representa mais de 20%. Várias iniciativas combinam a produção, tanto agroecológica quanto têxtil, com a comercialização dos seus produtos (muitas vezes incorporando a recuperação da memória, os saberes ancestrais, etc.). Assim, por meio das vendas diretas, elas podem obter um rendimento extra. O circuito curto de comercialização, as lojas de proximidade e as feiras locais reduzem os custos de distribuição e oferecem oportunidades de emprego por meio das vendas, proporcionando caminhos de empoderamento econômico para as mulheres em suas próprias comunidades.

O acesso ao financiamento

Uma visão geral sobre a situação do financiamento em organizações feministas, destacando que há pouca pesquisa sobre o assunto.



Antes de passarmos para a próxima seção, em que analisaremos as experiências das cooperativas e projetos feministas entrevistados em relação ao financiamento, queremos dar uma visão geral sobre a situação do financiamento em organizações feministas, destacando que há pouca pesquisa sobre o assunto.

¹⁷ AWID, *Where is the Money for Women's Rights?* (WITM): Iniciativa de pesquisa-ação iniciada em 2004 (com um primeiro relatório divulgado em 2005 e revisado em 2006), com outras duas edições publicadas (2011 e 2021), e com uma quarta edição em andamento, com dados coletados em 2024, que será publicada em 2026. A pesquisa se baseia em questionários globais, entrevistas e análise de fundos.

Os estudos mais destacados nesse sentido são os que a AWID (Association Women in Development) vem realizando há mais de duas décadas¹⁷. A pesquisa coleta informações de organizações de mulheres em escala global, perguntando sobre as suas fontes de financiamento, sejam elas públicas, oriundas da cooperação internacional, ou privadas, provenientes de filantropia ou de empresas. As conclusões da pesquisa de 2021 são que apenas 0,13% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e 0,4% da ajuda com foco em gênero chegam a organizações feministas, enquanto as fundações privadas destinam apenas 0,42% dos seus fundos para esses fins. Aqui é importante destacar que não é a mesma coisa falar de financiamento para questões de gênero, que apresentaria outros percentuais, que falar do financiamento que chega às organizações formadas e lideradas por mulheres e dissidências sexuais.

No Estado espanhol, foi o Fundo Calala que começou a coletar informações sobre o estado do financiamento para organizações de mulheres. Em um estudo realizado em 2023¹⁸, com base em pesquisas, entrevistas e grupos focais com financiadores públicos e privados, concluiu-se que, embora 55% dos doadores públicos considerem a igualdade de gênero um requisito indispensável, apenas 10% a exigem nos seus editais. Os doadores privados não a impõem como condição essencial, apesar de 61,5% a incluírem em alguma escala. As organizações de mulheres enfrentam barreiras significativas: 54% não têm capacidade ou recursos para gerenciar e justificar fundos. Além disso, a crescente profissionalização do terceiro setor dificulta ainda mais o acesso de entidades pequenas ou emergentes aos editais existentes.

Uma das limitações centrais identificadas por pesquisas como as da AWID e do Fundo Calala é a escassa disponibilidade de dados desagregados sobre o financiamento destinado especificamente para organizações de mulheres e feministas. A maioria dos relatórios oficiais e de fundações privadas apresenta valores genéricos em categorias amplas como “gênero”, “igualdade” ou “direitos humanos”, sem distinguir quantos recursos vão diretamente para organizações lideradas por mulheres. Essa dificuldade em rastrear o financiamento impede a mensuração precisa do impacto dos investimentos, dificulta a prestação de contas e contribui para a invisibilidade das organizações feministas como agentes-chave, reproduzindo a sua situação de subfinanciamento estrutural.

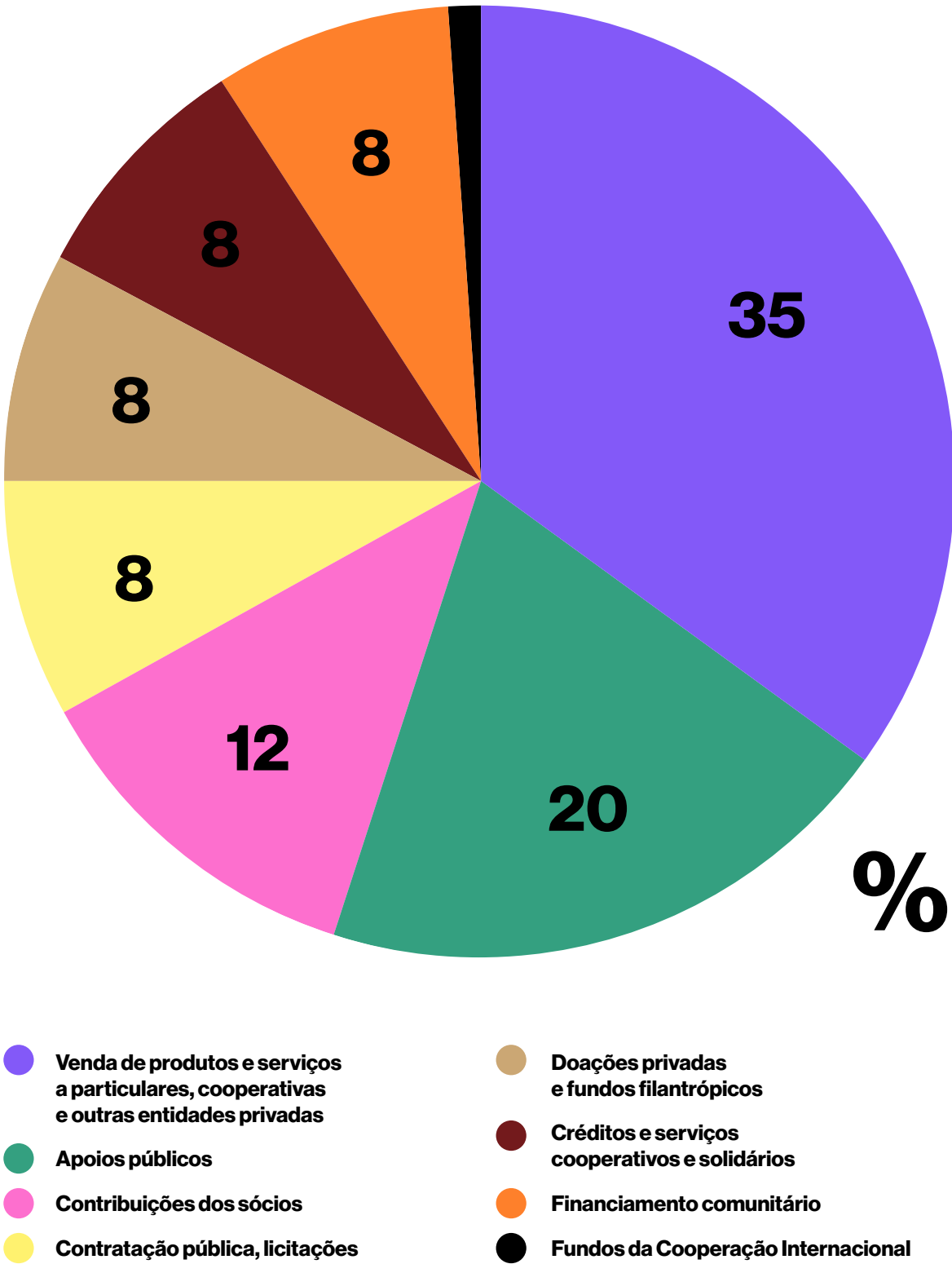
¹⁸ Pesquisa sobre financiamento público e privado para organizações de mulheres e feministas do Estado espanhol. Calala Fondo de Mujeres. Barcelona

5.1 Uma radiografia da receita das organizações

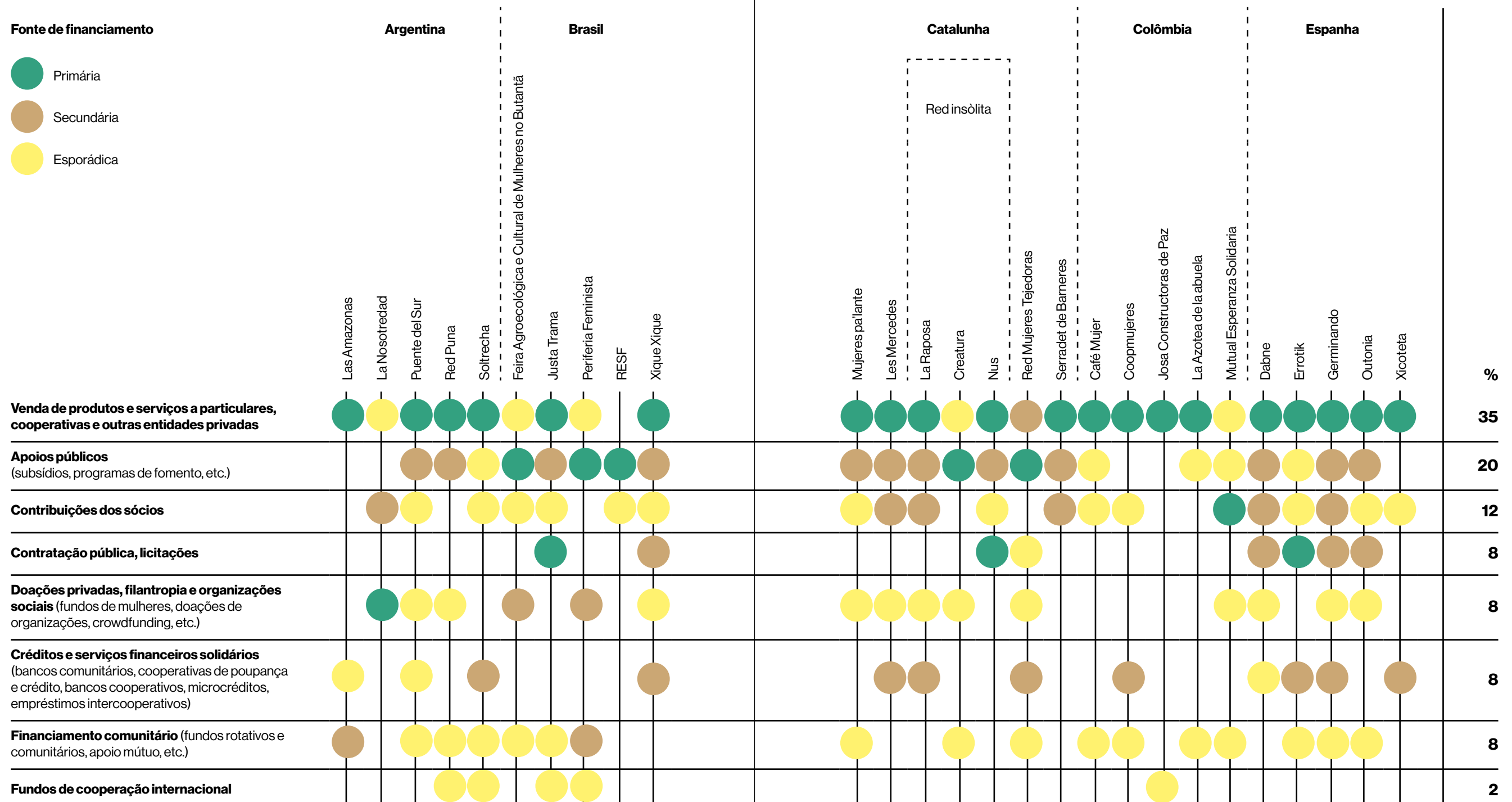
Perguntamos às iniciativas sobre a sua estrutura de receitas como um primeiro passo para identificar necessidades e desafios de financiamento que elas enfrentam para sustentar os seus projetos.

A seguir, apresentamos os resultados obtidos em nível agregado (Gráfico 1. Estrutura de receitas), bem como para cada uma das organizações entrevistadas (Gráfico 2. Principais fontes de receita por iniciativa).

Estrutura de receitas globais das iniciativas



Principais fontes de receita por iniciativa



O Gráfico 1 mostra que a principal fonte de receita das organizações entrevistadas são os recursos gerados pela atividade própria, que representam 43% do volume total das receitas (incluindo 8% proveniente de contratos públicos e licitações), seguidos pelos subsídios e apoios públicos, que chegam a 20%. Logo depois, por ordem decrescente mas com volume de receita muito semelhante, vêm as contribuições das associadas (12%), as doações privadas, filantrópicas e de organizações sociais (8%), os créditos e serviços financeiros solidários (8%), o financiamento comunitário (fundos rotativos, comuns, apoio mútuo, etc., também com 8%) e, finalmente, os fundos oriundos da cooperação internacional (2%).

O conjunto de iniciativas, tal como mostra o Gráfico 2, sugere uma diversificação das suas fontes de receita, alcançando mais de 3 fontes diferentes para cada iniciativa, com diferentes graus de intensidade.

● Receitas por atividade própria

96% das iniciativas reportam receitas provenientes das suas atividades. De fato, esse faturamento representa a principal fonte de renda para 75% delas. Essas iniciativas vendem os seus produtos e serviços ao consumidor final, sendo que 20% delas conseguem cobrir os custos da sua atividade com essa receita: são as cooperativas de cuidados (Soltrecha e Mujeres Pa'lante) e os projetos que trabalham com a venda de alimentos (La Raposa, Café Mujer e El Serradet d'en Barneres). No entanto, para 11% (La Azotea de la Abuela, Josa, CoopMujeres), a renda proveniente da atividade própria não é suficiente para gerar salários regulares para as trabalhadoras; além disso, 15% declararam que a receita não dá para cobrir toda a jornada ou só é suficiente para pagar salários baixos, seja por causa da inflação (Puente del Sur, Amazonas) ou por causa dos preços impostos pelo mercado (Les Mercedes, La Raposa).

Para 22% das iniciativas (Les Mercedes, Red Puna, Amazonas, Rede Xique Xique, Justa Trama e Xicoteta Energia) o mercado é o seu cliente principal, enquanto para 26% (Justa Trama, Errotik, Rede Xique Xique, Dabne, Xarxa de Dones Cosidores, Nus e Outonia) o cliente principal é a administração pública. A relação com a administração se dá de três formas distintas: compras públicas (no caso das entidades têxteis: Justa Trama, Rede Xique

Xique e Xarxa de Dones Cosidores), contratos menores e por meio de licitações públicas.

● Apoios públicos

78% das iniciativas entrevistadas receberam, em algum momento da sua trajetória, fundos públicos sob a forma de subsídios ou programas de fomento. Para 5 delas (La Creatura, Red de Economía Solidaria Feminista, Periferia Feminista, Xarxa de Dones Cosidores e Feira Agroecológica de Mulheres no Butantã), que sustentam projetos com um forte componente comunitário, os subsídios públicos são a sua principal fonte de renda. Para 41% das iniciativas, os subsídios são uma fonte importante que as ajuda a complementar a sua renda, utilizando-os principalmente para abrir novas linhas de negócios, investir ou complementar salários, graças a programas de ajuda à contratação. Para 19% das organizações, o financiamento público é uma fonte de receita pontual.

Além dos subsídios, foram identificados outros instrumentos de financiamento público, como o crédito (público), proveniente principalmente de programas de desenvolvimento econômico, que foi recebido por 15% das entidades; e programas de formação e fomento, dos quais participam ou participaram 19% das entidades (Puente del Sur, Josa, Les Mercedes, Soltrecha, Mujeres Pa'lante). Além disso, há também ajudas em mercadorias, principalmente alimentos, como os recebidos pela Mutual Esperanza e a Periferia Feminista, ou através da cessão de espaços, como os que receberam 3 entidades (Café Mujer, Xarxa de Dones Cosidores e La Insòlita).

No Brasil, por exemplo, a Justa Trama destaca que, no passado, recebeu importantes ajudas de programas públicos, como os ligados à Petrobras e à Fundação Banco do Brasil, que lhe permitiram construir a sua sede, comprar equipamentos (teares e veículos) e organizar atividades de formação e educação nos diferentes estados em que atuam. E, como resultado do impacto das suas atividades ao longo dos anos, existe atualmente um compromisso político com o processo de estruturação da contratação pública a partir da economia solidária por parte de um hospital do Grupo Hospitalar Conceição.

● Contribuições das associadas

As contribuições das associadas estão ligadas ao modelo organizacional das iniciativas, com destaque para as cooperativas, redes e organizações de segundo grau. 52% das organizações estão registradas como cooperativas e contam com as contribuições iniciais das sócias-trabalhadoras. Duas das entidades brasileiras são cooperativas de segundo grau (Justa Trama e Rede Xique Xique), de modo que dispõem da contribuição das cooperativas associadas. Outras duas das iniciativas brasileiras entrevistadas são redes: a Feira Agroecológica de Mulheres e a Rede de Economia Solidária Feminista; nelas, as associadas contribuem com parte da sua renda para a promoção das atividades da rede. Duas das iniciativas entrevistadas são associações mutualistas (Nosotredad, na Argentina, e Mutual Esperanza Solidaria, na Colômbia), que iniciaram a sua atividade graças à contribuição das suas sócias. No caso de algumas organizações não registradas formalmente, as contribuições são em forma de bens. Por exemplo, o Café Mujer, na Colômbia, é uma produtora e comerciante de café que iniciou o seu caminho com as terras conseguidas pelas mulheres, muitas delas obtidas graças a programas de reforma agrária; a iniciativa também mobiliou a sua loja com os bens e utensílios doados por elas. Apenas 26% das iniciativas, aquelas mais comunitárias, não tiveram nenhum tipo de contribuição por parte das mulheres associadas aos projetos. Em 15% das organizações (Dabne, Les Mercedes, Germinando e El Serradet d'en Banyeres), todas do Estado espanhol, as sócias também tiveram de adicionar capital para enfrentar situações de déficit ou possibilitar algum investimento. Só uma das cooperativas da Catalunha, La Raposa, conta com contribuições de sócias colaboradoras.

● Doações de entidades privadas, filantrópicas e organizações sociais

56% das iniciativas receberam fundos filantrópicos privados, embora na maioria dos casos se trate de receitas menores em relação ao seu orçamento anual. Um dos aspectos de destaque dessa relação com a filantropia privada é a prestação de contas, que é muito mais simples. 30%¹⁹ das iniciativas receberam doações de fundos de mulheres como o Fundo de Mujeres del Sur²⁰, o Fundo de Acción Urgente²¹ da América Latina, o Fundo de Mulheres Calala²² e o Fundo Dalia. Esses fundos de mulheres

¹⁹ La Nosotredad, Periferia Feminista, Dabne, Xarxa de Dones Cosidores, La Creatura, La Raposa, Las Mercedes, Mujeres Pa'lante e Outonia.

²⁰ Fundo com sede na Argentina que financia organizações em toda a América Latina. Recebem financiamento europeu, principalmente de programas de cooperação, e de fundações privadas. Em português, *Fundo de Mulheres do Sul*.

²¹ Fundo focado na proteção de ativistas e defensoras dos direitos humanos, que fornece ajuda de resposta rápida a ativistas em situação de risco e financia projetos que contribuem para a proteção e segurança do movimento feminista. Em português, *Fundo de Ação urgente da América Latina*.

²² O fundo de mulheres Calala financia organizações feministas na América Central e no Estado espanhol. Em 2023, entregou quase um milhão e meio de euros em ajudas. Embora se concentre em coletivos de base e ativistas, também financia organizações da economia social, especialmente aquelas lideradas por mulheres migrantes. Calala distribui o financiamento que recebe de fundações privadas e fundos europeus para organizações de mulheres.

são um ator fundamental para as organizações intermediárias feministas, pois permitem transferir o financiamento de grandes doadores para entidades de base feminista. Esses fundos costumam ser o primeiro financiador com que contam as pequenas entidades que estão começando; por isso, receber essas doações é fundamental para impulsionar os seus projetos. Abaixo segue o depoimento da La Nosotredad sobre o financiamento que recebem do Fundo de Mujeres del Sur:



Graças à existência desses fundos feministas, conseguimos levantar a nossa organização. A conformação é anterior, mas não tínhamos nada para oferecer às companheiras além da feira, que estava esvaziada.

No Estado espanhol, 22% das iniciativas receberam financiamento do Fundo Dalia, um programa de financiamento promovido pela Calala em conjunto com entidades da economia social²³ voltado para cooperativas e organizações feministas, com especial atenção àquelas iniciativas lideradas por mulheres migrantes, racializadas e dissidências sexuais.

Por outro lado, 33%²⁴ das iniciativas receberam apoio de fundações como a Fundação Carasso, Montemadrid, Fundación Biodiversidad²⁵, Fundación La Caixa e Caja Popular, no Estado espanhol; do Fundo Casa²⁶, Fundação Banco do Brasil, Cáritas, Fundação Luterana de Diaconia e Sesc, no Brasil; da Interamerican Foundation, na Argentina; e, na Colômbia, da Fundación Pepazo e da Unidade Solidária da Universidade de Bogotá. Essas fundações são entidades intermediárias que ajudam grandes financiadores a encontrar projetos locais, flexibilizando as condições das ajudas para as organizações que recebem os fundos. Por exemplo, a Feira Agroecológica de Mulheres recebeu financiamento do Fundo Casa, que repassa fundos da Caixa Econômica Federal, enquanto, no Estado espanhol, a Germinando recebeu financiamento da Fundación Biodiversidad, que distribui fundos europeus, como os fundos FEDER e o Fundo Social Europeu.

O financiamento provindo de fundações privadas costuma assumir a forma de doação, ajudas econômicas não reembolsáveis, oferecidas em condições flexíveis, não regidas por projetos específicos, mas destinadas a apoiar a organização e a sua estrutura. As organizações destacam que esses fundos as valorizam como um todo e não apenas as temáticas com as

²³ O grupo promotor do Fundo Dalia é composto por Calala, LabCoop, Otro Tiempo, Associação de Mujeres Supervivientes, La Comala e Metzineres. Mais recentemente, a Fundação Finanzas Éticas, do Grupo Fiare Banca Etica, se juntou à iniciativa.

²⁴ Dabne, Germinando, Outonia, Feira Agroecológica de Mulheres, Justa Trama, Periferia Feminista, RedPuna e Mutual Esperanza.

²⁵ Fundação dedicada à conservação ambiental, que apoiou mais de 1.000 entidades com 231 milhões de euros nos últimos 20 anos..

²⁶ Organização que promove os direitos socioambientais e a justiça social, apoiando iniciativas da sociedade civil na América do Sul. Colabora com fundações privadas e outras entidades filantrópicas das quais recebe financiamento.

²⁷ Uma das principais instituições financeiras do Brasil, é o principal colaborador do Governo Federal na execução de políticas públicas.

²⁸ Red Puna, Periferia Feminista e la Azotea de la Abuela.

²⁹ Organização financeira cooperativa argentina fundada em 1979. Uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços aos seus associados. A Comissão de Associados é o principal órgão de participação da entidade.

³⁰ Instituição financeira comunitária que atua em Porto Alegre para promover a autonomia econômico-financeira da comunidade. Oferecem microcréditos para investimento em produção e consumo, tendo como centro a economia social e oferecendo condições mais flexíveis do que outras instituições financeiras.

³¹ Cooperativa financeira da Colômbia que oferece serviços de poupança, créditos e seguros aos seus associados. Fundada em 1972 por trabalhadores de uma empresa que transformaram o seu sistema de poupança de Natal em uma cooperativa de poupança e crédito. Hoje é uma das empresas financeiras mais relevantes do país.

³² Entidade de finanças solidárias que opera no Nordeste do Brasil. Foi criada em 1985 como um fundo rotativo para associações de pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

quais trabalham. A Justa Trama, que recebeu financiamento da Fundação Petrobras, estatal brasileira de petróleo, explica assim:



[...] Qual é o edital que efetivamente está focado na comercialização e em alimentar redes sociais? Não há nenhum edital aberto que tenha exatamente essa finalidade. [...] Foi diferente quando a Petrobras lançou aquele edital para estruturar empreendimentos, para estruturar a economia solidária. Ai, a gente entrou de cabeça, porque era exatamente isso que a gente fazia.

Sob a forma de doações, 11%²⁸ das iniciativas também receberam apoio de movimentos sociais e organizações políticas como o Movimento Nacional Campesino, na Argentina; o MST, a Marcha Mundial das Mulheres e as Amigas da Terra, no Brasil; e a Rede de Mujeres Negras del Oriente de Cali e a Casa Cultural El Chontaduro, na Colômbia.

● Créditos e serviços financeiros solidários

Quanto ao acesso ao crédito, 44% já solicitaram, pelo menos uma vez, crédito a instituições financeiras, sempre através de entidades cooperativas, de finanças éticas e solidárias. Ou seja, nenhum delas está recebendo créditos de bancos convencionais. Embora algumas das iniciativas operem com bancos convencionais, elas questionam esse tipo de relação e expõem o medo que têm das condições estabelecidas pelos créditos e a dificuldade de acesso a eles devido à tipologia e à prática econômica das instituições que representam. Mais adiante, veremos com mais detalhes esse assunto.

Entre os diferentes atores que concederam créditos às organizações entrevistadas estão o Banco CrediCoop²⁹, do qual a cooperativa de cuidados Soltrecha da Argentina é membro, e o Banco Comunitário Justa Troca³⁰, promovido pela Justa Trama, com sede em Porto Alegre e liderado por mulheres. Cabe citar também a cooperativa financeira Confiar³¹, na qual a Mutual Esperanza Solidaria, da Colômbia, tem conta e à qual também está pensando em se associar. Além disso, a Rede Xique Xique do Brasil nos informou que solicitou financiamento às cooperativas financeiras do setor agrícola COGEFUR³² e Cooperagre³³. Na Argentina, vale destacar o papel fundamental da entidade de finanças solidárias La Base³⁴ no financiamento e apoio de algumas das organizações entrevistadas.

³³ Cooperativa do setor agropecuário criada para oferecer serviços de produção e comercialização de produtos, incluindo financiamento.

³⁴ La Base foi formada em 2004, em um contexto em que as empresas recuperadas tinham se multiplicado na Argentina. Criaram um fundo de solidariedade para apoiar essas experiências cooperativas com financiamento. Atualmente, consolidou-se como uma organização de finanças solidárias que fortalece cooperativas de trabalho e grupos associativos a partir de uma perspectiva feminista. La Base entende que pode ser uma ferramenta a serviço do trabalho, da produção e da vida.

³⁵ O Triodos Bank é uma instituição financeira bancária fundada na Holanda em 1980. Atualmente também está presente na Bélgica, Reino Unido, Espanha e Alemanha. Faz parte da Global Alliance for Banking with Values, que reúne ²⁵ entidades bancárias éticas em escala internacional.

No Estado espanhol, 8 iniciativas receberam crédito do setor das finanças éticas: 5 com a Coop57 (Mujeres Pa'lante, La Raposa, Les Mercedes, Dabne e Xicoteta Energia), 2 com a Fiare Banca Etica (Errotik e Germinando) e 1 que conta com uma linha de financiamento com o Triodos Bank³⁵.

Sob o guarda-chuva das finanças éticas ou, dependendo do contexto, das finanças populares e/ou solidárias, encontramos um ecossistema rico e diversificado composto por cooperativas de poupança e crédito, bancos comunitários, serviços financeiros e de seguros solidários, bancos éticos, etc. Todas essas entidades financeiras e seguradoras recuperaram o sentido original da intermediação financeira na economia real, aplicando critérios de rentabilidade econômica e sustentabilidade socioambiental. Assim, o valor transformador das finanças éticas está ligado à necessidade de aprofundar o paradigma da economia feminista e promover a ressignificação do econômico, denunciando a falsa neutralidade do dinheiro e das relações financeiras. No diagnóstico, foram destacadas diferentes experiências com bancos e cooperativas de serviços financeiros solidários em todos os territórios, desde ser sócia de uma dessas organizações, fazendo parte assim dos espaços de participação e governança próprios das cooperativas, até a utilização de ferramentas financeiras, como empréstimos, adiantamentos de subsídios ou garantias.

A maioria das organizações entrevistadas entende que as entidades de finanças éticas são fundamentais para o desenvolvimento e implementação das suas iniciativas por meio de financiamento, tanto pelo alinhamento de valores, reconhecimento e impulso que representam para a economia solidária, cooperativa e popular, quanto pelo esforço de adequação dos processos às necessidades das iniciativas. De acordo com a Errotik:



Valorizamos não só o aspecto econômico, mas também o político, ético e organizacional [...]. Não trabalhamos com entidades que contrariam os nossos valores.

Da mesma forma, para a Germinando foi uma aposta pela autonomia:



Decidimos deixar de depender das famílias, porque isso gerava diferenças entre as sócias, e começamos

a nos financiar com empréstimos do Triodos e com empréstimos de amigos, com juros e contrato.

As principais razões pelas quais as iniciativas solicitaram um empréstimo ou uma apólice foram para investir ou para lidar com atrasos no pagamento dos seus serviços e, assim, poder enfrentar tensões na sua tesouraria. Foi, por exemplo, o caso da Xicoteta: “A cooperativa teve de enfrentar alguns problemas de caixa e recorreu ao financiamento externo apenas quando foi absolutamente necessário, optando por trabalhar com a Coop57 porque ela se alinhava aos nossos valores”. E também o caso da Les Mercedes: “Sim, somos da Coop57 e temos uma linha de crédito [...]. Porque, na verdade, há clientes grandes que, às vezes, pagam a cada 2 meses e a gente fica com o caixa vazio, tendo que pagar os salários da equipe.”

A Rede Xique Xique do Brasil nos contou que utiliza o crédito das cooperativas financeiras agrícolas para adiantar pagamentos aos agricultores, antes mesmo de receber os recursos das compras institucionais, para que eles não precisem esperar por esse dinheiro. A Xique Xique destaca ainda outro elemento desse tipo de crédito: as condições mais acessíveis, com menos burocracia e focadas em fortalecer a produção coletiva, e não em maximizar lucros.

Para outras entidades, o acesso ao crédito e ao financiamento é o que lhes permite investir em processos e ferramentas internas que dificilmente poderiam ser cobertos com subsídios destinados a projetos específicos ou com as escassas margens de lucro geradas pelas suas atividades próprias. É o caso da Cooperativa Errotik, que afirma que dispor de ferramentas financeiras adequadas é o que lhes permite “administrar com mais calma os atrasos nos pagamentos públicos, sem comprometer a nossa estabilidade; investir em instrumentos próprios que aumentem a nossa autonomia econômica: cursos online, materiais e publicações; e fortalecer a nossa estrutura interna (sistemas de avaliação, comunicação, autocuidado) sem depender de editais externos”.

Outro elemento destacado pelas iniciativas que tiveram acesso a créditos de finanças éticas é a capacidade de adaptação e flexibilidade dessas entidades financeiras. Foi o que nos disse a Germinando: “Com o Triodos, solicitamos um crédito circulante, e o que nos ajudou é que ele foi endossado pela ICO³⁶ e, portanto, a exigência de documentação era muito tranquila, não tinha

³⁶ O Instituto de Crédito Oficial é uma entidade pública espanhola que oferece financiamento a empresas e trabalhadores por conta própria, como, por exemplo, através de garantias bancárias. O ICO financia-se nos mercados de capital e conta com a cobertura do Estado espanhol.

nada a ver com o que normalmente é exigido. Além disso, era um crédito de 5 anos, o que era uma maravilha, pois a gente não tinha que estar apresentando um monte de documentação todos os anos.”

Também nos explicou o seu caso a La Raposa, que pediu um empréstimo à Coop57 para poder pagar a cessão da sua sede. A entidade destacou ainda a flexibilidade e a possibilidade de modificação da devolução do empréstimo durante a pandemia de 2020 e ao longo dos meses subsequentes.

Da mesma forma, algumas das organizações argentinas entrevistadas que receberam apoio da La Base destacaram a relação de confiança gerada e a flexibilidade com que os fundos são entregues, adaptando-se às necessidades das organizações e permitindo mudanças de acordo com o contexto. Por exemplo, a Puente del Sur sublinhou que:

“Organizações como a La Base têm consideração pela situação em que a gente se encontra e propõem um acompanhamento com a possibilidade de realizar planos flexíveis. Isso gera um vínculo de consideração e afeto.

No mesmo sentido, a Nosotredad compartilhou conosco a seguinte reflexão sobre a sua relação com a La Base:

“Também para poder conversar. Já vínhamos fazendo isso desde a primeira vez que nos abriram as portas. A verdade é que sempre nos sentimos muito bem acompanhadas, muito valorizadas também, e isso tem que ser levado em conta. Esse convite para formalizar essa parceria foi muito, muito bonito, muito mesmo. É uma parceria muito carinhosa com agente.

Em relação ao crédito e à confiança, várias iniciativas mencionaram a estratégia de usar entidades de segundo grau para solicitar créditos a instituições bancárias. É o caso da Soltrecha, que pediu à FECOOTRA (Federação de Cooperativas de Trabalho)³⁷ que solicitasse dois créditos em seu nome para criar o espaço de cuidado infantil:

“Por isso a gestão foi simples e muito menos burocrática. Por causa da federação de cooperativas, pediram muito menos documentação e o procedimento foi

³⁷ Federação criada em 1988 para defender os direitos e interesses dos e das trabalhadoras associadas em cooperativas de trabalho. No original, Federación de Cooperativas de Trabajo de la República Argentina.

mais simples. Tudo foi apresentado com o aval dos conselheiros e, depois de uma semana, nós já tínhamos o dinheiro na conta. Além disso, a taxa de juros era muito menor.

● Financiamento comunitário e apoio mútuo

63% das iniciativas contam com alguma forma de financiamento comunitário ou de apoio mútuo, especialmente como fonte de renda ocasional ou marginal, mas que, em geral, cumpre uma função de suporte em caso de imprevistos. Quando falamos de práticas de apoio mútuo, estamos nos referindo ao conjunto de contribuições econômicas — não exclusivamente monetárias, mas também em espécie, por exemplo — que são solidárias, voluntárias e sem fins lucrativos, realizadas a partir da horizontalidade para enfrentar necessidades comuns ou emergências. Em primeiro lugar, 22%³⁸ das organizações relataram ter recebido apoio das suas comunidades. Para duas delas, essas contribuições tiveram um peso bem importante: enquanto a Amazonas recebeu a doação de um espaço físico, a Periferia Feminista ocupou um terreno comunitário que estava abandonado.

48% das iniciativas criaram estratégias coletivas com fundos de solidariedade ou rotativos para dispor de recursos comuns, destinados a enfrentar eventualidades ou necessidades compartilhadas. A maioria desses casos se concentra na América Latina, onde 33% das organizações administram fundos econômicos para dar cobertura a mulheres e dissidências participantes dos projetos em caso de urgência ou necessidades pessoais. Essas práticas foram institucionalizadas em diferentes níveis: vão desde a entrega de fundos coletivos a pessoas que precisarem deles até a gestão de verdadeiros fundos rotativos. A Periferia Feminista nos contou a seguinte experiência:

“ Os fundos recebidos de doações durante as enchentes constituem um fundo informal. Esse fundo é utilizado para comprar gás de cozinha, internet, pagar a eletricidade, a água, as viagens dos voluntários, para participar de reuniões e para quaisquer necessidades pessoais que possam ter, como consultas médicas, substituição de utensílios de cozinha e alimentos que não chegam através do PAA³⁹, tipo café, açúcar e leite em pó.

³⁸ Amazonas, Red Puna, Periferia Feminista, Mujeres Pa'lante, La Azotea de la Abuela e Outonia.

³⁹ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal do Brasil.

A Justa Trama também possui um fundo solidário para emergências. A entidade destaca as ações solidárias que existem entre as cooperativas associadas⁴⁰.

Elas desenvolvem também ações organizacionais destinadas a melhorar as condições de trabalho das cooperativas e a sua visão estratégica, medidas de conciliação, formações e capacitações. No caso das entidades do Estado espanhol, destacam-se as práticas de intercâmbio e apoio mútuo entre organizações. Por exemplo, a Dabne e a Germinando são membros da cooperativa de segundo grau Tangente, que foi criada para prestar serviços a entidades sociais, como captação de fundos e assessoria técnica. Isso é o que explicam na Dabne:

“ Recebemos suporte da equipe técnica. Eles têm uma pessoa para projetos, uma para a administração e outra para a comunicação. A pessoa responsável pelos projetos nos informa sobre as licitações e nos acompanha na hora de prepará-las. Às vezes, o pessoal da Tangente também nos ajuda com outros subsídios, mesmo que a gente não os solicite através deles. Foi formado um grupo de pessoas que administra cada uma das cooperativas e organiza sessões mensais onde cada um prepara um tema, assim compartilhamos conhecimento.

Outra prática interessante é o serviço de plataforma fiscal que a La Creatura oferece a pessoas indocumentadas para que possam cobrar e receber pelos trabalhos que realizam. Há ainda a campanha que organizaram na Mujeres Pa'lante para que as trabalhadoras pudessem ter férias remuneradas:

“ Uma colega idealizou a campanha 'Férias para todas', que busca que os clientes continuem pagando pelos serviços no período de férias, mesmo que os serviços não sejam prestados. Continuamos a enviar a fatura mensal e o cliente paga normalmente. Isso nos ajuda a manter a folha de pagamento das trabalhadoras estável e também a reduzir a carga de trabalho delas. Há alguns clientes que entendem, porém outros nos tratam como se fôssemos uma empresa super grande e fosse nossa obrigação pagar as férias das trabalhadoras. Mas a gente não pode, temos 2.000 euros de lucros. Essa é uma fonte de renda no verão, e eles fazem isso por ativismo político.

⁴⁰ A Justa Trama é composta por cinco cooperativas, denominadas e/ou: ¹) ADEC (Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural), no Ceará; ²) Rede de Comercialização Solidária Xique-Xique, no Rio Grande do Norte; ³) Coopertêxtil (Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas), em Minas Gerais; ⁴) Cooperativa Açaí, em Rondônia; ⁵) Cooperativa Univens e Grupo Inovarte, no Rio Grande do Sul.

Além disso, 22% das iniciativas promovem apoios intercooperativos, entre elas a Justa Trama, que propicia o intercâmbio entre as suas cooperativas; também a Germinando, que é membro da cooperativa de segundo grau Tangente e que, em algumas situações, adiantou fundos que estava por receber; e as organizações catalãs que fazem parte da La Insòlita, que também contam com mecanismos de apoio intercooperativo.

Outras formas de apoio são a aliança com outras organizações amigas, redes mais amplas, sejam elas setoriais ou territoriais. São estratégias de trabalho em rede, que permitem encontrar apoio organizacional, conseguir empréstimos sem juros ou simplesmente construir uma comunidade. Um bom exemplo nos foi dado pela Mujeres Pa'lante: “Eram tempos de pandemia. Foi então que uma colega, do Ateneu Cooperativo de Hospitalet, nos adiantou o dinheiro para pagar os salários durante 2 meses. E tudo isso a custo zero”. A Periferia Feminista também destacou o papel fundamental das alianças no financiamento comunitário e apoio mútuo:

“Essas alianças facilitaram o acesso à cooperação internacional (MMM e ATBr) e a recursos públicos para a nossa cozinha comunitária (MTST). Durante as enchentes, foram criadas alianças no Rio Grande do Sul para o acesso e a gestão de fundos públicos para a preparação de alimentos, nas quais o nosso coletivo participou, e que envolveram outras organizações como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e a Cáritas, organização de gestão de projetos da Igreja Católica.

Embora a maioria dos fundos emergenciais sejam fundos próprios, 19 % das iniciativas contrataram algum seguro para a sua atividade econômica. Esse número tão baixo se deve a duas questões principais: por um lado, a desconfiança nos sistemas convencionais, que não estão alinhados com os princípios de solidariedade e, portanto, não possuem os mesmos prazos e critérios de funcionamento; e, por outro lado, simplesmente porque não surgiram nem a necessidade nem o interesse. Mesmo assim, e quando existe a possibilidade, as entidades contratam seguros dentro do sistema das finanças éticas, como no caso da Xicoteta, que contratou seguros de responsabilidade civil e veicular por meio da corretora de seguros éticos Arç Cooperativa.

Também foram citadas estratégias de apoio e financiamento interpessoais, providas de pessoas das próprias iniciativas, de pessoas familiares e/ou amigas⁴¹ e de outras organizações feministas, sem falar de alguns casos pontuais em que as próprias sócias decidiram atrasar o recebimento dos seus salários.

Por fim, outro dos financiamentos coletivos mencionados, para onde convergem as finanças solidárias e o financiamento comunitário, são as plataformas de crowdfunding, como a Goteo no Estado espanhol. A Xarxa de Dones Cosidores relatou a experiência de receber financiamento da Goteo, neste caso em colaboração com a Fiare⁴², o que foi fundamental para impulsionar o projeto e poder realizar investimentos que os subsídios públicos não permitem. A própria entidade nos explicou assim essa experiência:

“Foram três meses de intensa comunicação e de pensar o tempo todo em como gerar oportunidades de conexão com as pessoas, em como comunicarmos [...]. Mas, mesmo assim, recomendamos esse tipo de ação a todas as entidades que estiverem em uma situação semelhante a que estávamos, porque, além do dinheiro para investir, você acaba ganhando de presente uma base social muito ampla.

● Fundos de cooperação internacional.

Embora pontual, 5 iniciativas já receberam, em algum momento da sua trajetória, apoio financeiro sob a forma de fundos de organizações de cooperação internacional⁴³. Conforme apresentado nos gráficos, essa fonte é pontual e, na maioria dos casos, refere-se aos momentos iniciais dos projetos.

⁴¹ Na oficina sobre financiamento do Encontro do Fundo Dalia em Saragoça, em maio de 2025, várias das cooperativas presentes referiram ter solicitado empréstimos a pessoas próximas para dar início aos seus projetos, em montantes que variavam entre 10.000 e 40.000 euros.

⁴² Colaboração entre a Goteo e a Fiare em formato de financiamento coletivo (“crowdfunding”), em que os projetos recebiam contribuições de particulares e organizações privadas através da plataforma Goteo e em que a Fiare contribuía com 2.500 euros a fundo perdido.

⁴³ Algumas organizações que deram fundos através da cooperação internacional, especialmente na Argentina e no Brasil: CREAS-Inversión de Impacto, Associação Trentini nel Mondo, Garraf Coopera e Associação Terre d'Hommes, além da OIT Colômbia.



5.2 Necessidades identificadas

Quando perguntamos às cooperativas e iniciativas quais são as necessidades para os próximos anos que poderiam ser cobertas com financiamento externo, eis o que nos responderam.

● Fortalecimento das capacidades técnicas e de gestão

As respostas mais numerosas, 82 %, compartilham a ideia de que as iniciativas precisam reforçar as suas capacidades internas, seja com a incorporação de mais profissionais ou com a contratação de serviços técnicos externos. Também são necessários fundos para a formação das equipes: 15 % afirmam que gostariam de poder oferecer formação e capacitação em economia social aos seus membros e ter tempo para se dedicar à gestão, uma vez que uma gestão cuidadosa e atenta da equipe e da organização é essencial entre os coletivos feministas.

41 % especificam que precisam fortalecer a sua capacidade financeira; 22 % precisam de formação e aprofundamento em estratégias de marketing, bem como novos pontos de venda; e 15 % citam expressamente a digitalização e a melhoria das vendas online.

● Investimento em espaços, terrenos e equipamentos

60 % das organizações dizem que gostariam de ter o seu próprio espaço e deixar de pagar aluguel. As cooperativas argentinas Puente Sur e Soltrecha alegam que grande parte da sua receita é destinada ao pagamento de aluguéis. As sócias da Amazonas, que ganharam um espaço por meio de doação, afirmam que isso lhes permite poupar e conseguir salários melhores para as sócias. As iniciativas que já possuem instalações próprias gostariam de ter recursos para reformá-las e equipá-las, no intuito de dispor dos equipamentos necessários para a atividade econômica que realizam. No caso da criação da Casa do Cuidado da Josa, mulheres indígenas aruaques da Colômbia, o terreno para a casa foi cedido pela comunidade indígena, que doou um lote que tinha uma construção básica que permitia que fosse adaptado para o serviço de cuidados infantis, de acordo com as normas de segurança estabelecidas pelo país para esse tipo de atendimento.

● Reforçar as receitas próprias

Cobrir os custos básicos com as receitas geradas pelas próprias entidades é um desafio para 60 % das organizações entrevistadas, uma vez que elas têm margens de lucro muito baixas. Algumas enfrentam uma elevada variabilidade sazonal das receitas, o que dificulta o pagamento das despesas mensais, seja porque a sua atividade está condicionada pelos ciclos da natureza e das estações, sendo afetada também pelas alterações climáticas, seja porque depende dos prazos estabelecidos pelas administrações públicas, e os seus subsídios, ou ainda porque estão sujeitas às mudanças políticas ou de governo.

48 % das iniciativas dizem que uma das suas maiores necessidades, e o principal obstáculo ao acesso ao financiamento, é aumentar e diversificar as receitas próprias. A

dependência de subsídios ou os atrasos nos pagamentos por parte de clientes costuma gerar tensões de caixa que não podem ser resolvidas devido à falta de liquidez. Para algumas, essa necessidade de aumentar as receitas próprias é agravada pela existência de dívidas históricas oriundas do período de formação da organização.

Algumas das iniciativas sugerem também ter interesse em manter a diversidade das fontes de renda para não depender excessivamente de um único cliente. A Nus nos explicou que a sua cooperativa funciona da seguinte forma: “Estamos muito atentas ao impacto que a quantia de um determinado contrato tem no volume total do nosso faturamento, para que nunca seja um volume muito grande e para não dependermos de um único financiador.”

● **Melhorar as condições trabalhistas e salariais**

41 % afirmam expressamente que as suas necessidades passam por melhorar os salários das trabalhadoras, reduzir a carga de trabalho delas e incorporar novas pessoas na equipe. No caso das cooperativas de cuidados, como a Soltrecha e a Mujeres Pa'lante, elas enfrentam dificuldades para pagar licenças médicas e as férias das trabalhadoras, uma vez que, se elas não trabalham, não recebem. Três dessas organizações disseram que a renovação geracional é uma das suas preocupações.

● **Acesso a crédito e formação financeira**

Quando perguntamos às organizações como os instrumentos financeiros poderiam ser melhorados, 41 % sugeriram acompanhamento e apoio técnico, bem como formação específica em finanças. É o que solicita a Amazonas, a cooperativa de bairro da cidade de Buenos Aires: “Seria ótimo contar com um espaço físico onde houvesse profissionais dedicados exclusivamente aos moradores e moradoras do bairro. Que houvesse psicólogos, orientadores e pessoas de diferentes disciplinas que oferecessem capacitação em temas financeiros. Seria um presença diferente do Estado, porque é verdade que o Estado está presente no bairro, porém está presente em matéria de repressão, com a polícia, preocupado em bater, não em acompanhar ou auxiliar o povo nas suas necessidades.”



Acesso a subsídios

As iniciativas propõem o acesso a subsídios como uma das estratégias para cobrir as despesas estruturais. No entanto, para 26 % das organizações entrevistadas, o acesso a subsídios não é fácil, seja porque não encontram editais adequados à sua organização ou atividade, seja pela sua personalidade jurídica ou porque não têm recursos ou capacidade para lidar com os requisitos burocráticos de candidatura e justificação.

● Tempo e recursos para dedicar internamente

19 % das organizações entrevistadas destacaram entre as suas necessidades a falta de tempo para poder dedicar à reflexão estratégica e à criação de novas linhas de negócio ou de novos pontos de venda. Um tempo de trabalho que não é coberto com as receitas próprias, nem com o financiamento externo ou subsídios.

● Fundos ou reservas próprias para enfrentar

catástrofes climáticas e imprevistos

Embora apenas uma organização tenha destacado como as inundações sofridas na sua comunidade afetaram o funcionamento normal da sua atividade, gostaríamos de destacar esse tema porque sabemos que as situações catastróficas causadas pelas mudanças climáticas serão cada vez mais frequentes. As enchentes no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, atingiram a sede da Justa Trama, afetando máquinas e uma parte significativa dos estoques de tecidos que tinham para a produção. A experiência vivida durante a covid-19 e o lockdown, que afetou a maioria das organizações entrevistadas, serviu para elas desenvolverem medidas de flexibilidade, a fim de adaptar o financiamento ao contexto e às necessidades impostas.

“

5.3 Obstáculos e desafios

● Obstáculos e desafios relacionados com o setor de atividade econômica

É importante notar que muitos dos setores nos quais as cooperativas e projetos estudados atuam são setores altamente feminizados (55 % dedicam-se à fabricação têxtil ou artesanato, aos cuidados ou à ação feminista), em que os produtos e serviços oferecidos não são socialmente valorizados e são comercializados a preços baixos. Essa situação faz com que seja difícil para muitas das organizações remunerarem adequadamente todas as pessoas envolvidas na produção, o que muitas vezes implica fazer horas extras ou aceitar salários muito baixos, influenciando diretamente as condições de vida das trabalhadoras. Segue abaixo o depoimento do pessoal da Mujeres Pa'lante: “Elas precisam de carteira assinada, de um salário estável, que lhes permita pagar o aluguel, que lhes permita renovar a sua documentação, regularizar os filhos... além do mais, é um trabalho fisicamente cansativo.” E outro depoimento, agora da Periferia Feminista: “o principal desafio é superar a falta de recursos para garantir horas de trabalho remunerado, já que isso sobrecarrega os dois ativistas responsáveis pela iniciativa.”

Além do mais, existe uma forte concorrência de empresas multinacionais que começam a entrar em setores como o de cuidados e impõem um modelo econômico padronizado e baseado na precarização das condições de trabalho das pessoas. Esse é o cenário com o qual têm de lidar 26 % das organizações feministas que se dedicam a setores tipicamente masculinizados (logística, tecnologia e energias renováveis): setores regidos pela precarização como forma de baratear preços ou, pelo contrário, com níveis salariais inatingíveis para organizações de economia solidária e feminista, dificultando a captação e retenção de talentos.

Por fim, as iniciativas destacam a falta de reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais e indígenas, o que gera uma tensão evidente entre o modelo capitalista neoliberal e as iniciativas comunitárias e indígenas, que se baseiam na adaptação dos tempos de produção aos seus próprios ritmos não padronizados. Segundo a Rede Puna: “Se é esta cor, tem que ser esta cor. Mas, na verdade, se você trabalha todos os dias com

corantes naturais, não é sempre que vai sair esta cor. Claro, esse é o mundo oposto. São outros ritmos, outros tempos e outras prioridades.”.

● Obstáculos e desafios relacionados com a Administração Pública

O financiamento das economias feministas, populares e solidárias enfrenta múltiplos obstáculos estruturais ligados às administrações públicas. Em primeiro lugar, persiste a falta de reconhecimento institucional em relação a esses modelos econômicos, que são frequentemente considerados marginais ou informais, o que limita o seu acesso a programas e recursos públicos. Observemos o que propõe a Justa Trama no Brasil:

“

Deveriam focar em ajudar a estruturar, a garantir a sustentabilidade do empreendimento, ter uma boa comunicação, trabalhar processos de gestão interna, trabalhar a questão de gênero, os direitos, o território. Porque quando falamos de economia solidária, falamos de toda essa complexidade. Não pode ser apenas uma abordagem que queira construir outro mercado com sustentabilidade econômica. Tem que construir consciência, tem que transformar a sociedade.

Quando as organizações analisam com mais atenção a dinâmica das lógicas de financiamento da administração pública, a principal crítica é a falta de financiamento para o desenvolvimento organizacional e o impulso a longo prazo das organizações. A Rede de Economia Solidária e Feminista do Brasil explica isso da seguinte maneira:

“

Há uma questão que não se esgota no econômico nem nas relações de apoio à economia solidária local, porque é mais profunda, é política. Além de conseguir um financiamento que permita fortalecer as ações econômicas das mulheres nos territórios, precisamos de um financiamento organizacional, de fortalecimento político e organizacional, de uma rede que possa ter influência na discussão sobre os rumos da economia do país e do mundo. [...] A capacidade de intervir precisa estar lado a lado com a capacidade de organização política e econômica. E isso requer financiamento.

“

Nesse sentido, as iniciativas destacam a importância de as administrações públicas reconhecerem e incorporarem as lógicas das economias solidárias, populares e feministas nos seus editais, programas e políticas. A Xarxa de Dones Cosidores (Catalunha) comentou conosco sobre as dificuldades associadas à falta de compreensão e reconhecimento das lógicas de funcionamento por parte da administração pública:

Foi uma batalha que tivemos de travar com a prefeitura, para que se pagasse o que tinha de ser pago pelo trabalho feito pelas mulheres. Se não negociam com você o preço, negociam o tempo, mas, para nós, é tudo a mesma coisa, tempo e dinheiro fazem parte da economia.

Por conseguinte, as iniciativas que se dedicam aos cuidados também têm encontrado dificuldades relacionadas à falta de reconhecimento legal dos cuidados como um trabalho formal. Sobre isso, a Soltrecha disse o seguinte:

A cooperativa não conseguiu fazer um seguro porque não existe um marco legal que reconheça o trabalho de prestação de cuidados, daí, como não existe a figura legal do cuidador, a função relacionada com os cuidados não foi catalogada pelos seguros.

Na Administração Pública, essas questões são implementadas através de diferentes instrumentos de financiamento, como **subsídios públicos** e licitações. Vamos começar com os editais de subsídios públicos para projetos, uma vez que 78 % das iniciativas entrevistadas têm alguma receita proveniente desse tipo de fonte. A lógica dos mecanismos de concessão de subsídios a projetos muitas vezes força as organizações a pensarem a curto prazo, dificultando a visão de processo necessária para tornar as organizações sustentáveis. Compartilhamos o depoimento da Errotik (Estado espanhol) sobre a questão:

Há uma burocratização excessiva de alguns editais, tanto na fases de justificativa quanto na de candidatura, o que exige muitas horas de trabalho não remunerado e um alto esforço técnico que nem sempre é compensado economicamente.

Além disso, a burocracia e a rigidez administrativa dos

procedimentos de subsídios públicos constituem barreiras significativas, especialmente para organizações pequenas ou comunitárias, que carecem de capacidades técnicas para cumprir os requisitos exigidos. A Feira Agroecológica de Mulheres (Brasil) falou sobre a dificuldade de adaptar projetos às demandas dos subsídios públicos:

Você tem de fazer um esforço enorme para se adequar ao edital. Normalmente, ele já vem com uma linha de ação definida. Então, você tem que pegar o seu trabalho e adaptá-lo.

Quanto à **contratação pública**, destacamos a importância de estudar a possibilidade de adicionar cláusulas sociais que valorizem e pontuem as práticas feministas na contratação e licitação pública. Por exemplo, no Brasil, algumas iniciativas nos contaram que, para elas, a compra pública é fundamental para a sua sustentabilidade. As companheiras da Justa Trama, que ganharam vários contratos com hospitais para o fornecimento de roupa de cama, nos explicaram o seguinte:

A compra pública é muito importante para as mulheres no Brasil. E a gente não vai poupar esforços para continuar participando dessas compras. Temos que deixar claro que isso é possível. Olhe para essas mulheres que não têm direitos, que trabalham terceirizadas, que envelhecem e morrem sem poder se aposentar, sem ter nenhuma proteção, nenhum direito. [...] Já falamos com o presidente da República, já falamos com o ministro, já falamos com o presidente da Assembleia aqui do estado do Rio Grande do Sul... Nós vamos lutar muito por isso.

No entanto, na Catalunha, por exemplo, a Xarxa de Dones Cosidores destaca as dificuldades oriundas da falta de reconhecimento e proteção desse tipo de iniciativas, especialmente aquelas comunitárias, quando o assunto é contratação pública:

E depois, as políticas públicas nunca chegaram a abordar a questão da contratação protegida, que já foi discutida várias vezes, mas nunca foi implementada. [...] A contratação pública ainda não está suficientemente protegida para que possamos ter oportunidades de

⁴⁴ Por exemplo, o Estratégia 2030 de Economia Social e Solidária da prefeitura de Barcelona é um programa de fomento municipal desenvolvido principalmente por meio de subsídios distribuídos através de concurso público. Nas entrevistas realizadas na Catalunha, também foram mencionadas as chamadas de apoio ao emprego Singulars, Impulsem el que fas, da agência pública Barcelona Activa.

competir. Proteção é saber que se pontuam os valores da economia social, [...] que existe um preço competitivo em nível municipal e que nos dão o tempo suficiente para poder participar. Sem esquecer que também é preciso ter tempo para podermos organizar a proposta e nos candidatarmos.

Por outro lado, a burocracia inerente a esses processos é uma das principais dificuldades encontradas pelo conjunto de iniciativas que se apresentam à contratação pública. A cooperativa de consultoria feminina Errotik afirma:

A contratação direta com administrações públicas representa 75 % da nossa receita. [...] A experiência é ambivalente, porque embora garanta estabilidade, também exige que nos adaptemos aos prazos administrativos, à rigidez burocrática e, por vezes, a estruturas limitadas em termos de enfoque e profundidade política.

Outra questão a destacar é a necessidade de incorporar a perspectiva feminista tanto nos editais de subsídio quanto nas cláusulas para a contratação pública, a fim de promover a economia solidária e feminista. A Errotik vê isso assim:

[...] que sejam concebidas com uma abordagem feminista, comunitária e solidária, reconhecendo o valor social e político do trabalho que realizamos. Que permitam que o processo seja mais flexível e ágil, sem uma burocracia exagerada.

De Barcelona, cidade onde, nos últimos anos, tem havido um forte impulso à economia solidária por parte da Administração Pública⁴⁴, a La Insòlita ressalta a importância de contar com diferentes instrumentos de apoio público para além dos subsídios e, acima de tudo, contar com iniciativas que já estão operando nos territórios para o desenvolvimento de trabalhos feministas e de cuidados. A cooperativa Nus compartilhou a seguinte reflexão conosco:

Quando conversamos, representando a La Insòlita, com o comissário de Economia Social e Solidária da prefeitura de Barcelona, perguntamos se eles estavam cientes de que a estratégia transversal de feminismo não estava recebendo o financiamento necessário.

⁴⁵ Em abril de 2025, como parte do trabalho de campo desta pesquisa, participamos do Encontro de Economia Feminista de Abya Yala, em Buenos Aires. Uma das principais sessões foi intitulada “Sistema financeiro, dívida e dinheiro” e tinha como objetivo principal analisar como a dívida dos países estava ligada à dívida das famílias e colocava em risco a vida das mulheres. Por sua vez, as companheiras brasileiras nos fizeram ver que o endividamento das organizações de mulheres com as instituições financeiras, na maioria dos casos, aumenta a sua vulnerabilidade. O risco de embargo é real. Se ampliarmos o nosso campo de visão e observarmos o que representa para os países da América Latina o pagamento da dívida ilegítima, poderemos ver a relação com a dívida a partir de outra perspectiva.

⁴⁶ Finanzas y desigualdades de género (2015) Setem Hegoa Haizea.

Da mesma forma, em relação às **políticas e programas de fomento da economia solidária, popular e feminista**, um dos principais desafios enfrentados consiste nas mudanças políticas que ocorrem nos governos, que encerram programas e políticas fundamentais para o desenvolvimento dessas economias.

É o caso do Brasil, onde a relação com a Administração Pública permitia que se influenciasse as políticas públicas, incidindo não apenas na alocação orçamentária, mas também nessas próprias políticas. No entanto, com as mudanças governamentais, essas iniciativas perderam capacidade de influência. A RESF o explica assim:

No passado, as principais fontes estavam relacionadas com programas e projetos de promoção da economia solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária (vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal brasileiro). A relação era de construir conjuntamente essas políticas públicas, influenciando não só a alocação de recursos, mas também a forma como implementá-los. Hoje, esses programas, que foram interrompidos com o golpe de 2016, não existem mais.

Na Argentina, por exemplo, a cooperativa Puente Sur explica o grave impacto que a mudança de governo no país representou para as iniciativas da economia solidária, popular e feminista. No último ano, a maioria dos programas de apoio à economia social foi eliminada, incluindo o fundo de microcréditos da CONAMI, que funcionava como um fundo rotativo, o que gerou um forte impacto nas organizações que utilizavam esse tipo de instrumentos. Igualmente, foram cancelados programas que subsidiavam planos de emprego em organizações da economia social:

Muitas das organizações comercializadoras da economia social dependiam fortemente dos planos de emprego e, quando estes foram cancelados, elas ficaram em uma situação muito complicada. [...] Os salários dessas cooperativas eram gerados com base em um esquema de subsídios.

● Obstáculos e desafios em relação ao acesso ao crédito

A seguir, analisamos as respostas das iniciativas sobre a sua relação tanto com as instituições financeiras convencionais quanto com as instituições de finanças éticas, populares e solidárias.

Antes da análise propriamente dita, consideramos importante fazer uma observação sobre a decisão prévia que implica solicitar um empréstimo, especialmente quando se trata de uma organização da economia solidária feminista. Das 27 organizações entrevistadas, 56 % nunca solicitaram um crédito ou outro instrumento de financiamento. 18 % das organizações citaram o endividamento como o principal obstáculo para solicitar um crédito a essas entidades financeiras. As integrantes da Puente del Sur expressaram o seguinte: “A nossa política sempre foi de não nos endividarmos, digamos assim, mas também por causa dos altos e baixos da economia, porque quando alguma crise nos atingiu, sempre dissemos aliviadas: ‘ainda bem que não temos dívidas para pagar’.”

Ao mesmo tempo, para algumas iniciativas como a Errotik, “o acesso ao financiamento deve ser uma ferramenta a serviço do projeto político, e não um caminho que comprometa a nossa independência ou nos sujeite à lógica do endividamento, da rentabilidade ou do crescimento ilimitado”.

Para além da questão da dívida, amplamente analisada pela economia feminista nas suas diversas dimensões⁴⁵, é evidente que o sistema financeiro tradicional oferece créditos com condições muito desfavoráveis para os projetos da economia solidária em geral, especialmente aqueles que são de base feminista. O conjunto das iniciativas que refletiram sobre o acesso ao **financiamento com bancos convencionais** destaca a rigidez dos requisitos de garantia ou aval exigidos para assegurar essas operações, bem como as elevadas taxas de juros, especialmente no caso de cooperativas compostas maioritariamente por mulheres, que enfrentam obstáculos adicionais no acesso ao crédito.

O relatório da Setem⁴⁶ analisa como as desigualdades estruturais patriarcais e neocoloniais contribuem para o agravamento das condições oferecidos pelos bancos às mulheres:

A natureza mais ou menos feminizada dos projetos empresariais impulsionados por mulheres pode repercutir na consideração que as instituições financeiras realizam ao avaliar o seu risco, interesse

“ e viabilidade. Muitas vezes, eles são considerados pouco interessantes como negócio devido à sua menor rentabilidade. A sua viabilidade tende a ser avaliada negativamente.

Algumas das entrevistadas nos disseram por que não optaram por bancos convencionais na hora de pedir um financiamento. De acordo com a Errotik:

“ O que detectamos são barreiras estruturais e simbólicas: falta de compreensão do modelo cooperativo feminista e horizontal; avaliação baseada em critérios de rentabilidade e risco financeiro que ignora o impacto social ou a sustentabilidade da comunidade; tratamento arrogante ou distante com projetos liderados por mulheres, com forte carga técnica e política; ausência de profissionais com formação em economia social, feminismo ou diversidade, o que reforça preconceitos e gera desconfiança mútua.

Assim, a maioria das iniciativas entrevistadas relatou dificuldades na sua relação com as instituições financeiras convencionais, porque estas não compreendem as lógicas da economia solidária nem dos saberes indígenas, não reconhecem as suas organizações como atores econômicos e, sendo assim, as penalizam com piores condições de acesso ao crédito. A Puente del Sur explicou que “o Banco Provincial não tem uma pessoa de cooperativa, por exemplo.”

E a Soltrecha, também na Argentina, nos disse: “Então, muitas vezes é bem complicado e você tem que ficar explicando o tempo todo o que é uma cooperativa, entende, porque às vezes eles exigem coisas que nós não temos... nós não trabalhamos assim, por isso não temos.”

A Coop Mujeres, na Colômbia, explicou de uma maneira mais gráfica: “Primeiro eles pintam um quadro bonito, mas quando chega a hora de se candidatar, eles te pedem uma série de coisas, de requisitos que não podemos cumprir no nosso território.”

Alguns projetos disseram que as instituições financeiras deixam em aberto a possibilidade de solicitar créditos individualmente, mas não estão dispostas a negociar com as organizações ou reconhecer propriedades comunais. A Coop Mujeres explicou que “não existem créditos para ativos em Córdoba, são



absolutamente impossíveis de conseguir, daí você tem que recorrer aos de sempre, aos créditos pessoais, para cada pessoa em particular, mas não associativos.”

Contudo, mesmo quando optam por empréstimos individuais, as iniciativas também se deparam com dificuldades e discriminações estruturais. A Azotea de la Abuela disse: “Por sermos mulheres afro, marginalizadas e populares, temos de enfrentar barreiras ainda maiores para conseguir um financiamento formal. (...) A dificuldade de acesso ao financiamento formal se deve à idade (a maioria tem mais de 60 anos) e à ausência de linhas associativas reais.”

Quanto às **instituições de finanças éticas, solidárias ou populares**, várias das entrevistadas reportaram dificuldades no acesso e utilização operacional dos produtos e serviços dessas instituições.

Apesar do alinhamento político, das melhores condições ou do reconhecimento das necessidades específicas da ESS, muitas das organizações que conseguiram apólices, créditos ou outros apoios relataram dificuldades para apresentar a documentação exigida e lamentaram que os prazos para dispor dos fundos se prolonguem e coloquem pressão sobre as suas economias. É o que nos explicou a Puente del Sur:

La Base

Argentina

Em geral, para ter acesso a financiamentos e subsídios, são necessárias organizações ou cooperativas com um perfil bastante formalizado, que tenham um suporte por trás para lidar com trâmites e procedimentos burocráticos, além de uma legalidade extremamente organizada.

Os principais obstáculos apontados pelas organizações também estão vinculados à burocratização do processo de acesso ao crédito. As companheiras da Germinando, que já possuem um crédito com o Triodos e estão negociando outro com a Fiare Banca Etica, disseram:

- *Somos uma entidade com uma trajetória de muitos anos, temos muita experiência com os nossos projetos, uma variedade de financiadores públicos e privados... Que te peçam liquidez com um ano e meio de antecedência, para uma entidade com as nossas características... é muito difícil cumprirmos esses requisitos.*

- *Dabne, embora nos tenha falado sobre a importância do alinhamento dos valores das finanças éticas com os seus projetos, considera que os instrumentos financeiros não são suficientemente ágeis em casos de urgência:*

- *Temos experiência com a Coop57 e com a Fiare, mas claro, são processos muito demorados, então, quando você precisar, talvez não chegue a tempo. No final, entre a apresentação da documentação, a resposta e a aprovação, podem passar meses... se o pagamento que você tem de cobrir for urgente, não adianta. Isso faz com que muitas vezes a gente descarte essas opções, mesmo compartilhando valores com elas, porque elas não se adaptam aos ritmos reais dos projetos.*

Outro dos desafios postos refere-se às diferenças entre o volume de crédito de que as entidades realmente precisam e a capacidade de que elas dispõem para responder a este empréstimo. A Soltrecha destaca que o volume de empréstimos a que podem aceder não é suficiente, por exemplo, para a compra de instalações. “Então, quando temos de encarar um projeto, um projeto grande como a compra de um prédio, eles não nos concedem crédito, nem mesmo o Banco Credicoop.”

5.4 Boas práticas de financiamento das organizações feministas

Nesta seção, gostaríamos de destacar algumas das práticas inspiradoras de financiamento que identificamos ao longo do processo de elaboração deste diagnóstico. Não pretendemos de forma alguma ser extremamente minuciosas, queremos apenas apresentar uma amostra de experiências de financiamento das iniciativas de economia solidária e feminista, profundamente inspiradoras em si mesmas, que achamos interessantes para continuarmos trilhando este caminho rumo às finanças feministas. Entendemos que essas boas práticas podem se referir tanto a instrumentos de financiamento quanto a relações entre entidades, projetos ou estratégias de financiamento; indo do público até o privado e passando, como não poderia deixar de ser ao falarmos de economia feminista e solidária, pelo cooperativo e pelo comunitário. Algumas boas práticas foram identificadas em mais de uma entrevista e em mais de um território, apresentando aspectos diferenciais, mas fundamentos semelhantes, destacando assim a importância de contextualizar as propostas para adaptá-las às comunidades e grupos aos quais são formuladas.



Acompanhamento financeiro e capacitação

▲ Fundação La Base aplica na prática a perspectiva de gênero na gestão dos serviços financeiros que oferece. A equipe da La Base trabalha em conjunto com as trabalhadoras das entidades solicitantes para conceber o produto que melhor se adequa às suas necessidades e à sua realidade. Todas as decisões passam por um processo assemblear dentro da própria La Base e da cooperativa que solicita o apoio financeiro. Essa abordagem integral dos projetos foi sistematizada em uma metodologia que substituiu o aval pela comunicação e confiança através do acompanhamento financeiro:

- Quando chega a solicitação de um projeto, ela é analisada pelo Comitê de Crédito da La Base, que elabora uma proposta inicial que vai muito além da simples necessidade financeira a ser coberta (análise de salários, mercado, possíveis alianças

no ecossistema cooperativo e feminista para intercooperar, etc.).

- Essa proposta inicial é trabalhada e modificada juntamente com a organização solicitante; nesta etapa, é fornecido o aconselhamento necessário para que se chegue à proposta final.
- A organização solicitante deve aprovar em assembleia a proposta de crédito, o montante final e a forma de devolução.

A La Base trabalha com fundos rotativos, por isso todo o capital que é devolvido após um empréstimo é redirecionado para apoiar outra cooperativa. Essa metodologia tão essencial para a La Base foi partilhada com outras entidades, como a Nosotredad, através de uma transferência metodológica. Esse tipo de relações colaborativas criam espaços de aprendizagem que favorecem a replicabilidade da abordagem das finanças feministas.

⁴⁷ O [Banco Palmas](#) é o primeiro banco comunitário brasileiro. Nasceu em 1998 em uma favela de Fortaleza, Ceará, para conceder microcréditos aos moradores da região. A instituição permanece ativa até hoje.

⁴⁸ Informação extraída da entrevista realizada com a Justa Trama e a Justa Troca, publicada no [Alternativas Económicas: coop/articulo/entrevista/nelsa-nespolo-es-el-momento-de-crear-bancos-comunitarios](#)

Fondo Dalia

Estado espanhol

Aval solidário Coop57: distribuição coletiva do risco

A cooperativa de serviços financeiros Coop57 não opera com garantias ou contribuições de capital, já que utiliza o chamado sistema de aval pessoal solidário. A garantia consiste em que a entidade solicitante do financiamento encontre, entre a sua base social e o seu entorno, pessoas que confiem no projeto para que assumam um compromisso pessoal e individual de responder como fiadoras de uma parcela do empréstimo concedido, de acordo com as possibilidades de cada um. No caso de a entidade não conseguir devolver o empréstimo, as pessoas fiadoras ficam responsáveis pelo reembolso apenas da parte que cada uma delas avalizou.

Este sistema permite que muitas entidades com projetos economicamente viáveis, mas sem capitalização patrimonial, possam ter acesso a financiamentos. Ao mesmo tempo, ele distribui o risco de possíveis inadimplências, fazendo com que ninguém fique endividado para o resto da vida por perder o seu patrimônio.

Além disso, os avais solidários apresentam dois elementos essenciais:

- Estabelecem garantias adicionais ao retorno do empréstimo, reduzindo o risco assumido pela Coop57 e ajudando na viabilidade e sobrevivência do projeto.
- Mostram a capacidade da entidade solicitante de criar redes, bem como o nível de confiança que o projeto gera, além de ser uma fonte de divulgação do mesmo.

As mulheres são maioria nesse tipo de mecanismo de distribuição de riscos. Os dados mostram que dos quase 9.000 fiadores no período de 2021-2024, mais de 49% eram mulheres.

La Colmena

Estado espanhol

Um banco comunitário com moeda própria em Porto Alegre

Em 2016 e sob a inspiração do Banco Palmas⁴⁷, o primeiro banco comunitário do Brasil, foi criado o Banco Justa Troca, na periferia norte de Porto Alegre. Nelsa Nespolo, uma das suas promotoras, explica assim o nascimento do projeto⁴⁸:

Atualmente, existem 180 bancos comunitários funcionando em diferentes partes do Brasil, uma vez que a legislação brasileira permite a existência de bancos comunitários desde que promovidos por entidades locais. As pessoas que impulsionam esses bancos, na sua maioria mulheres, abrem uma conta na Caixa Econômica Federal, onde depositam uma quantia em reais equivalente à moeda social que será colocada em circulação. No nosso caso, a moeda se chama justo. É necessário, portanto, um fundo inicial de apoio, que no caso da Justa Troca veio do apoio financeiro de diversas organizações, como o CERAÍ. O primeiro fundo para dar início ao projeto foi de 10.000 reais, quase 2.000 euros. Então, uma pessoa vai ao banco e, se tiver 100 reais, troca por 100 justos, assim, sempre que ela for comprar frutas, alimentos ou medicamentos, ela vai pagar com justos. O dinheiro social circula apenas na comunidade. Há estabelecimentos que nunca voltaram aqui para cambiar justos! Durante o processo foi importante educar as pessoas, familiarizá-las com o dinheiro social. Por isso imprimimos cédulas de justos. Tocar as notas reforçava a sensação de que a coisa era séria. Agora alguns bancos já trabalham com cartões. Posteriormente, foi criada a rede bancária com dinheiro digital. Mil famílias, 4.000 pessoas no total, foram beneficiadas. Constatamos uma mudança de comportamento e de participação por meio das oficinas de capacitação. A consciência social aumentou. E estamos vendo novas iniciativas aparecerem.

Área Solidaria

Argentina

Um impulso para a economia solidária e feminista

O Fundo Dalia nasceu em 2020 para combater os efeitos que o lockdown e a crise derivada da pandemia estavam provocando nas cooperativas feministas. Com o apoio do Fundo de Mulheres Calala, LabCoop, Otro Tiempo, Associação de Mujeres Supervivientes, La Comala e Metzineres, já entregou mais de 300.000 € em doações desde então.

A composição desse grupo promotor é fundamental para entendermos o funcionamento do fundo. Ele é composto por entidades financiadoras, entidades que oferecem acompanhamento empresarial e pelas próprias cooperativas e organizações que são suscetíveis de receber as ajudas. Desta forma, constrói-se uma governança participativa e representativa da diversidade do setor.

O Fundo Dalia entrega pequenas doações, entre 3.000 e 5.000 euros, que podem ser utilizadas com total liberdade, e trabalha com mecanismos de prestação de contas bem simples. Ele prioriza cooperativas e organizações lideradas por mulheres migrantes, racializadas e pessoas sexualmente diversas. Assim, a sua comunidade é uma das mais diversificadas da ESS.

Além dos fundos, as entidades recebem assessoria personalizada e são formados espaços de troca e colaboração altamente valorizados pelas participantes. Como resultado dessa colaboração, as organizações tiveram acesso a novas fontes de financiamento e lançaram projetos conjuntos.

O Fundo Dalia também realiza estudos e relatórios sobre a situação das cooperativas e organizações de mulheres, com particular atenção ao acesso ao financiamento e ao seu impacto social.

Goteo y Fiare Banca Etica

Estado espanhol

Formação e contribuição de capital para iniciativas da economia solidária

Durante a pandemia, a Fundação Finanzas Éticas do Grupo Fiare Banca Etica promoveu o primeiro fundo La Colmena, que conseguiu arrecadar mais de 20.000 euros para apoiar 20 projetos de ESS durante a fase mais difícil das restrições impostas pela pandemia. Posteriormente, em 2022, foram lançados três pequenos fundos de impacto na ESS, que representavam um processo de inovação financeira através do qual a Fundação Finanzas Éticas se tornava parceira colaboradora das iniciativas beneficiárias, contribuindo com capital, suporte técnico e conhecimentos no campo do financiamento e da estruturação de fundos próprios.

Em 2024, o programa La Colmena acompanhou 21 entidades a fim de identificar as suas necessidades e elaborar estratégias para o seu fortalecimento. Além disso, 16 entidades participaram na formação coletiva e contribuíram para o capital social de três organizações: a cooperativa de comércio justo IDEAS; a Ecotxe, uma cooperativa de mobilidade sustentável nas Ilhas Baleares; e a AlalaCoop, uma cooperativa galega que promove o desenvolvimento comunitário e o apoio a comunidades educativas.

⁴⁹ www.goteo.org/project/casapatiodevecinas

⁵⁰ www.goteo.org/project/basoa

Justa Trama

Brasil

Área Solidária da Cooperativa de cuidados Soltrecha

A cooperativa de cuidados Soltrecha possui uma área inteira, chamada Área de Solidária, dedicada à promoção e gestão de um fundo de contingência:

É a área que se ocupa de angariar fundos para qualquer tipo de inconveniente que possa surgir com as companheiras. É um projeto que começou durante a pandemia, para ajudar as companheiras que não podiam trabalhar por estarem com covid-19. Devido a essas situações, elas montaram uma equipe que se reúne para gerar outros recursos. Fazem tudo: rifas, eventos, aulas, ensinam a fazer pão doce e muitas outras coisas. E tudo o que é arrecadado é destinado a esse fundo, usado apenas em situações especiais. No começo, era para problemas de saúde, mas agora mesmo ele foi usado para ajudar uma colega que tinha tido a casa roubada. É uma espécie de empréstimo sem juros, tipo um fundo rotativo.

Uma plataforma conjunta para financiamento coletivo

A Fiare Banca Etica e a Fundação Goteo possuem um canal conjunto que busca promover projetos de ESS através de financiamento coletivo, também conhecido como crowdfunding. Os projetos recebem contribuições de pessoas e organizações privadas através da plataforma Goteo, as quais a Fiare Banca Etica complementa com 2.500 euros a fundo perdido.

Esta plataforma tem impulsionado iniciativas da economia solidária e feminista não apenas através de contribuição econômica, mas também por meio do fortalecimento da sua base social e da melhoria das suas estratégias de comunicação enquanto organização.

Além da Xarxa de Dones Cosidores, participante deste diagnóstico, a plataforma financiou projetos como a realização de um documentário sobre um casarão para mulheres em processo de envelhecimento⁴⁹ e uma casa comunitária para defensoras e ativistas dos direitos humanos⁵⁰.

Propostas finais para avançar rumo às finanças feministas

A seguir, apresentaremos algumas ideias e propostas para coletivizar o caminho e abri-lo para que, a partir de diferentes esferas, atores financeiros do Sul e do Norte global possam se aprofundar e avançar rumo às finanças feministas.



Estamos trilhando um caminho para conhecer experiências de financiamento de iniciativas da economia solidária feminista da Argentina, Brasil, Colômbia, Estado espanhol e Catalunha, a fim de apelar à responsabilidade e promover o compromisso dos diferentes atores do campo do financiamento. Neste texto, reunimos diversas experiências que representam respostas e alternativas contextualizadas às desigualdades próprias do sistema econômico e financeiro dominante; torná-las visíveis e compartilhá-las são um passo firme e essencial. A seguir, apresentaremos algumas ideias e propostas para coletivizar o caminho e abri-lo para que, a partir de diferentes esferas, atores financeiros do Sul e do Norte global possam se aprofundar e avançar rumo às finanças feministas.

1.

Visão situada e feminista

Partimos de um sistema capitalista, colonial e heteropatriarcal, no qual as mulheres, as dissidências sexuais e de gênero, as migrantes, as sobreviventes de violência — seja violência

machista ou de conflitos armados —, as comunidades indígenas e as pessoas racializadas, entre outros coletivos e comunidades vulnerabilizados, enfrentam condições mais adversas, não têm os mesmos direitos econômicos que a população masculina branca ocidental e partem de uma situação de não privilégio. Os atores do campo do financiamento devem estar cientes dessa situação inicial de partida ao elaborarem políticas, editais, produtos e ajudas que respondam verdadeiramente às necessidades e condições desse tipo de projeto. As organizações entrevistadas pedem que se compreenda melhor a especificidade dos seus projetos feministas, que sejam criadas linhas de financiamento adaptadas às suas realidades; pedem que continuem explorando a flexibilidade, adaptabilidade e aumento do financiamento; pedem editais específicos para diferentes tipos de organizações e a adequação dos ritmos e processos de cada iniciativa; pedem financiamento para reforçar as suas estruturas internas e as suas equipes, além de fundos que sejam distribuídos de forma descentralizada, entre outras medidas. Esta visão situada também passa por rever o que é que se considera impacto, a forma como este é medido e como pode ser demonstrado, pois tudo isso será indispensável se quisermos compreender as necessidades reais das organizações que se pretende apoiar.

Para que estas condições se verifiquem, tal como sugerem as entrevistas realizadas, é imprescindível estabelecer relações próximas e de confiança entre os atores do financiamento e as organizações que apoiam, reconhecendo a sua diversidade, processos, linguagem e tempos.

2.

Cláusulas sociais e critérios de financiamento que valorizem a sustentabilidade da vida

Apelamos à responsabilidade de todos os atores financeiros no intuito de reconhecer e incentivar as práticas das economias feministas, pela profunda transformação que representam. Destacamos a importância de que a administração ofereça serviços públicos por meio daquelas organizações que, na sua prática, colocam em foco a sustentabilidade da vida. Para que isso seja possível, deve-se favorecer a articulação de mecanismos para uma concertação pública com cláusulas sociais eficazes e uma compra pública responsável que valorize e pontue as práticas feministas das entidades. Há exemplos de sucesso que nos podem servir de inspiração, como a compra

pública de material têxtil ecológico da Justa Trama para hospitais públicos brasileiros, em que as práticas feministas da organização não foram especificamente avaliadas, mas que pode servir como forma de aprendizado para avançarmos nas cláusulas sociais feministas.

Da mesma forma, convidamos as entidades de finanças éticas a continuarem avançando na incorporação da perspectiva feminista decolonial nas suas esferas internas e externas, e a aplicarem critérios que valorizem as práticas feministas nas suas políticas de financiamento, indo além da transversalidade de gênero nos seus questionários sociais. Acreditamos que essa seria uma forma de contribuir para o acesso ao crédito a partir de uma perspectiva feminista.

3.

A democratização dos cuidados inclui o seu financiamento

É urgente impulsionar uma nova organização social dos cuidados que avance no processo de democratização do cuidado. A economia feminista apela à responsabilidade do setor público, pois a proliferação de cooperativas de cuidados mostra que existe um tecido social disposto a dignificar tanto a prestação quanto o recebimento de cuidados. Contudo, também mostra que é uma ilusão querer equiparar a viabilidade econômica dos cuidados como setor produtivo com a de outras atividades econômicas. É preciso implementar políticas públicas que abordem a centralidade dos cuidados, tanto do ponto de vista cultural quanto econômico. E nesse sentido, vale a pena explorar alianças público-cooperativo-comunitárias que favoreçam a colaboração entre as várias organizações, bem como uma aposta no diálogo, na concepção conjunta de políticas públicas de cuidados e na inovação de dispositivos financeiros que distribuam socialmente a dignidade do trabalho de cuidados.

Nas cidades, os serviços de cuidados devem ser fortalecidos ou criados a partir das ofertas existentes, baseadas nessa sabedoria local, tais como refeitórios comunitários, cuidados infantis, cuidados a idosos, cuidados a pessoas com deficiência. Deve-se ainda fortalecer a formação de moradoras e moradores locais, em vez de entregar a criação desses serviços ao setor privado, que tem como objetivo principal o lucro e acaba por pagar

salários baixos à população local. Para avançar nesse tipo de propostas, são necessários fundos de financiamento específicos.

4.

Acompanhamento financeiro com perspectiva feminista: para além de emprestar dinheiro

Durante a elaboração deste diagnóstico, identificamos que uma das principais necessidades das iniciativas é o acompanhamento ao longo de todo o processo de financiamento. Também conhecemos várias experiências nas quais o financiamento não se limita a uma dotação monetária (seja ela sob a forma de crédito, doação ou qualquer outra), mas vai além disso. As entidades entrevistadas destacaram a assessoria de entidades de finanças éticas e solidárias, como a La Base, na Argentina, e a Fundação Finanzas Éticas da Fiare Banca Ética, o Fundo Dalia e a Coop57, no Estado espanhol. Essa flexibilidade para se adaptar aos projetos nos parece uma prática feminista. Por isso, e atendendo às necessidades expressas nas entrevistas, propomos promover e ampliar esses acompanhamentos. Envolver outros atores, como entidades externas especializadas em capacitação, formação ou assessoria com perspectiva feminista, por exemplo, poderia ser um recurso útil para acompanhar mais de perto as organizações e responder às suas necessidades de forma mais ágil e completa. O trabalho em rede de finanças feministas aqui recomendado implica também que todos os atores do campo do financiamento e consultoria sejam remunerados de forma justa, de acordo com a sua contribuição e sem que isso recaia sobre as organizações solicitantes de financiamento.

5.

Explorar novas arquiteturas de financiamento híbridas

A base comunitária, o amplo e diversificado tecido de relações sociais e o trabalho em rede são aspectos comuns à maioria das iniciativas da economia solidária e feminista. Se quisermos avançar com lucidez no financiamento dessas iniciativas, será preciso considerarmos essas capacidades, a fim de que

sejamos capazes de explorar fórmulas híbridas com múltiplos instrumentos e atores.

Essas fórmulas de financiamento em que participam vários atores também permitem assumir financiamentos de maior envergadura para responder, assim, a maiores necessidades de capital, como poderia ser a compra de um espaço físico ou um estabelecimento, uma demanda comum entre as iniciativas entrevistadas.

Um exemplo desse tipo de financiamento “híbrido” encontra-se em algumas das cooperativas de habitação em cessão de uso existentes no Estado espanhol que, apesar de não terem feito parte do presente estudo, representam, na nossa opinião, uma experiência relevante e inspiradora. Cada uma das cooperativas recebeu um crédito através da Coop57 ou da Fiare Banca Ética e contou também com a colaboração de uma entidade social que emitiu títulos participativos para a contribuição ao capital social da cooperativa, para que, assim, ela pudesse gerir parte das habitações e acolher os coletivos vulnerabilizados com os quais trabalha.

Essa colaboração entre diversos agentes de financiamento em um mesmo projeto ou organização também já foi usada em outros países, no intuito de lidar com situações de emergência (pandemia, inundações, etc.), através da criação de fundos ou outros dispositivos dos quais participavam várias entidades (finanças éticas, fundos de mulheres, cooperação internacional, financiamento coletivo, etc.). O nosso convite é para que continuemos construindo essas parcerias e colaborações, explorando novas fórmulas que as tornem mais estáveis e sustentáveis ao longo do tempo.

6.

Alianças público-cooperativas

Na linha de construir colaborações para dar respostas conjuntas às necessidades, a Administração Pública surge como um ator que pode facilitar ecossistemas favoráveis às finanças feministas, bem como conceber políticas concretas de alianças com entidades financiadoras. Partilhamos alguns exemplos de ferramentas que atendem a diferentes necessidades a partir da colaboração entre a administração local, estatal ou internacional e as entidades de finanças éticas e solidárias.

Existem programas público-cooperativos para facilitar a capitalização das cooperativas, abrindo linhas de subsídios públicos com a participação de entidades de financiamento ético e entidades de garantia recíproca responsáveis pelo aval. O objetivo é fortalecer o balanço econômico da cooperativa e favorecer, assim, a acessibilidade ao crédito.

Também podem ser criados fundos públicos de garantia para financiar projetos da economia solidária e feminista, melhorando assim as condições de acesso ao financiamento com entidades de finanças éticas. Ou ainda colocar à disposição do tecido comunitário espaços municipais (estabelecimentos, terrenos, etc.) para que neles sejam desenvolvidos projetos baseados em critérios de enraizamento no território, participação, cuidado de pessoas e retorno social.

7.

Distribuir o risco de forma coletiva

Seguindo com as propostas de colaboração, as organizações entrevistadas deram exemplos de como podemos melhorar o acesso ao financiamento ao compartilharmos os riscos associados ao pedido de crédito e à devolução da dívida.

Nesse sentido, já existem exemplos no Estado espanhol, como os avais solidários da Coop57 e as linhas de garantia do Instituto de Crédito Oficial ou da União Europeia, que garantem para os financiadores que eles recuperarão os seus fundos em caso de inadimplência.

Seria de grande ajuda para os projetos feministas promover colaborações entre financiadores, entre financiadores e entidades intermediárias, e entre financiadores e entidades de finanças éticas, de modo que as linhas de financiamento sejam negociadas coletivamente e os riscos sejam compartilhados entre os atores dos diferentes elos da cadeia de financiamento.

8.

Obter financiamento por meio de estruturas compartilhadas

Gerar estruturas de segundo ou terceiro grau, sejam elas setoriais, territoriais ou polos cooperativos, pode contribuir para atender melhor as tarefas reprodutivas, facilitar a troca de conhecimentos e compartilhar recursos, melhorando o acesso ao financiamento das entidades que as compõem. A Rede Xique Xique do Brasil é um exemplo de organização através da qual se juntam diferentes forças para a identificação e gestão de financiamento público, captando fundos e redistribuindo-os entre as suas sócias. O grupo cooperativo Tangente, no Estado espanhol, trabalha para diversas organizações sociais identificando necessidades, procurando subsídios, gerindo parcerias e oferecendo formações.

9.

Intermediação a partir das redes de ESS para facilitar o acesso a fundos

Várias iniciativas entrevistadas elogiaram os mecanismos de intermediação para transferir fundos avultados de fundações, organismos internacionais e governos para pequenas organizações. Essas entidades intermediárias ajudam grandes financiadores a encontrar projetos locais, flexibilizando as condições das ajudas para as organizações que acabam recebendo os fundos. Conhecemos os exemplos da Feira Agroecológica de Mulheres no Butantã, que recebeu financiamento do Fundo Casa (que distribui fundos da Caixa Econômica Federal, no Brasil), e da Germinando, que recebeu financiamento da Fundação Biodiversidad (que distribui fundos europeus). Essas experiências nos levaram a pensar se as redes representativas da ESS poderiam desenvolver esse papel de intermediação com as suas bases sociais, facilitando o acesso ao financiamento e agrupando ações estratégicas. A Rede de Economia Solidária e Feminista do Brasil já havia levantado em sua entrevista a possibilidade de desenvolver uma linha estratégica para facilitar o acesso ao financiamento das entidades que a compõem.

Criar espaços de aprendizagem, trabalho em rede e intercâmbio

Chegamos ao final deste relatório com a necessidade de recuperar uma ideia que orientou todo o processo de elaboração do diagnóstico: as finanças feministas são uma relação que se articula em torno do dinheiro, mas que é muito mais do que isso. É por isso que, desde o início, os espaços de construção coletiva e intercâmbio de conhecimentos foram fundamentais para refletirmos sobre como despatriarcalizar os processos de financiamento. Se encontrar outras pessoas que faziam, em outros lugares, as mesmas perguntas que nós foi o ponto de partida deste relatório, compartilhar experiências e ferramentas foi o caminho. Nas entrevistas, ficou evidente a importância do coletivo no dia a dia das organizações: desde projetos que se articulam em rede até iniciativas que realizam transferências metodológicas, passando por entidades que reproduzem boas práticas de instituições próximas ou nem tão próximas assim. E é justamente dessas práticas feministas que queremos aprender neste processo.

Para continuar avançando, propomos criar espaços de encontro e aprendizagem com os diversos e múltiplos atores do financiamento, em que, a partir da escuta e do olhar feminista, possam ser criadas coletivamente ferramentas que reforcem os projetos de economia solidária feminista. Constatamos que muitas das necessidades são comuns às iniciativas entrevistadas nos diferentes territórios e que algumas respostas surgem de maneira semelhante, embora enraizadas em cada contexto. Consideramos que, na busca pela justiça global, é uma responsabilidade dar visibilidade, aprender e gerar respostas a partir das experiências das pessoas que, situadas às margens, criam alternativas. Continuaremos, avançando em espiral, fazendo perguntas e compartilhando respostas até que as finanças feministas deem uma reviravolta no sistema econômico dominante.



Anexo. Roteiro das entrevistas

Diagnóstico sobre o financiamento de cooperativas e organizações feministas da economia social e solidária

1

Antes da entrevista

Condições da entrevista: informar que a entrevista terá uma duração aproximada de duas horas. Que a entrevista será gravada, seja ela presencial ou online, com o objetivo de facilitar o trabalho do diagnóstico. A gravação não será compartilhada nem tornada pública.

Questionário de dados quantitativos: se for adequado, enviar o questionário para coletar dados oficiais e informações quantitativas da organização que ajudem a preparar a entrevista posterior: [Questionário](#)

Guia metodológica: compartilhamos uma ferramenta metodológica com [“Diretrizes para a realização de entrevistas aprofundadas”](#).

2

Entrevista

Introdução: Apresentação do diagnóstico que se pretende realizar, da organização que realiza a entrevista e do projeto em que se insere. Informar que se está realizando em diferentes países.

Informar que o diagnóstico se baseia em entrevistas aprofundadas a 5 organizações por país que foram cuidadosamente selecionadas. Ressaltar também que as informações das organizações serão públicas (nome, país, região onde atuam) e que, se houver alguma informação que a organização prefira não compartilhar publicamente, ela deve indicar durante a própria entrevista ou posteriormente. Pedir permissão para gravar.

Sección 1. Descrição da cooperativa/grupo/organização

1. Qual é a principal atividade desenvolvida na cooperativa/organização? Quais são os seus objetivos?
2. Quando e como surgiu a cooperativa/organização/grupo? Ela nasceu ligada a alguma problemática em particular?

3. Como é a composição da cooperativa/organização/grupo? Quantas pessoas fazem parte dela? Quantos homens, quantas mulheres e quantas identidades dissidentes? Conta com pessoas afrodescendentes, indígenas, em processo de exclusão, migrantes, vítimas de conflito armado, do narcotráfico, de violência machista...? Por quê? Essas pessoas estão representadas nos espaços de tomada de decisões?
4. Como a organização está estruturada? Como é o organograma? Como são os espaços de tomada de decisão?
5. Como são distribuídos os salários da organização entre os seus membros? Como é a estrutura salarial e o índice de disparidade salarial?
6. Com quais ativos físicos a cooperativa/organização/grupo conta? (edifícios, maquinário, transporte, acesso a terrenos, equipamentos, materiais/matéria-prima, etc.) Eles são de propriedade da organização?
7. Quais são as necessidades atuais da organização e quais são os desafios que ela enfrenta? (Não se trata de necessidades financeiras, mas em geral. As necessidades financeiras serão abordadas no próximo bloco)
8. Vocês se consideram uma organização feminista? O que o feminismo significa para vocês?
9. Como definiria o contexto político e econômico que o seu país está vivendo? Qual é impacto disso na sua cooperativa/organização/grupo?

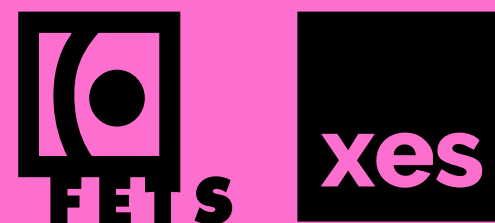
Sección 2. Sobre o acesso ao financiamento.

10. Quais são as fontes de renda da sua cooperativa/organização/grupo? Qual a porcentagem que elas representam no volume total de receitas? Como elas têm evoluído? Quais fontes vocês desejam priorizar no futuro?
11. Quais são as principais dificuldades financeiras enfrentadas pela organização?
12. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela organização para acessar produtos e serviços financeiros? Tanto públicos quanto privados.

13. Quais condições favoreceram a utilização desses instrumentos?
14. Como eles contribuíram para a sustentabilidade da organização?
15. Que tipos de seguros vocês têm? Para quê? Vocês identificaram alguma necessidade no momento de contratar esses seguros? Se não tiverem contratado seguros, explicar a razão.
16. Contam com algum fundo mutualista ou com alguma outra prática de apoio mútuo que possa funcionar como um seguro? Se sim, pedir para explicar.
17. Como você melhoraria os instrumentos de financiamento e seguros que já conhece para que se adaptem às necessidades da sua organização? Vocês têm propostas de novos instrumentos?
18. Como vocês decidem que tipo de financiamento ou investimentos escolher? Que informações são levadas em consideração? Vocês possuem pessoal capacitado para acompanhar a tomada de decisões?
19. Como é a relação de vocês com as instituições financeiras e seguradoras com as quais se relacionam? Vocês sentem que existem dificuldades nesse relacionamento por serem uma organização de mulheres e de diversidade?
20. Vocês participam de redes de organizações/federações/movimentos que dispõem de estratégias de financiamento coletivo/comunitário? Que estratégias e ferramentas elas têm?
21. Você tem algum comentário ou observação que gostaria de acrescentar?

Fim da entrevista: Informar que a transcrição da entrevista será enviada à organização entrevistada para que ela a revise e verifique se é preciso alterar ou adicionar quaisquer informações, ou ainda se prefere que algum dado não seja divulgado publicamente.





Apoio:

